



relatório e contas 2012
3º trimestre

Índice

a edp

- 04 edp no mundo
- 05 visão, valores e compromissos
- 06 reconhecimento
- 08 principais acontecimentos
- 10 objectivos e metas
- 11 indicadores chave

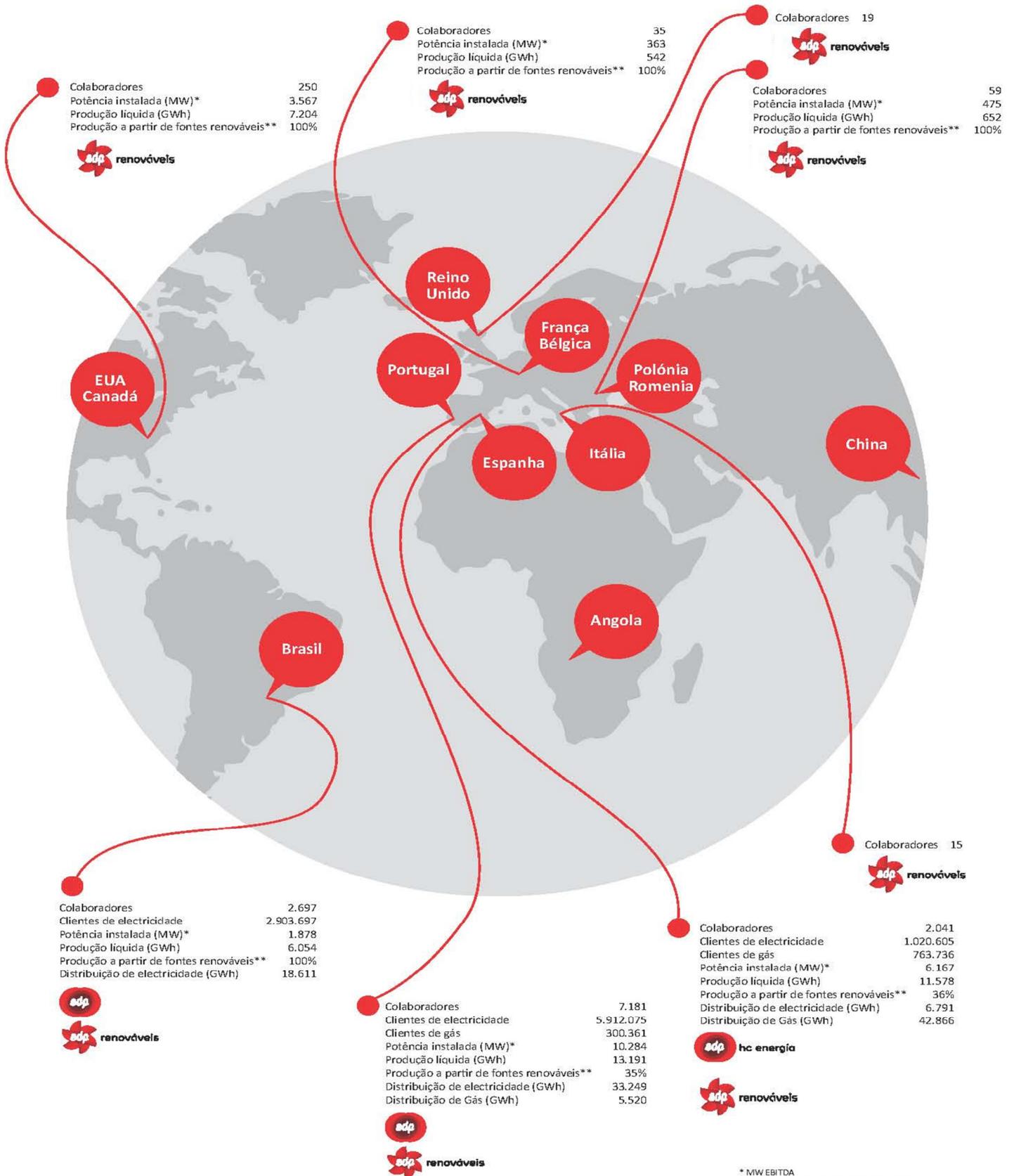
demonstrações financeiras

anexos



a better energy, a better future, a better world.

edp no mundo



* MW EBITDA
 **Inclui hídrica, eólica, biomassa e resíduos

visão, valores e compromissos

visão

Uma empresa global de energia, líder em criação de valor, inovação e sustentabilidade.

valores



compromissos

pessoas

- Aliamos uma conduta ética e de rigor profissional, ao entusiasmo e iniciativa, valorizando o trabalho em equipa.
- Promovemos o desenvolvimento das competências e o mérito.
- Acreditamos que o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional é fundamental para sermos bem sucedidos.

sustentabilidade

- Assumimos as responsabilidades sociais e ambientais que resultam da nossa actuação, contribuindo para o desenvolvimento das regiões onde estamos presentes.
- Reduzimos, de forma sustentável, as emissões específicas de gases com efeito de estufa da energia que produzimos.
- Promovemos activamente a eficiência energética.

clientes

- Colocamo-nos no lugar dos nossos Clientes sempre que tomamos uma decisão.
- Ouvimos os nossos Clientes e respondemos de uma forma simples e transparente.
- Surpreendemos os nossos Clientes, antecipando as suas necessidades.

resultados

- Cumpriremos com os compromissos que assumimos perante os nossos accionistas.
- Lideramos através da capacidade de antecipação e execução.
- Exigimos a excelência em tudo o que fazemos.

reconhecimento

Corporativo

26 Jan - EDP é Gold Class da SAM (Sustainable Asset Management) e líder mundial do sector elétrico 2012: O Sustainability Yearbook 2012, da consultora SAM, foi apresentado no Fórum Económico Mundial, em Davos, Suíça.

15 Mar - Ethisphere distingue EDP como uma das 3 empresas mais éticas do mundo no sector da electricidade: O Grupo foi reconhecido mundialmente pela implementação de práticas transparentes nos seus negócios e junto de todos os seus stakeholders.

27 Abr - EDP distinguida com o Prémio Internacional Prevención PREVER 2011: A EDP foi este ano distinguida com um dos Prémios mais prestigiados e antigos de Espanha, sendo referência não só em Espanha como na União Europeia.

07 Mai - EDP reconhecida como marca de confiança pela Seleções Reader's Digest, na categoria Empresas de Serviço Público: As marcas são directamente indicadas pelos auscultados através do inquérito Marcas de Confiança que se realiza anualmente.

16 Mai - EDP conquista prémio Marketeer do Ano e prémio Energia: Na sua 4ª edição, Paulo Campos Costa, Director de Marca e Comunicação do Grupo EDP, conquistou o prémio Marketeer do Ano. A EDP foi ainda reconhecida com o prémio Energia, com o concerto "Energia Douro", em 2011.

05 Jun - EDP é a marca portuguesa mais valiosa: Segundo o estudo da consultora Brand Finance, a EDP continua a liderar o ranking das marcas portuguesas mais valiosas, com um brand value de 2,4 mil milhões de euros.

27 Jun - EDP eleita a melhor da Europa na área de investor relations nos Europe Awards 2012 da IR Magazine: A EDP foi distinguida nas categorias de melhor empresa na área de investor relations em Portugal e entre as *utilities* europeias. A EDP Renováveis foi distinguida na área de alternative energy na Europa.

29 Jun - EDP reconhecida com Excelência em Comunicação pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa (APCE): A EDP conquistou 3 prémios, tendo-se destacado nas categorias intranet e televisão corporativa (pelo 4º ano consecutivo), e também com a melhor campanha de comunicação institucional, que versou sobre o rebranding.

Ago - EDP é a melhor em comunicação de sustainability & corporate governance entre as utilities mundiais: O estudo independente Thomson Reuters Extel IRR 2012, realizado pela Thomson Reuters Extel e pela SRI-Connect, distinguiu a EDP, sendo a única empresa portuguesa na lista das 30 melhores. No ranking global e multissectorial, o Grupo EDP ficou em 24º lugar.

13 Set - EDP no top da sustentabilidade mundial no Dow Jones: Pelo 5º ano consecutivo, o Grupo encontra-se entre as *utilities* com melhor desempenho no Dow Jones Sustainability Index, a nível mundial e europeu, igualando a pontuação absoluta do líder das *utilities*.

Portugal

26 Jan - Projecto InovGrid ganha prémio Utility of the Year Award 2012: A EDP foi reconhecida no âmbito dos

European Smart Metering Awards 2012. O prémio foi atribuído à EDP Distribuição, com base na contribuição e no impacto que o Projecto InovGrid tem na temática das redes inteligentes, eficiência energética e na sua orientação para o Cliente.

Espanha

17 Feb - HC Energía distinguida no Congresso Anual de Saúde Ocupacional e Prevenção de Riscos Laborais: Antonio Pereira e Alberto Cueto receberam o prémio de melhor Comunicação Oral. Alberto Cueto, responsável pelo Servicio de Prevención de Riesgos Laborales do Grupo em Espanha, recebeu ainda o prémio Prevenção de Riscos Ocupacionais na categoria individual.

EDP Renováveis

Mar - EDP Renováveis recebe prémio Best Investor Relations no sector das energias renováveis: A EDP Renováveis foi reconhecida na 2012 All-Europe Executive Team, pela Institutional Investor. Num total de 18 empresas nomeadas no sector das energias renováveis, a EDP ficou em primeiro lugar em 3 categorias: Best Investor Relations, Best CFO - Rui Teixeira (Sell Side + Buy Side) e Best Investor Relations Professional - Rui Antunes (Head of IR).

Abr - EDP Renováveis é um dos Best Workplaces 2012, em Espanha: A empresa ficou em 6º na lista dos Best Workplaces, tornada pública pela Great Place to Work® em Espanha.

12 Jun - EDP Renováveis recebe o certificado EFR (Empresas Familiarmente Responsáveis) 2012 para conciliação emprego-família e igualdade de oportunidades: A EDP torna-se, assim, parte do restrito grupo de empresas a possuir esta certificação desenvolvida pela Fundação Másfamilia.

21 Jun - EDP Renováveis recebeu o EMEA Finance Award para Best Sustainability Deal: Este prémio reconheceu o financiamento de dois projectos de parques eólicos desenvolvidos na Romênia: o Parque Eólico de Cernavoda e o Parque Eólico de Pestera.

EDP Brasil

30 Mar - EDP Bandeirante recebe Prémio Solidariedade 2012 em Guarulhos: A Distribuidora foi distinguida pela Prefeitura de Guarulhos como uma das 15 empresas que mais ajudaram a cidade em 2011.

28 Mai - EDP no Brasil entre as mais inovadoras do Sul do País na 8ª edição do prémio Campeãs de Inovação: Este prémio é realizado pela Revista Amanhã em parceria com a Edusys e com o apoio técnico da Fundação Dom Cabral. Para esta classificação foi aplicada a metodologia Innovation Index criada por Edward de Bono.

5 Jul - EDP Bandeirante ganha o Prémio Abradee 2012 na categoria Evolução de Desempenho: Este prémio, promovido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, reconhece as melhores práticas das empresas do sector energético brasileiro.

17 Jul - Projecto Boa Energia Solar recebe prémio na categoria Aquecimento Solar: A EDP Bandeirante foi premiada no âmbito do 9º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética e Exopreiciência. O projecto Boa Energia Solar visou a instalação de painéis de energia solar em residências de famílias com reduzido poder de compra.

21 Ago - EDP reconhecida na 3ª edição do prémio Empresário Amigo do Desporto, na categoria Melhor Amigo do Desporto: A EDP foi reconhecida pelo apoio aos projectos Vôlei Vida no Espírito Santo e Futebol Society no Tocantins, que promovem o rendimento escolar.

24 Ago - EDP entre as Melhores da Dinheiro 2012: A Revista ISTO É DINHEIRO destaca a EDP entre as melhores empresas do Brasil nas áreas de Inovação e Qualidade, Recursos Humanos e Governo Corporativo.

13 Set - EDP recebe selo Empresa Amiga da Criança atribuídos pela Fundação Abrinq: A EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Enerpeixe reafirmam as certificações que reconhecem as responsabilidades socioculturais da empresa.

13 Set - Categoria Ouro no GHG Protocol: A EDP recebeu a certificação Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol), considerado o

mais alto reconhecimento concedido pelo programa, que demonstra a integridade, a responsabilidade e o empenho da EDP em divulgar as suas emissões de gases com efeito estufa de forma transparente.

20 Set - Prémio 100+Inovadoras: A 12ª edição do Prémio 100+ Inovadoras no uso de TI, promovido pela IT Mídia, que avalia as melhores práticas empresariais no uso da Tecnologia da Informação como estratégia de inovação e investimento, concedeu à EDP Brasil o prémio na categoria *Utilities*.

28 Set - EDP é uma das 10 melhores empresas em Gestão de Pessoas: Clima Organizacional, Desenvolvimento de Colaboradores e Aperfeiçoamento de Líderes foram alguns dos itens avaliados pelo Prémio Prática de Gestão de Pessoas, que reconheceu a EDP Brasil como uma das 10 melhores do país. A empresa foi destaque na Dimensão Liderança, o que reflecte o compromisso do Grupo no desenvolvimento de líderes, como o *Executive Development Program*.

principais acontecimentos

Jan-4: Participação qualificada imputável à China Three Gorges. A imputação da participação qualificada resultou da celebração do acordo com Parpública em 30 de Dezembro de 2011, relativo à execução da 8ª fase de reprivatização da EDP.

Fev-1: A agência de rating Standard & Poor's baixa as notações de rating de longo prazo e de curto prazo da EDP e da EDP Finance B.V. de "BBB" para "BB+" com outlook negativo, removendo os ratings da vigilância para revisão negativa, no seguimento da revisão em baixa da notação de rating da República Portuguesa para "BB" com outlook negativo, no dia 13 de Janeiro de 2012.

Fev-15: A agência de rating Moody's baixa as notações de rating da EDP e da sua subsidiária financeira EDP Finance B.V. e subsidiária espanhola Hidroelectrica del Cantabrico de "Baa3" para "Ba1", reduzindo ainda a notação de rating de curto prazo das referidas empresas de "Prime-3" para "Not-Prime", colocando-os em outlook negativo, no seguimento da revisão em baixa da notação de rating da República Portuguesa de "Ba2" com outlook negativo para "Ba3" com outlook negativo, anunciado no dia 13 de Fevereiro de 2012.

Fev-20: Realização da Assembleia Geral, onde foi aprovado: a não consideração como concorrente da EDP o accionista que detenha pelo menos 20% do capital social e um acordo em vigor para parceria estratégica com a empresa; a elevação dos limites para as contagens de voto de 20% para 25%; eleição dos membros do Conselho Geral e de Supervisão para o triénio 2012-2014; eleição dos membros do Conselho de Administração Executivo para o triénio 2012-2014.

Fev-27: Indicação de representantes para o Conselho Geral e de Supervisão - Os membros do Conselho Geral e de Supervisão Cajastur Inversiones, S.A., José de Mello Energia, S.A. e Senfora SARL, eleitos na Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Fevereiro de 2012, indicaram os Senhores Felipe Fernández Fernández, Luís Filipe da Conceição Pereira e Mohamed Al Fahim, respectivamente, como seus representantes naquele órgão, para exercerem o cargo em nome próprio.

Fev-27: Novas centrais de Bemposta e Picote reforçam produção hidroelétrica do país em 4%. Estes projectos representam um investimento total de 300 milhões de euros e são os primeiros a entrar em operação num conjunto de 12. Estes dois projectos, recuperando cerca de 1.200 hm³ de caudais que deixarão de ser descarregados, irão contribuir com mais 375 GWh/ano para o sistema electroprodutor nacional.

Fev-27: EDP doa mais 5 milhões a municípios com barragens. A EDP assinou um Protocolo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses para apoio voluntário de 5 milhões de euros anuais a iniciativas municipais relacionadas com a sustentabilidade, em municípios onde se localizem aproveitamentos hidroelétricos em regime ordinário. O apoio que a EDP concederá está relacionado com o facto do quadro jurídico das rendas anuais a pagar aos municípios na zona de influência dos centros electroprodutores, datado de 1983, se encontrar desajustado, prejudicando os municípios.

Mar-13: Indicação de representantes para o Conselho Geral e de Supervisão - Os membros do Conselho Geral e de Supervisão Sonatrach e Parpública – Participações Públicas, (SGPS), S.A., eleitos na Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Fevereiro de 2012, indicaram os Senhores Harkat Abderrezak e Joaquim José de Oliveira

Reis, respectivamente, como seus representantes naquele órgão, para exercerem o cargo em nome próprio.

Mar-14: Alteração de participação qualificada do Norges Bank. Norges Bank comunicou a diminuição da sua participação qualificada de 2,01% para 1,96% do capital social da EDP.

Abr-3: A agência de rating Fitch coloca todas as utilities Espanholas e utilities com exposição significativa a Espanha sob vigilância negativa, entre as quais a EDP – Energias de Portugal S.A., a EDP Finance BV e a Hidroelectrica del Cantabrico, mantendo as notações de 'rating de incumprimento da emitente' e de rating da dívida sénior de longo prazo em "BBB+", no seguimento das medidas adoptadas pelo governo Espanhol como parte do Orçamento de Estado para o ano 2012.

Abr-5: EDP Renováveis inaugurou Parque Eólico de Tramandai (70MW), Brasil.

Abr-17: Assembleia Geral Anual de Accionistas. Aprovação dos documentos de prestação de contas individuais e consolidadas do exercício de 2011 e da proposta de aplicação de resultados. Eleição do Revisor Oficial de Contas e respectivo Suplente, dos membros da Mesa da Assembleia Geral, dos membros da Comissão de Vencimentos a nomear pela Assembleia Geral e dos membros do Conselho de Ambiente e Sustentabilidade, para o mandato relativo ao triénio 2012-2014.

Mai-4: EDP emite obrigações no montante de 250 milhões de euros a 3 anos com vencimento em Maio de 2015.

Mai-7: Comunicação de participação qualificada do Barclays. O Barclays Plc comunicou à EDP a constituição de uma participação qualificada, composta por 75.223.922 acções, representativas de 2,06% do capital social e dos respectivos direitos de voto da EDP.

Mai-11: Comunicação de participação qualificada da China Three Gorges e da Parpública. A China Three Gorges International (Europe), S.A. comunicou à EDP a constituição de uma participação qualificada de 780.633.782 acções representativas de 21,35% do capital social e dos direitos de voto da EDP, que constituem o objecto da venda directa de referência relativa à 8.ª fase do processo de reprivatização da EDP, concluindo a transacção prevista no Acordo de Venda Directa de Referência celebrado com a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. em 30 de Dezembro de 2011. Consequentemente, a Parpública reduziu a sua participação qualificada na EDP dos 25,49% do respectivo capital social e dos direitos de voto para 4,14% do capital social e dos direitos de voto na EDP, mantendo a titularidade de um total de 151.517.000 acções representativas do capital social da EDP, as quais consistem em acções de categoria B.

Mai-11: Indicação de representantes para o Conselho Geral e de Supervisão - Os membros do Conselho Geral e de Supervisão China Three Gorges Corporation, China International Water & Electric Corp., China Three Gorges International (Europe) Limited and China Three Gorges New Energy Co., Ltd., eleitos na Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Fevereiro de 2012, indicaram os Senhores Dingming Zhang, Guojun Lu, Shengliang Wu e Ya Yang, respectivamente, como seus representantes naquele órgão, para exercerem o cargo em nome próprio.

Mai-14: Comunicação de participação qualificada da JP Morgan. A JP Morgan Chase & Co. comunicou à EDP a constituição de uma participação qualificada, composta

or 89.517.028 acções, representativas de 2,45% do capital social e dos respectivos direitos de voto da EDP.

Mai-16: Pagamento de dividendo bruto de €0,185 por acção relativo ao exercício de 2011 (dividendo líquido de €0,139 por acção).

Mai-17: Governo Português anuncia conjunto de medidas para o sector eléctrico, o qual contempla essencialmente duas alterações com relevo económico-financeiro para o Grupo EDP: o ajustamento da taxa de juro aplicável à repercussão tarifária do montante anual da parcela fixa dos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual, para o período 2013 a 2027 e a revisão dos montantes do mecanismo de incentivo ao investimento para a produção de energia eléctrica resultantes da garantia de potência.

Mai-24: Alteração de participação qualificada do Barclays e JP Morgan. O Barclays Plc comunicou a diminuição da sua participação qualificada de 2,06% para 1,82% do capital social da EDP. A JP Morgan Chase & Co. comunicou a diminuição da sua participação qualificada de 2,45% para 1,43% do capital social da EDP.

Jun-14: EDP fez parceria com a Fundação das Nações Unidas no âmbito da conferência Rio + 20.

Jun-16: EDP e parceiros inauguram a primeira plataforma eólica portuguesa offshore. A EDP, a Repsol, a InovCapital e a Principle Power, Inc. inauguraram a primeira eólica offshore em Portugal. O sistema WindFloat, ao largo da costa da Aguçadoura, está equipado com um aerogerador de 2 MW, estando já a produzir energia para a rede. Até à data, foram já produzidos mais de 1,7 GWh.

Jul-3: Comunicação de participação qualificada da MFS. A Massachusetts Financial Services Company comunicou à EDP a constituição de uma participação qualificada, composta por 73.495.461 acções, representativas de 2,01% do capital social e dos respectivos direitos de voto da EDP.

Jul-20: EDP vende negócio de transporte de gás em Espanha à Enagás. A EDP, através da sua subsidiária para o sector do gás em Espanha, a Naturgas Energía Grupo, S.A. alcançou um acordo com a Enagás, S.A., para a venda do negócio de transporte de gás de propriedade do Grupo EDP em Espanha, mediante um preço da transacção que representa um "enterprise value" de €262,5 milhões.

Jul-26: China Development Bank Corporation acorda empréstimo de €1.000 milhões à EDP. O China Development Bank Corporation aprovou os termos de um empréstimo à EDP e à EDP Finance BV no montante de

€1.000 milhões. O empréstimo, senior e unsecured, terá uma maturidade de 5 anos.

Jul-30: EDP propõe novo acordo colectivo de trabalho. A EDP informou os sindicatos que integram trabalhadores das Empresas do seu grupo signatárias do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) de que estas irão denunciar o ACT em vigor desde o ano 2000 e apresentar uma nova proposta de convenção coletiva. A nova proposta visa garantir a sustentabilidade do sistema de proteção social instituído, nomeadamente no que respeita à saúde e à aposentação, e reforçar os instrumentos de desenvolvimento profissional dos colaboradores, tendo em conta o atual contexto do Sector Eléctrico português.

Jul-31: Prémio EDP Empreendedor Sustentável. A 2ª edição deste Prémio salda-se pela criação de 38 novas empresas nos cinco concelhos abrangidos pelo aproveitamento hidroeléctrico do Baixo Sabor. Iniciado em 2010, no Baixo Sabor, o Prémio beneficiou já um total 170 potenciais empreendedores, contando com o lançamento de mais de 60 novos projectos empresariais locais.

Ago-1: Alteração de participação qualificada da MFS. A Massachusetts Financial Services Company comunicou a diminuição da sua participação qualificada de 2,01% para 1,989% do capital social da EDP.

Ago-2: Fitch baixa rating da EDP para "BBB-" com outlook negativo. A Fitch Ratings ("Fitch") baixou as notações de rating da EDP e da sua subsidiária financeira EDP Finance B.V. e subsidiária espanhola Hidroeléctrica del Cantabrico de "BBB+" para "BBB-", colocando sob outlook negativo. Os ratings da EDP e HC Energía foram removidos de Rating Watch Negativo.

Set-14: EDP emite obrigações no montante de EUR 750 000 000 a 5 anos.

Out-18: Renúncia de membro do Conselho Geral e de Supervisão. Em face da demissão do cargo de Presidente do Conselho de Administração da Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A., o Senhor Dr. Joaquim José de Oliveira Reis apresentou a sua renúncia ao cargo de membro do Conselho Geral e de Supervisão.

Out-22: Bank of China assina empréstimo de €800 milhões com a EDP. A EDP e a EDP Finance BV assinaram um contrato de financiamento multicurrency com o Bank of China, no montante de €800 milhões (ou o equivalente em USD). O empréstimo, senior e unsecured, terá uma maturidade de 3 anos.

objectivos e metas

Áreas de actuação	Objectivos	Metas	Data
Valor económico e Social	Orientar para o crescimento	EBITDA TCMA: ~5% por ano	2011-2015
		Crescimento do resultado líquido entre 0 e 3%	2011-2015
		Payout ratio entre 55% a 65% do resultado líquido recorrente, com um mínimo de €0,185 por acção.	2012-2015
		Investimento operacional médio anual €2.000M	2012-2015
		Investimento em renováveis no total (60% média anual)	2012-2015
	Promover a eficiência interna	Capacidade instalada de 26 GW	2015
	Controlar a exposição ao risco	Poupanças de OPEX de €75M em 2012 e €130M em 2015	2012-2015
Melhorar a integração das práticas da sustentabilidade nos sistemas de gestão interno	Rácio da dívida líquida ajustada/EBITDA inferior a 3,0x	2015	
		Manter o reconhecimento da SAM no nível Ouro	2012
Ecoeficiência e protecção ambiental	Orientar o crescimento para uma produção mais limpa	Reduzir as emissões específicas de CO ₂ em 56% em 2012 face a 2005 e 70% em 2020 face aos valores de 2008	2012-2020
		Crescimento de 5% do consumo de energia primária	2012
	Melhorar a ecoeficiência	Aumentar 1300 MW de potência instalada certificada pela ISO 14001;	2012
	Reforçar uma gestão ambiental adequada das actividades do Grupo EDP	Aumentar 945 MVA (20 Subestações) certificadas pela ISO 14001, na actividade de Distribuição	2012
Inovação	Promover a competitividade e a produtividade através da inovação	Financiar projectos de I&D e Inovação num montante não inferior a €60M	2012
Integridade e Boa Governação	Reforçar a ética na cultura de todos os colaboradores EDP	Integrar a lista do World Most Ethical Companies da Ethisphere Institute	2012
Transparência e diálogo	Relatar de forma transparente e garantir um relacionamento aberto e de confiança com as partes interessadas	Rever o modelo de relacionamento com as partes interessadas	2012
		Publicar o Relato Anual em formato WEB, multifuncional e atractivo	
Capital Humano e Diversidade	Reforçar a gestão da saúde e segurança para todo o Grupo EDP	Obter a certificação do Sistema de Gestão da Segurança Corporativo	2013
	Trabalhar para os "Zero acidentes, nenhum dano pessoal"	Reduzir a frequência dos acidentes de trabalho com trabalhadores da EDP e prestadores de serviços em 5%, face a 2011	2012
	Reforçar a mobilidade interna dos colaboradores EDP	Porcentagem a ser definida em cada empresa	2012
	Manter um elevado nível de satisfação dos colaboradores.	Manter a Satisfação Global dos colaboradores acima dos 80%	2013
Acesso à energia	Manter ou melhorar os níveis de qualidade de serviço técnico e comercial a prestar aos nossos clientes	Garantir melhor desempenho de TIEPI e DEC que os estabelecidos pelas diferentes Entidades Reguladoras	2012-2015
		Assegurar uma distribuição de energia entre 135 e 139 TWh a cerca de 11 milhões de pontos de abastecimento	2012-2015
Desenvolvimento social e cidadania	Aprofundar uma relação de proximidade da empresa com a sociedade em que se insere	Garantir à Fundação EDP uma dotação até 0,1% do volume de negócios consolidado de 2011	
		Garantir à Fundação HC Energía um montante nunca inferior a 70% do resultado líquido e ao Instituto EDP até 0,1% da receita operacional consolidada em 2011	2012
		Alargar o programa de Voluntariado a todo o Grupo EDP e aumentar o número de parcerias de voluntariado em 30%.	
		Integrar os editais sociais e culturais	

indicadores chave

Indicadores Financeiros

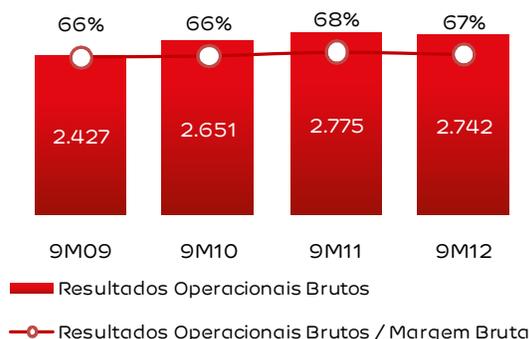
9M12 9M11 9M10 9M09

Milhares de euros

Grupo EDP

Volume de Negócios	12.089.966	11.161.907	10.238.609	8.855.663
Resultados Operacionais Brutos	2.742.440	2.775.028	2.650.769	2.427.123
Resultados Operacionais	1.678.589	1.720.374	1.502.697	1.472.158
Resultado Líquido*	794.526	823.630	774.272	748.082
Cash-Flow Operacional	1.371.122	2.352.275	1.065.021	3.019.471
Investimento Operacional	1.197.439	1.352.821	1.958.650	2.527.708
Investimento em renováveis	57%	58%	65%	73%
Investimento/(Desinvestimento) Financeiro	55.751	-136.455	-40.421	-8.552
Activo Líquido	42.083.336	39.775.327	39.523.957	39.329.613
Capitais Próprios**	8.110.404	7.761.268	7.520.996	7.006.058
Dívida Líquida***	18.248.001	16.591.740	16.246.375	14.389.488
Poupanças OPEX	57.553	-	-	-
Dívida Líquida/ Resultados Operacionais Brutos (x) ****	5,0	4,5	4,6	4,4
Dívida Líquida Ajustada/ Resultados Operacionais Brutos (x)****	4,3	4,0	4,2	4,0
Passivo Financeiro / Capitais Próprios	255%	236%	235%	241%
Resultado por Acção (euros)	0,22	0,23	0,21	0,21
Dividend Yield	8,6%	7,3%	6,2%	4,5%
Payout ratio	60%	58%	55%	47%
Capitalização Bolsista	7.832.304	8.464.885	9.192.536	11.444.963

Resultados Operacionais Brutos (M€)



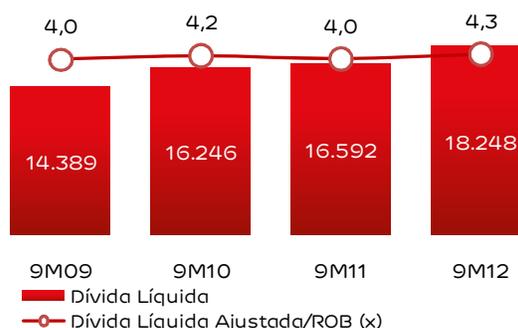
Resultado Líquido* (M€)



Investimento Operacional (M€)



Dívida Líquida*** (M€)



* Resultado Líquido atribuível a accionistas EDP

** Não inclui Interesses não Controláveis

*** Inclui Dívida Financeira, Caixa e Equivalentes, Activos de Curto Prazo ao Justo Valor e derivados de cobertura "fair-value hedge" e "net investment"

**** Indicador anualizado

Nota: os comparativos anteriores a 2012 não se encontram reexpressos tal como mencionado na política contabilística 2a) do Relatório e Contas.

Indicadores Operacionais (1/2)

9M12

9M11

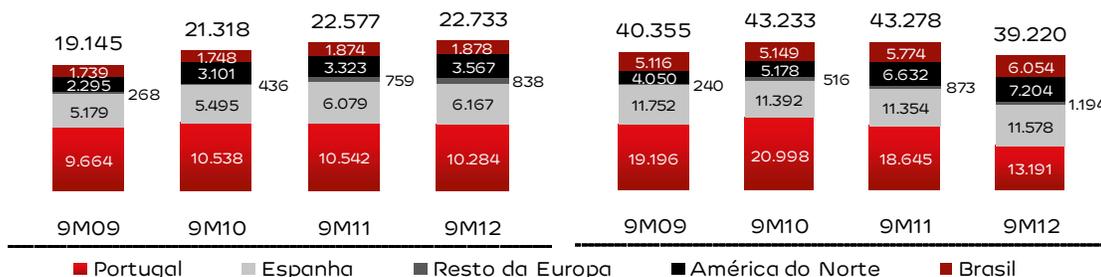
9M10

9M09

Capacidade Instalada (MW)	22.733	22.577	21.318	19.145
Hídrica	7.236	6.795	6.739	6.730
Térmica	7.643	8.354	7.925	7.078
Térmica convencional (Carvão e fuel)	3.587	3.587	4.060	4.116
CCGT	3.736	3.736	3.308	2.405
Outros*	321	1.031	557	557
Eólica	7.388	6.959	6.181	4.882
Outras Renováveis	192	195	198	198
Outros	275	275	275	257
Produção Líquida de Electricidade (GWh)	39.220	43.278	43.233	40.355
Hídrica	9.562	14.550	17.410	11.199
Térmica	14.679	14.980	14.120	20.337
Térmica convencional (Carvão e fuel)	11.504	8.349	6.066	12.036
CCGT	2.284	5.759	7.202	7.507
Outros**	891	872	853	795
Eólica	13.345	11.975	9.818	7.295
Outras Renováveis	301	495	613	320
Outros	1.333	1.279	1.272	1.204
Vapor	1.593	1.577	1.504	1.800
Electricidade Distribuída (GWh)	58.649	60.555	60.158	56.069
Portugal	33.249	34.879	35.539	33.836
Espanha	6.791	7.220	6.837	6.704
Brasil	18.610	18.457	17.782	15.529
Pontos de Abastecimento de Electricidade (m#)	9.667	9.616	9.504	9.371
Portugal	6.107	6.154	6.144	6.108
Espanha	657	655	649	642
Brasil	2.903	2.808	2.711	2.621
Tempo de Interrupção Equivalente da Potência Instalada (min)				
Portugal	38	53	73	72
Espanha	23	28	50	119
Duração Equivalente por consumidor (horas) - Brasil				
Bandeirante	8,7	10,4	15,7	9,6
Escelsa	9,8	10,4	11,4	9,0
Gás Distribuído (GWh)	48.386	40.692	39.251	18.735
Portugal	5.520	5.296	5.048	4.343
Espanha	42.866	35.396	34.202	14.392
Pontos de Abastecimento de Gás (m#)	1.289	1.254	1.220	917
Portugal	285	264	241	215
Espanha	1.004	989	979	702

Capacidade Instalada (MW)

Produção Líquida (GWh)



Electricidade Distribuída (GWh)

TIEPI (min)



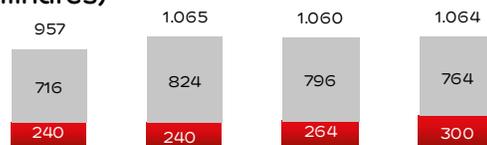
*Inclui 156MW da central Nuclear de Trillo em Espanha **Inclui 891GWh da central Nuclear de Trillo em Espanha

Indicadores Operacionais (2/2)

9M12
9M11
9M10
9M09

Electricidade Comercializada (GWh)	56.752	60.494	63.716	61.141
Portugal	22.009	25.333	29.453	32.152
Comercialização Livre	7.189	6.843	6.480	3.254
Comercialização de último recurso	14.820	18.490	22.974	28.899
Espanha	15.355	16.225	17.236	12.834
Comercialização Livre	14.804	15.588	16.361	12.510
Comercialização de último recurso	551	637	876	324
Brasil	19.388	18.936	17.026	16.155
Comercialização Livre	8.150	7.555	6.039	6.243
Comercialização de último recurso	11.238	11.381	10.987	9.912
Electricidade Comercializada - Energia Verde (GWh)	10.854	10.439	8.808	7.508
Portugal	8	10	10	6
Espanha	3.643	3.797	3.620	3.451
E.U.A.	7.204	6.632	5.178	4.050
Electricidade Comercializada - Necessidades Especiais (GWh)	0,9	0,8	0,7	0,2
Electricidade Comercializada - Tarifa Social (GWh)	283	320	284	222
Portugal	31	0	0	0
Espanha	89	94	74	7
Brasil	162	225	210	215
Número de Clientes de Electricidade (#)	9.836.377	9.909.309	9.816.151	9.210.736
Portugal	5.912.075	6.082.643	6.106.981	6.100.312
Comercialização Livre	547.590	292.646	304.507	246.428
Comercialização de último recurso	5.364.485	5.789.997	5.802.474	5.853.884
Espanha	1.020.605	1.018.902	998.438	489.813
Comercialização Livre	731.499	695.243	615.211	489.813
Comercialização de último recurso	289.106	323.659	383.227	n/d
Brasil	2.903.697	2.807.764	2.710.732	2.620.611
Comercialização Livre	233	121	84	107
Comercialização de último recurso	2.903.464	2.807.643	2.710.648	2.620.504
Número de Clientes de Electricidade Verde (#)	519.191	348.884	386.884	181.440
Portugal	4.627	5.334	5.635	3.665
Espanha	514.564	343.550	381.249	177.775
E.U.A.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Número de Clientes de Electricidade com Necessidades Especiais (#)	842	863	718	790
Número de Clientes de Electricidade com Tarifa Social (#)	260.935	392.988	424.870	411.471
Portugal	72.766	76.905	7.123	6.424
Espanha	60.766	60.973	54.756	42.268
Brasil	127.403	255.110	362.991	362.779
Gás Comercializado (GWh)	26.214	26.868	30.293	19.977
Portugal	5.515	6.246	9.693	4.874
Comercialização Livre	4.525	5.203	4.644	531
Comercialização regulada	990	1.043	5.048	4.343
Espanha	20.699	20.622	20.600	15.104
Comercialização Livre	20.389	20.287	19.931	14.088
Comercialização de último recurso	310	335	670	1.016
Número de Clientes de Gás (#)	1.064.097	1.060.287	1.064.954	956.720
Portugal	300.361	264.302	240.474	240.297
Comercialização Livre	29.237	708	177	0
Comercialização regulada	271.124	263.594	240.297	240.297
Espanha	763.736	795.985	824.480	716.423
Comercialização Livre	673.171	679.842	676.421	622.793
Comercialização de último recurso	90.565	116.143	148.059	93.630

Número de Clientes de Electricidade (milhares)

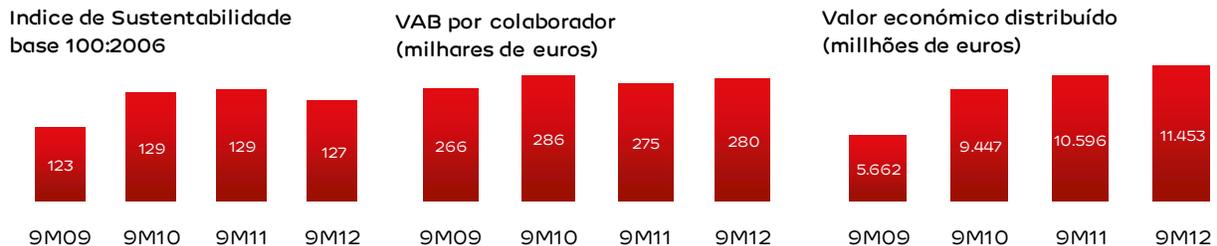
Número de Clientes de Gás (milhares)

■ Portugal

■ Espanha

■ Brasil

Indicadores Económicos

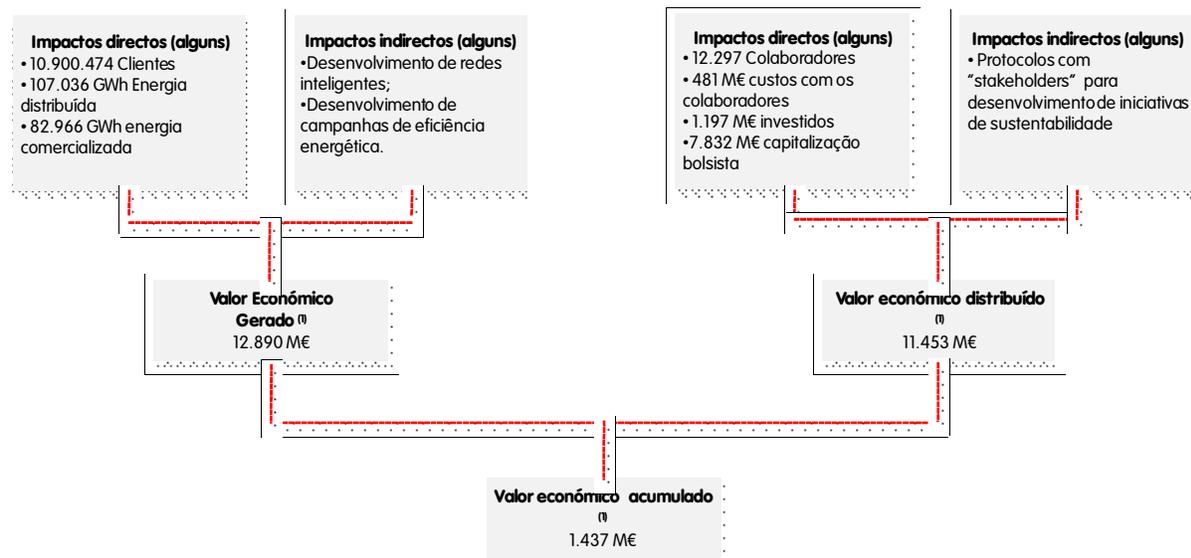
	9M12	9M11	9M10	9M09
Índice de Sustentabilidade (IS) *	127	129	129	123
Principais factores (evolução do IS)				
Importância do investimento renovável (%)	56,7	57,0	65,4	73,3
Receitas de instalações certificadas ISO 14001 (%)	34,7	27,9	24,1	30,0
Emissões específicas de CO ₂ (t/MWh)	0,34	0,28	0,24	0,38
Emissões específicas de NO _x (g/kWh)	0,28	0,26	0,27	0,47
Emissões específicas de SO ₂ (g/kWh)	0,30	0,12	0,15	0,31
Produção específica de resíduos (g/kWh)	12,2	8,8	8,2	11,1
% das mulheres activas no total dos colaboradores	22	20	21	21
Horas de formação/horas trabalhadas (%)	2,1	1,9	1,9	1,5
Índice de gravidade	121	178	119	147
Indicadores Económicos (milhares de euros)				
VAB por colaborador **	280	275	286	266
Valor económico directo gerado ***	12.889.920	12.014.299	11.014.766	8.527.854
Valor económico distribuído ***	11.453.176	10.596.027	9.446.874	5.662.261
Custos com fornecedores	673.325	648.446	621.633	529.772
Custos com colaboradores	432.819	432.198	525.256	518.433
Devolução à comunidade	139.494	223.793	194.079	258.933
Dividendos	670.829	616.581	561.819	507.153
Valor Económico Acumulado ***	1.436.745	1.418.272	1.567.892	2.865.593
Multas e Penalidades	43,54	60,33	3.447,52	87,82
Apoios de organismos Públicos ****	392.296	662.341	810.738	176.957
Facturação de serviços de energia	32.632.140	14.773.692	15.279.474	7.658.944



*O índice de sustentabilidade foi desenvolvido pela EDP e tem por base 26 indicadores de desempenho na área da sustentabilidade. (http://www.edp.pt/pt/sustentabilidade/abstracao_sustentabilidade/Pages/default_new.aspx)

**Os valores para o indicador "VAB" em 2009 e 2010 foram revistos de acordo com o estipulado no Global Reporting Initiative. Os valores para o indicador "Colaboradores" entre 2009 e 2011 foram revistos por alterações de método base no "headcount", passando a incluir o grupo de colaboradores.

***Os valores para os indicadores "Valor Económico Gerado, Distribuído e Acumulado" em 2009 e 2010 foram revistos de acordo com o estipulado no Global Reporting Initiative.



(1) Valor Económico Produzido (VEP): Valor de negócios + Outros Proventos operacionais + ganhos/perdas na alienação de ativos financeiro + ganhos/perdas em associada + Proventos financeiros

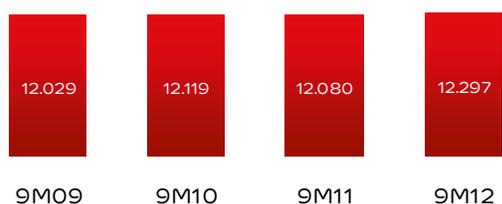
Valor Económico Distribuído (VED): Custo das Matérias-Primas Vendidas e Consumidas (CMVMC) + Custos operacionais + outros custos operacionais + In-posto comente + custos financeiros + pagamento de dividendos; Valor Económico Acumulado (VEA) = VEP - VED.

Indicadores Sociais

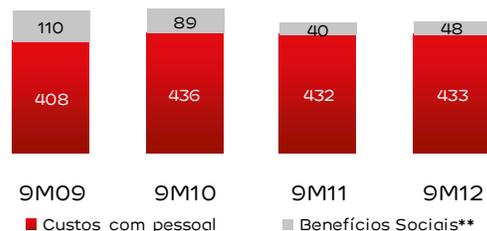
9M12 9M11 9M10 9M09

Emprego				
Colaboradores (#) *	12.297	12.080	12.119	12.029
Portugal	7.122	7.154	n.d.	n.d.
Espanha	1.649	1.682	n.d.	n.d.
EDP Renováveis	850	2.435	n.d.	n.d.
EDP Brasil	2.676	809	n.d.	n.d.
Colaboradores femininos (#) *	2.690	2.397	n.d.	n.d.
Portugal	1.447	1.421	n.d.	n.d.
Espanha	382	144	n.d.	n.d.
EDP Renováveis	269	584	n.d.	n.d.
EDP Brasil	593	248	n.d.	n.d.
Índice de rotatividade ou turnover (%)	4,57	4,41	4,07	4,61
Taxa de absentismo (%)	3,14	3,44	3,57	3,33
Custos com pessoal (mil euros)	432.819	432.198	435.913	408.303
Benefícios Sociais (mil euros) **	48.068	39.567	89.342	110.130
Formação				
Total de horas de formação	323.806	314.877	276.601	218.810
Taxa de formação total (h/p)	26,3	26,1	22,8	18,2
Colaboradores com formação (%) *	77,9	70,3	88,3	59,8
Custos totais com formação (mil €)	4.227	4.560	4.670	3.830
Produtividade do trabalho (€/h) ***	221	205	234	189
Prevenção e segurança				
Acidentes em serviço (#)	25	31	32	32
Acidentes mortais em serviço (#)	1	1	1	1
Acidentes mortais em serviço PSE (#)	10	2	2	6
Índice de frequência EDP (Tf)	1,60	1,92	2,06	2,07
Índice de gravidade EDP (Tg)	121	178	119	147
Total de dias perdidos resultante de acidente (#)	1.890	2.873	1.851	2.269
Índice de frequência PSE (Tf)	4,53	4,67	7,23	6,65
Índice de frequência EDP+ PSE (Tf)	3,65	3,80	5,07	4,52

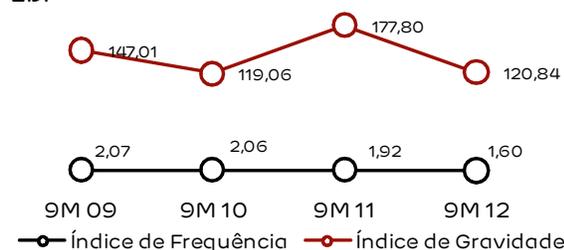
Número de colaboradores



Custos e Benefícios com colaboradores ** (milhões de euros)



Índice de frequência e de gravidade EDP



Volume de formação (h)



* O resultado de 2011 foi revisto por alterações de metodologia no "headcount", passando a incluir órgãos sociais

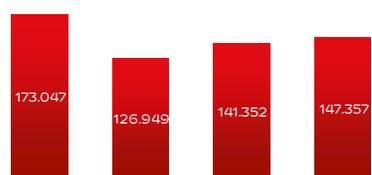
** Em Setembro de 2011 ocorreu uma reclassificação dos custos financeiros do fundo de pensões.

*** O resultado de 2011 foi alterado face ao reportado devido a uma alteração da metodologia de cálculo do VAB.

Indicadores Ambientais (1/2)

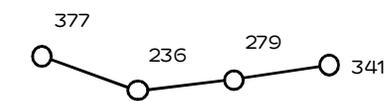
	9M12	9M11	9M10	9M09
Consumo de energia primária (TJ) *	147.357	141.352	126.949	173.047
Carvão	147.182	141.100	126.730	172.901
Fuelóleo	107.405	75.888	54.557	107.067
Gás natural *	510	522	729	4.780
Gasóleo	29.150	51.119	59.678	54.155
Resíduos florestais	113	63	329	70
Gases residuais (siderurgico, alto forno, e gás de coque)	2.394	3.762	3.165	543
Combustível da frota automóvel	7.611	9.746	8.307	6.287
	175	253	184	146
Consumos electricidade (MWh)				
Consumos próprios da Produção **	1.919.743	1.465.266	1.244.904	1.811.497
Serviços administrativos ***	23.874	25.222	23.769	14.776
Perdas nas redes (%)	9,0%	7,2%	8,3%	8,2%
Emissões atmosféricas				
Emissões Totais (kt)				
CO ₂ ****	13.599	12.279	10.373	15.578
SO ₂	12,06	5,14	6,61	16,16
NO _x	11,16	11,29	11,95	26,35
Partículas	0,53	0,49	0,30	1,00
Emissões específicas globais (g/kWh)				
CO ₂ *****	341	279	236	377
SO ₂	0,30	0,12	0,15	0,31
NO _x	0,28	0,26	0,27	0,47
Partículas	0,01	0,01	0,01	0,02
Emissões específicas de parque térmico (g/kWh)				
CO ₂ *****	801	718	641	688
SO ₂	1,09	0,30	0,41	0,71
NO _x	1,01	0,66	0,74	1,16
Partículas	0,05	0,00	0,02	0,04
CO ₂ Evitado pela utilização de energias renováveis(kt)	11.059	12.937	15.174	9.279
Intensidade CO ₂ (g/€)	1.125	1.100	1.013	1.759
Emissões Directas (âmbito 1) (kt CO ₂ eq)	13.630	12.309	10.388	14.374
Emissões Indirectas (âmbito 2) (kt CO ₂ eq)	1.141	713	7	0

Consumo de energia primária (TJ)



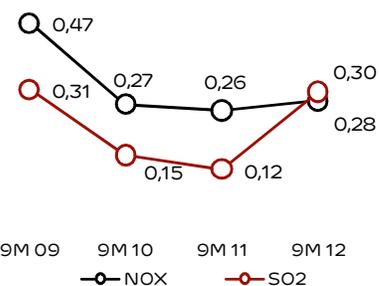
9M09 9M10 9M11 9M12

Emissões específicas CO₂ (g/kWh)



9M09 9M10 9M11 9M12

Emissões específicas (g/kWh)



9M09 9M10 9M11 9M12

—○— NOx —○— SO₂

* O valor de 2011 foi alterado passando a incluir o consumo de gás na actividade de transporte e distribuição de gás.

** O valor de 2011 foi revisto passando a incluir o backfeed power.

*** O valor de 2011 foi revisto porque não incluiu um conjunto de edifícios que mudaram de comercializador.

**** Exclui a frota automóvel.

***** Calculado relativamente à produção líquida conforme estipulado na Global Reporting Initiative.

Indicadores Ambientais (2/2)

9M12

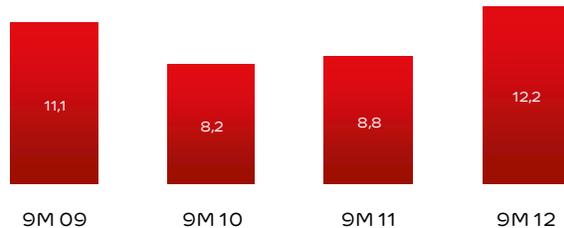
9M11

9M10

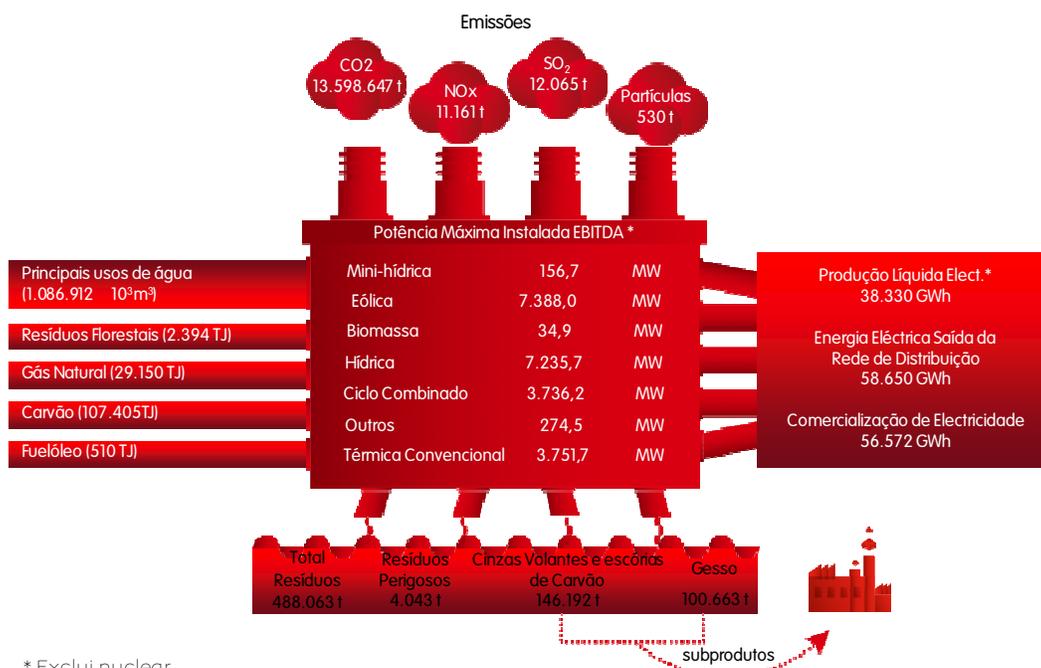
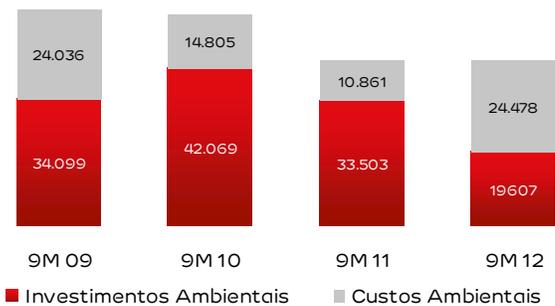
9M09

Água				
Água de refrigeração (10m³)	1.080.760	1.011.744	747.521	1.332.162
Água bruta	5.977	5.244	3.892	4.411
Água Potável	175	256	229	195
Resíduos				
Total resíduos (t)	488.063	385.515	360.033	459.264
Total de resíduos perigosos (t)	4.043	20.884	3.770	1.463
Resíduos valorizados (%)	63%	72%	91%	70%
Sub-produtos (t)	246.855	298.076	n.a.	n.a.
Gastos Ambientais				
Gastos ambientais (milhares de euros)	44.084	44.364	56.874	58.135
Proveitos ambientais (milhares de euros)	2.796	4.491	6.928	972
% do investimento ambiental no total do investimento	1,6%	2,5%	2,1%	1,3%
Multas e penalidades ambientais (milhares de euros)	211	0	4	37
Certificação Ambiental (ISO 14001)				
Número de instalações de produção certificadas	166	108	83	78
Potência líquida máxima instalada certificada (%)	72	70	68	64
Número de subestações certificadas	128	43	21	3
Potência instalada em subestações certificadas (%)	24	7	3	0
Distribuição gás certificado (%)	100	100	100	100

Resíduos por unidade de electricidade produzida (g/kWh)



Gastos Ambientais (mil €)



* Exclui nuclear

demonstrações financeiras



a better energy, a better future, a better world.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONDENSADAS
30 de Setembro de 2012

(Página intencionalmente deixada em branco)

EDP - Energias de Portugal

Demonstração Condensada dos Resultados Consolidados
para os períodos de 9 meses findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011

Milhares de Euros	Notas	2012	2011
Volume de negócios	6	12.089.966	11.161.907
Custos com electricidade	6	-6.128.295	-5.377.165
Custos com gás	6	-1.044.847	-961.129
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	-817.001	-741.095
		4.099.823	4.082.518
Rêdito associado a activos afectos a concessões	7	285.765	308.839
Encargos com activos afectos a concessões	7	-285.765	-308.839
		-	-
Outros proveitos / (custos) de exploração:			
Outros proveitos de exploração	8	219.849	233.426
Fornecimentos e serviços externos	9	-673.325	-650.161
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	10	-480.887	-471.765
Outros custos de exploração	11	-423.020	-418.990
		-1.357.383	-1.307.490
		2.742.440	2.775.028
Provisões do exercício	12	-3.410	-1.733
Amortizações e imparidades do exercício	13	-1.079.511	-1.078.202
Compensações de amortizações	13	19.070	25.281
		1.678.589	1.720.374
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros		2.857	10.280
Proveitos financeiros	15	559.808	591.257
Custos financeiros	15	-1.075.478	-1.137.196
Ganhos / (perdas) em associadas		17.440	17.429
Resultado antes de impostos		1.183.216	1.202.144
Impostos sobre lucros	16	-273.133	-242.165
Resultado líquido do período		910.083	959.979
Atribuível a:			
Accionistas da EDP		794.526	823.630
Interesses não controláveis	33	115.557	136.349
Resultado líquido do período		910.083	959.979
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	30	0,22	0,23

LISBOA, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal

Demonstração Consolidada Condensada do Rendimento Integral
em 30 de Setembro de 2012 e 2011

Milhares de Euros	2012		2011	
	Accionistas EDP	Interesses não controláveis	Accionistas EDP	Interesses não controláveis
Resultado líquido do período	794.526	115.557	823.630	136.349
Diferenças de câmbio	-72.589	-134.425	-153.213	-209.492
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-85.579	-17.772	-63.788	-9.730
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	24.045	4.843	17.083	2.556
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-255	-341	-135.699	-1.906
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	363	116	14.002	-21
Ganhos / (perdas) actuariais	12.692	3.889	4.266	13.504
Efeito fiscal dos ganhos / (perdas) actuariais	-2.533	-1.322	-6.623	-4.591
Outro rendimento integral do período depois de impostos	-123.856	-145.012	-323.972	-209.680
Total do rendimento integral do período	670.670	-29.455	499.658	-73.331

LISBOA, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal

Demonstração Condensada da Posição Financeira Consolidada em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Milhares de Euros	Notas	2012	2011
Activo			
Activos fixos tangíveis	17	20.649.601	20.708.313
Activos intangíveis	18	6.539.680	6.800.478
Goodwill	19	3.339.082	3.327.257
Investimentos financeiros em empresas associadas	21	163.280	160.306
Activos financeiros disponíveis para venda	22	171.779	171.313
Activos por impostos diferidos	23	321.243	511.414
Clientes	25	101.136	108.610
Devedores e outros activos de actividades comerciais	26	2.669.747	2.108.393
Outros devedores e outros activos	27	560.819	402.025
Total dos Activos Não Correntes		34.516.367	34.298.109
Inventários	24	317.968	346.060
Clientes	25	2.059.559	2.043.671
Devedores e outros activos de actividades comerciais	26	1.953.078	1.495.616
Outros devedores e outros activos	27	333.375	505.694
Impostos a receber	28	464.940	644.819
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados		10.404	212
Caixa e equivalentes de caixa	29	2.207.537	1.731.524
Activos detidos para venda	42	220.108	201.924
Total dos Activos Correntes		7.566.969	6.969.520
Total do Activo		42.083.336	41.267.629
Capitais Próprios			
Capital	30	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	31	-104.913	-111.430
Prémios de emissão de acções	30	503.923	503.923
Reservas e resultados acumulados	32	3.260.330	2.935.840
Resultado líquido atribuível aos accionistas da EDP		794.526	1.124.663
Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas da EDP		8.110.404	8.109.534
Interesses não controláveis	33	3.167.823	3.277.245
Total dos Capitais Próprios		11.278.227	11.386.779
Passivo			
Dívida financeira	35	17.652.553	15.786.411
Benefícios aos empregados	36	1.743.949	1.823.158
Provisões para riscos e encargos	37	364.976	415.149
Conta de hidrolicidade	34	59.691	69.142
Passivos por impostos diferidos	23	895.893	954.002
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	38	1.736.132	1.783.861
Credores e outros passivos de actividades comerciais	39	1.315.207	1.289.436
Outros credores e outros passivos	40	396.146	361.101
Total dos Passivos Não Correntes		24.164.547	22.482.260
Dívida financeira	35	2.993.429	2.998.698
Credores e outros passivos de actividades comerciais	39	2.719.028	3.296.680
Outros Credores e outros passivos	40	422.317	535.077
Impostos a pagar	41	480.776	546.806
Passivos detidos para venda	42	25.012	21.329
Total dos Passivos Correntes		6.640.562	7.398.590
Total do Passivo		30.805.109	29.880.850
Total dos Capitais Próprios e Passivo		42.083.336	41.267.629

LISBOA, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal

Demonstração Condensada dos Resultados Consolidados
para os períodos de 3 meses de 1 de Julho a 30 de Setembro de 2012 e 2011

Milhares de Euros	2012	2011
Volume de negócios	3.876.434	3.618.923
Custos com electricidade	-1.955.953	-1.711.317
Custos com gás	-331.751	-326.771
Varição nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-278.149	-286.064
	<u>1.310.581</u>	<u>1.294.771</u>
Rédito associado a activos afectos a concessões	106.912	113.379
Encargos com activos afectos a concessões	-106.912	-113.379
	-	-
Outros proveitos / (custos) de exploração:		
Outros proveitos de exploração	65.480	50.827
Fornecimentos e serviços externos	-227.736	-229.117
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	-150.656	-150.704
Outros custos de exploração	-140.337	-136.007
	<u>-453.249</u>	<u>-465.001</u>
	<u>857.332</u>	<u>829.770</u>
Provisões do exercício	3.341	18.689
Amortizações e imparidades do exercício	-362.404	-354.080
Compensações de amortizações	5.941	5.404
	<u>504.210</u>	<u>499.783</u>
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	-92
Proveitos financeiros	193.621	194.074
Custos financeiros	-356.250	-429.049
Ganhos / (perdas) em associadas	6.976	5.640
Resultado antes de impostos	<u>348.557</u>	<u>270.356</u>
Impostos sobre lucros	-114.193	-21.676
Resultado líquido do período	<u>234.364</u>	<u>248.680</u>
Atribuível a:		
Accionistas da EDP	212.758	214.968
Interesses não controláveis	21.606	33.712
Resultado líquido do período	<u>234.364</u>	<u>248.680</u>
Resultado por acção (Básico e Diluído) - Euros	<u>0,06</u>	<u>0,06</u>

LISBOA, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal

Demonstração Condensada de Alterações nos Capitais Próprios Consolidados
em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Milhares de Euros	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Reserva de Justo Valor (cobertura FC)	Reserva de Justo Valor (AFDV)	Diferenças cambiais	Acções próprias	Capital Próprio atribuível accionistas da EDP	Interesses não controláveis
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	10.784.959	3.656.538	503.923	502.888	2.794.322	35.111	164.684	312.823	-115.731	7.854.558	2.930.401
Rendimento integral:											
Resultado líquido do período	959.979	-	-	-	823.630	-	-	-	-	823.630	136.349
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-53.879	-	-	-	-	-46.705	-	-	-	-46.705	-7.174
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-123.624	-	-	-	-	-	-121.697	-	-	-121.697	-1.927
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	6.556	-	-	-	-2.357	-	-	-	-	-2.357	8.913
Variações na diferença cambial de consolidação	-362.705	-	-	-	-	-	-153.213	-	-	-153.213	-209.492
Rendimento integral total do período	426.327	-	-	-	821.273	-46.705	-121.697	-153.213	-	499.658	-73.331
Reforço de reserva legal	-	-	-	36.257	-36.257	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-616.581	-	-	-	-616.581	-	-	-	-	-616.581	-
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-68.475	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-68.475
Compra e venda de acções próprias	1.342	-	-	-	-1.116	-	-	-	2.458	1.342	-
Prémios em acções e exercício de stock options	2.046	-	-	-	-	-	-	-	2.046	2.046	-
Variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	-1.148	-	-	-	1.487	-	-	-	-	1.487	-2.635
Alienação sem perda de controlo da EDP Brasil	395.220	-	-	-	84.329	1.679	384	-66.848	-	19.544	375.676
Variações nas outras reservas de consolidação	-779	-	-	-	-786	-	-	-	-	-786	7
Saldos em 30 de Setembro de 2011	10.922.911	3.656.538	503.923	539.145	3.046.671	-9.915	43.371	92.762	-111.227	7.761.268	3.161.643
Rendimento integral:											
Resultado líquido do período	372.000	-	-	-	301.033	-	-	-	-	301.033	70.967
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-18.176	-	-	-	-	-17.173	-	-	-	-17.173	-1.003
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-670	-	-	-	-	-	-2.011	-	-	-2.011	1.341
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	14.390	-	-	-	37.945	-	-	-	-	37.945	-23.555
Variações na diferença cambial de consolidação	108.660	-	-	-	-	-	28.707	-	-	28.707	79.953
Rendimento integral total do período	476.204	-	-	-	338.978	-17.173	-2.011	28.707	-	348.501	127.703
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-54.966	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-54.966
Compra e venda de acções próprias	-201	-	-	-	2	-	-	-	-203	-201	-
Variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	42.625	-	-	-	-177	-	-	-	-	-177	42.802
Variações nas outras reservas de consolidação	206	-	-	-	143	-	-	-	-	143	63
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	11.386.779	3.656.538	503.923	539.145	3.385.617	-27.088	41.360	121.469	-111.430	8.109.534	3.277.245
Rendimento integral:											
Resultado líquido do período	910.083	-	-	-	794.526	-	-	-	-	794.526	115.557
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-74.463	-	-	-	-	-61.534	-	-	-	-61.534	-12.929
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-117	-	-	-	-	-	108	-	-	108	-225
Ganhos / (perdas) actuariais líquidas de imposto	12.726	-	-	-	10.159	-	-	-	-	10.159	2.567
Variações na diferença cambial de consolidação	-207.014	-	-	-	-	-	-72.589	-	-	-72.589	-134.425
Rendimento integral total do período	641.215	-	-	-	804.685	-61.534	108	-72.589	-	670.670	-29.455
Reforço de reserva legal	-	-	-	39.290	-39.290	-	-	-	-	-	-
Pagamento de dividendos	-670.549	-	-	-	-670.549	-	-	-	-	-670.549	-
Dividendos atribuíveis a interesses não controláveis	-83.331	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-83.331
Compra e venda de acções próprias	-1.388	-	-	-	-5.889	-	-	-	4.501	-1.388	-
Prémios em acções e exercício de stock options	2.051	-	-	-	35	-	-	-	2.016	2.051	-
Variações resultantes de aquisições/alienações e aumentos de capital	3.300	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.300
Variações nas outras reservas de consolidação	150	-	-	-	100	-	-	-14	-	86	64
Saldos em 30 de Setembro de 2012	11.278.227	3.656.538	503.923	578.435	3.474.709	-88.622	41.468	48.866	-104.913	8.110.404	3.167.823

LISBOA, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados e Individuais Condensadas em 30 de Setembro de 2012 e 2011

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Actividades Operacionais				
Recebimentos de clientes	10.926.286	10.855.736	1.409.810	1.585.666
Recebimentos por securitização dos ajustamentos tarifários	167.936	615.941	-	-
Pagamentos a fornecedores	-8.693.805	-8.047.287	-1.632.445	-1.626.755
Pagamentos ao pessoal	-667.997	-540.853	-20.264	-42.301
Pagamentos de rendas de concessão	-182.584	-177.129	-	-
Outros recebimentos / (pagamentos) relativos à actividade operacional	-108.549	-296.720	9.445	-5.006
Fluxo gerado pelas operações	1.441.287	2.409.688	-233.454	-88.396
Recebimentos / (pagamentos) de imposto sobre o rendimento	-70.165	-57.413	28.224	13.762
Fluxo das Actividades Operacionais	1.371.122	2.352.275	-205.230	-74.634
Actividades de Investimento				
Recebimentos:				
Activos financeiros	9.071	415.645	-	353.267
Activos fixos tangíveis e intangíveis	5.962	42.011	2.903	1.817
Outros recebimentos relativos a activos fixos tangíveis	37.668	12.263	-	-
Juros e proveitos similares	64.386	91.458	249.834	243.655
Dividendos	18.636	16.558	708.264	831.436
	135.723	577.935	961.001	1.430.175
Pagamentos:				
Activos financeiros	-64.822	-279.190	-2.733	-483.916
Variação de caixa por variações no perímetro de consolidação	4.176	666	-	-
Activos fixos tangíveis e intangíveis	-1.552.458	-1.775.957	-12.105	-48.624
	-1.613.104	-2.054.481	-14.838	-532.540
Fluxo das Actividades de Investimento	-1.477.381	-1.476.546	946.163	897.635
Actividades de Financiamento				
Recebimentos/(Pagamentos) de empréstimos obtidos	1.986.475	517.019	-31.863	545.276
Juros e custos similares incluindo derivados de cobertura	-551.952	-471.008	-210.414	-287.349
Subsídios governamentais ("Cash grants")	4.516	1.571	-	-
Aumentos de capital subscritos por interesses não controláveis	-	4.507	-	-
Recebimentos/(Pagamentos) de instrumentos financeiros derivadas	-42.195	-37.661	17.335	-17.596
Dividendos pagos a accionistas da EDP	-670.829	-616.581	-670.829	-616.581
Dividendos pagos a interesses não controláveis	-109.519	-97.933	-	-
Venda / (aquisição) de acções próprias	-1.388	1.280	662	3.326
Recebimentos/(Pagamentos) antecipados de parcerias institucionais na actividade eólica nos EUA	-11.089	71.820	-	-
Fluxo das Actividades de Financiamento	604.019	-626.986	-895.109	-372.924
Variação de caixa e seus equivalentes	497.760	248.743	-154.176	450.077
Efeito das diferenças de câmbio	-21.747	-64.150	-38	-5
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.731.524	1.588.163	661.609	142.675
Caixa e seus equivalentes no fim do período (*)	2.207.537	1.772.756	507.395	592.747

(*) Ver detalhe da composição da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" na Nota 29 às Demonstrações Financeiras

LISBOA, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Demonstração Condensada dos Resultados Individual
para os períodos de 9 meses findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011

Milhares de Euros	Notas	2012	2011
Volume de negócios	6	1.566.209	1.734.483
Custos com electricidade	6	-1.259.924	-1.330.844
Varição nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	6	-250.564	-331.191
		55.721	72.448
Outros proveitos / (custos) de exploração:			
Outros proveitos de exploração	8	10.419	7.677
Fornecimentos e serviços externos	9	-137.678	-132.418
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	10	-9.410	-10.780
Outros custos de exploração	11	-10.276	-11.017
		-146.945	-146.538
		-91.224	-74.090
Provisões do exercício	12	3.077	3.882
Amortizações e imparidades do exercício	13	-10.247	-6.922
		-98.394	-77.130
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	14	87.945	110.362
Proveitos financeiros	15	1.186.905	1.046.387
Custos financeiros	15	-532.211	-619.672
Resultado antes de impostos		644.245	459.947
Impostos sobre lucros	16	86.572	147.581
Resultado líquido do período		730.817	607.528

LISBOA, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Demonstração Condensada Individual do Rendimento Integral em 30 de Setembro de 2012 e 2011

Milhares de Euros	2012	2011
Resultado líquido do período	730.817	607.528
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-21.017	-17.993
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	6.087	5.202
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-1.947	-128.282
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	729	13.156
Outro rendimento integral do período depois de impostos	-16.148	-127.917
Total do rendimento integral do período	714.669	479.611

LISBOA, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Demonstração Condensada da Posição Financeira Individual em 30 de Setembro de 2012 e 31 Dezembro de 2011

Milhares de Euros	Notas	2012	2011
Activo			
Activos fixos tangíveis	17	198.644	200.749
Activos intangíveis	18	10	16
Investimentos financeiros em empresas filiais	20	9.796.953	9.708.783
Activos financeiros disponíveis para venda	22	40.539	42.544
Propriedades de investimento		11.433	11.468
Activos por impostos diferidos	23	75.363	18.344
Devedores e outros activos de actividades comerciais	26	1.609	179
Outros Devedores e outros activos	27	5.246.099	4.848.129
Total dos Activos Não Correntes		15.370.650	14.830.212
Inventários	24	2.251	807
Clientes	25	147.346	149.073
Devedores e outros activos de actividades comerciais	26	257.012	260.829
Outros devedores e outros activos	27	4.174.497	2.645.774
Impostos a receber	28	164.397	162.377
Caixa e equivalentes de caixa	29	507.395	661.609
Total dos Activos Correntes		5.252.898	3.880.469
Total do Activo		20.623.548	18.710.681
Capitais Próprios			
Capital	30	3.656.538	3.656.538
Acções próprias	31	-98.818	-105.335
Prémios de emissão de acções	30	503.923	503.923
Reservas e resultados acumulados	32	1.988.828	1.895.855
Resultado líquido do período		730.817	785.804
Total dos Capitais Próprios		6.781.288	6.736.785
Passivo			
Dívida financeira	35	1.840.287	1.777.527
Provisões para riscos e encargos	37	27.728	72.172
Conta de hidraulicidade	34	59.691	69.142
Credores e outros passivos de actividades comerciais	39	2.787	3.410
Outros credores e outros passivos	40	2.415.749	2.447.314
Total dos Passivos Não Correntes		4.346.242	4.369.565
Dívida financeira	35	7.421.807	5.700.385
Credores e outros passivos de actividades comerciais	39	391.190	508.693
Outros credores e outros passivos	40	1.682.422	1.393.531
Impostos a pagar	41	599	1.722
Total dos Passivos Correntes		9.496.018	7.604.331
Total do Passivo		13.842.260	11.973.896
Total dos Capitais Próprios e Passivo		20.623.548	18.710.681

LISBOA, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Demonstração Condensada dos Resultados Individual
para os períodos de 3 meses de 1 de Julho a 30 de Setembro de 2012 e 2011

Milhares de Euros	2012	2011
Volume de negócios	530.696	548.048
Custos com electricidade	-418.777	-437.318
Variação nos inventários e custo das matérias primas e consumíveis	-89.584	-94.976
	22.335	15.754
Outros proveitos / (custos) de exploração:		
Outros proveitos de exploração	3.110	4.363
Fornecimentos e serviços externos	-45.388	-45.743
Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	-3.228	-3.712
Outros custos de exploração	-886	-1.643
	-46.392	-46.735
	-24.057	-30.981
Provisões do exercício	8.951	289
Amortizações e imparidades do exercício	-3.415	-2.518
	-18.521	-33.210
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	87.945	110.362
Proveitos financeiros	212.103	67.948
Custos financeiros	-161.819	-104.862
Resultado antes de impostos	119.708	40.238
Impostos sobre lucros	-13.801	102.206
Resultado líquido do período	105.907	142.444

LISBOA, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

EDP - Energias de Portugal, S.A.

Demonstração Condensada de Alterações no Capital Próprio em base Individual
em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

Milhares de Euros	Total dos Capitais Próprios	Capital social	Prémios de emissão	Reserva legal	Reservas e resultados acumulados	Reserva de Justo Valor (cobertura FC)	Reserva de Justo Valor (AFDV)	Ações próprias
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	6.702.149	3.656.538	503.923	502.888	1.997.977	17.813	132.646	-109.636
Rendimento integral:								
Resultado líquido do período	607.528	-	-	-	607.528	-	-	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-12.791	-	-	-	-	-12.791	-	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-115.126	-	-	-	-	-	-115.126	-
Rendimento integral total do período	479.611	-	-	-	607.528	-12.791	-115.126	-
Reforço da reserva legal	-	-	-	36.257	-36.257	-	-	-
Pagamento de dividendos	-616.581	-	-	-	-616.581	-	-	-
Compra e venda de ações próprias	1.342	-	-	-	-1.116	-	-	2.458
Prémios em ações e exercício de stock options	2.046	-	-	-	-	-	-	2.046
Saldos em 30 de Setembro de 2011	6.568.567	3.656.538	503.923	539.145	1.951.551	5.022	17.520	-105.132
Rendimento integral:								
Resultado líquido do período	178.276	-	-	-	178.276	-	-	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-2.554	-	-	-	-	-2.554	-	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-7.303	-	-	-	-	-	-7.303	-
Rendimento integral total do período	168.419	-	-	-	178.276	-2.554	-7.303	-
Compra e venda de ações próprias	-201	-	-	-	2	-	-	-203
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	6.736.785	3.656.538	503.923	539.145	2.129.829	2.468	10.217	-105.335
Rendimento integral:								
Resultado líquido do período	730.817	-	-	-	730.817	-	-	-
Variações na reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa) líquidas de imposto	-14.930	-	-	-	-	-14.930	-	-
Variações na reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda) líquidas de imposto	-1.218	-	-	-	-	-	-1.218	-
Rendimento integral total do período	714.669	-	-	-	730.817	-14.930	-1.218	-
Reforço da reserva legal	-	-	-	39.290	-39.290	-	-	-
Pagamento de dividendos	-670.829	-	-	-	-670.829	-	-	-
Compra e venda de ações próprias	-1.388	-	-	-	-5.889	-	-	4.501
Prémios em ações e exercício de stock options	2.051	-	-	-	35	-	-	2.016
Saldos em 30 de Setembro de 2012	6.781.288	3.656.538	503.923	578.435	2.144.673	-12.462	8.999	-98.818

LISBOA, 6 DE NOVEMBRO DE 2012

O TÉCNICO OFICIAL
DE CONTAS N.º 17.713

A DIRECÇÃO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

1. Actividade económica do Grupo EDP	34
2. Políticas contabilísticas	34
3. Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras	46
4. Políticas de gestão do risco financeiro	49
5. Perímetro de consolidação	51
6. Volume de negócios	52
7. Rédito associado a activos afectos a concessões	53
8. Outros proveitos de exploração	53
9. Fornecimentos e serviços externos	53
10. Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	54
11. Outros custos de exploração	54
12. Provisões do exercício	54
13. Amortizações e imparidades do exercício	55
14. Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	55
15. Proveitos e custos financeiros	56
16. Impostos sobre os lucros	57
17. Activos fixos tangíveis	59
18. Activos intangíveis	61
19. Goodwill	62
20. Investimentos financeiros em empresas filiais (contas individuais)	63
21. Investimentos financeiros em empresas associadas	64
22. Activos financeiros disponíveis para venda	64
23. Impostos diferidos activos e passivos	64
24. Inventários	65
25. Clientes	65
26. Devedores e outros activos de actividades comerciais	66
27. Outros devedores e outros activos	67
28. Impostos a receber	67
29. Caixa e equivalentes de caixa	67
30. Capital e prémios de emissão de acções	68
31. Acções próprias	68
32. Reservas e resultados acumulados	69
33. Interesses não controláveis	70
34. Conta de hidraulicidade	71
35. Dívida financeira	71
36. Benefícios aos empregados	74
37. Provisões para riscos e encargos	75
38. Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	76
39. Credores e outros passivos de actividades comerciais	77
40. Outros credores e outros passivos	78
41. Impostos a pagar	78
42. Activos e passivos detidos para venda	79
43. Instrumentos financeiros derivados	79
44. Compromissos	80
45. Planos de remuneração com acções	81
46. Partes relacionadas	82
47. Justo valor de activos e passivos financeiros	85
48. Eventos relevantes ou subsequentes	86
49. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas	86
50. EDP Sucursal em Espanha	86
51. Relato financeiro por segmentos	87
Anexo I - Actividade do Grupo EDP por Segmento de Negócio	89

1. ACTIVIDADE ECONÓMICA DO GRUPO EDP

A EDP - Energias de Portugal, S.A. (adiante designada EDP, S.A.) foi constituída em 1976 na sequência da nacionalização e consequente fusão das principais empresas do sector eléctrico de Portugal Continental. A sua sede social é em Lisboa, na Praça Marquês de Pombal, 12. Em 1994, conforme definido pelos Decretos-Lei n.º 7/91 e 131/94, constituiu-se o Grupo EDP (adiante designado por Grupo EDP ou Grupo) após a cisão da EDP, S.A., de que resultou um conjunto de empresas participadas detidas directa ou indirectamente a 100% pela própria EDP, S.A.

As actividades do Grupo estão actualmente centradas nas áreas de produção, distribuição e comercialização de energia eléctrica e distribuição e comercialização de gás, mas abrangem também outras áreas complementares e relacionadas, como engenharia, ensaios laboratoriais, formação profissional, prestação de serviços energéticos e gestão do património imobiliário.

Em termos geográficos o Grupo EDP opera essencialmente nos mercados Europeu (Portugal, Espanha e França) e Americano (Brasil e Estados Unidos da América), no sector da energia.

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012 ocorreram as seguintes alterações significativas na actividade económica do Grupo EDP:

Actividade no sector Energético em Portugal

Prevê-se o ajustamento da taxa de juro aplicável à repercussão tarifária do montante anual da parcela fixa dos Custos de Manutenção do Equilíbrio Contratual (CMEC), no valor médio, para o período 2013 a 2027, de aproximadamente 13 milhões de Euros por ano, o que corresponde a 120 milhões de Euros em valor actual. Este ajustamento decorre da aplicação do mecanismo de cálculo da taxa de juro daquela parcela fixa previsto no Decreto-Lei n.º 240/2004, de 27 de Dezembro.

Em 20 de Agosto de 2012, foi publicada a Portaria 251/2012, que estabelece o novo regime de incentivos à garantia de potência disponibilizada para os centros electroprodutores ao sistema Eléctrico Nacional (SEN), que substitui e prevalece sobre todos os mecanismos ou regimes de remuneração instituídos anteriormente. Os incentivos à garantia de potência devem contribuir de forma decisiva e racional para a manutenção da disponibilidade da capacidade de produção de energia eléctrica (incentivo à disponibilidade) e para a realização de futuros investimentos em nova capacidade de produção (incentivo ao investimento), de forma, a assegurar a existência de níveis de segurança de abastecimento que não são garantidos pelos mecanismos normais de funcionamento do mercado. O incentivo à disponibilidade é atribuído aos centros electroprodutores térmicos até ao termo da licença de exploração, com início no ano civil após a vigência do Programa de Apoio Financeiro, com remuneração anual de referência de 6.000€/MW/ano. O incentivo ao investimento é atribuído aos novos centros electroprodutores hídricos e reforços de potência durante os 10 primeiros anos, após reconhecimento de elegibilidade.

O sector eólico e o Governo Português chegaram a um acordo de princípio que preserva a estabilidade legal dos actuais contractos (Decreto-Lei 33-A/2005) e protege os investimentos realizados pelos produtores eólicos na economia portuguesa. Os produtores eólicos poderão efectuar um investimento voluntário para obterem uma maior visibilidade remuneratória através da aquisição de um novo esquema tarifário para o período após os actuais 15 anos definidos por lei. O valor total de investimento será utilizado para reduzir os custos gerais do sistema eléctrico português. Com o objectivo de maximizar a adesão dos promotores eólicos à extensão do período remuneratório, o Governo propôs aos promotores a possibilidade de optarem por um de quatro regimes, que incluem as seguintes condições: i) diferentes preços máximos (Cap) e mínimos (Floor); ii) diferentes durações no que respeita ao novo esquema tarifário após o período inicial de 15 anos; e consequentemente iii) diferentes níveis de investimento (por MW) para adquirir o esquema tarifário eleito.

Actividade no Sector Energético em Espanha

Em 30 de Março de 2012, entrou em vigor o Real Decreto 13/2012 que visa estabelecer directivas para os mercados internos de electricidade e de gás e estabelecer um conjunto de medidas com vista a endereçar os défices tarifários em ambos os sectores.

As principais medidas com impacto na actividade do Grupo EDP são as seguintes:

- Redução da remuneração das empresas de distribuição com efeitos a 1 de Janeiro de 2012 relativamente às suas actividades de distribuição e de comercialização;
- Como medida extraordinária para 2012, o volume máximo de carvão nacional a ser consumido ao abrigo do incentivo de consumo de carvão nacional (Real Decreto 134/2010) foi reduzido em 10%;
- Para o exercício de 2012 o incentivo ao investimento em centrais de ciclo combinado foi reduzido para 23.400€/MW/ano e o incentivo para investimentos ambientais em centrais térmicas a carvão foi reduzido para 7.875€/MW/ano.

O Governo espanhol anunciou um pacote de medidas (principalmente fiscais), a vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2013 após aprovação em parlamento, que visam a sustentabilidade financeira e ambiental do sector eléctrico. Entre outras medidas, o pacote inclui um imposto de 6% sobre a receita de produção de electricidade.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais condensadas da EDP - Energias de Portugal, S.A., agora apresentadas, reflectem os resultados das operações das suas subsidiárias (Grupo EDP ou Grupo) e a participação do Grupo nas associadas, para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012 e a demonstração da posição financeira individual e consolidada em 30 de Setembro de 2012.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais condensadas (referidas como "demonstrações financeiras") foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo da EDP, S.A., no dia 6 de Novembro de 2012 e são expressas em milhares de Euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais da EDP, S.A. e consolidadas do Grupo EDP são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) conforme endossadas pela União Europeia (UE). As IFRS incluem as normas (standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas e individuais condensadas do Grupo EDP, para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012, foram preparadas em conformidade com as IFRS tal como adoptadas pela U.E. até 30 de Setembro de 2012 e considerando a Norma Internacional de Relato Financeiro IAS 34 - "Relato Financeiro Intercalar", pelo que não incluem toda a informação exigida para as demonstrações financeiras anuais e devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor, e que o Grupo ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na nota 49.

Estas demonstrações apresentam também a demonstração de resultados do terceiro trimestre de 2012 com os comparativos do terceiro trimestre do ano anterior.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos e passivos que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto. Os activos não correntes detidos para venda e os grupos de activos detidos para venda são registados ao menor entre o seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo.

Nos termos definidos pelo IFRS 3 - Concentração de actividades empresariais, ajustamentos ao justo valor resultantes da alocação do preço de aquisição aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos ("Purchase price allocations"), com impacto nos montantes de "goodwill" previamente registados, determinam a reexpressão da informação comparativa, sendo reflectido o efeito destes ajustamentos nas rubricas da demonstração da posição financeira, com referência à data de realização da operação de concentração de actividades empresariais.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentadas na nota 3 (Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras).

Em 2012, de forma a tornar mais adequada a apresentação relativa à rubrica de Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA, os custos de transacção diferidos relativos a parcerias institucionais passaram a ser deduzidos a esta rubrica de passivo em vez de serem incluídos na rubrica de Outros devedores e outros activos não correntes (ver nota 38).

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo e em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais condensadas, agora apresentadas, reflectem os activos, passivos e resultados da EDP, S.A. e das suas subsidiárias (Grupo ou Grupo EDP), e os capitais próprios e resultados atribuíveis ao Grupo por via das participações financeiras em empresas associadas.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo EDP passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de actividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

Empresas subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder de, directa ou indirectamente, gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Até 31 de Dezembro de 2009, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses não controláveis excedem o seu interesse no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses não controláveis anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas. Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses não controláveis nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses não controláveis negativos.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por fases ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do "goodwill". No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto presume-se que o Grupo não exerce influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- Representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- Participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- Existência de transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- Intercâmbio de quadros de gestão;
- Fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada, contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Entidades conjuntamente controladas

As entidades conjuntamente controladas, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, proveitos e custos destas entidades, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que este cesse.

Contabilização, em base individual, das participações financeiras em subsidiárias e associadas

Em base individual, os investimentos em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que esteja classificado como activos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - "Goodwill"

Na sequência da transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2004 e conforme permitido pelo IFRS 1 - Adopção pela Primeira Vez das IFRS, o Grupo optou por manter o "goodwill" resultante de concentrações de actividades empresariais, ocorridas antes da data da transição, registado de acordo com as anteriores regras contabilísticas aplicadas pelo Grupo.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de Dezembro de 2009.

Após 1 de Janeiro de 2010, o registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser directamente imputados a resultados.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, a totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Após 1 de Janeiro de 2010, o Grupo EDP tem a possibilidade de reconhecer os interesses não controláveis ao justo valor ou ao custo de aquisição, o que implica que poderá reconhecer nas suas demonstrações financeiras a totalidade do "goodwill", incluindo a parcela que é atribuível aos interesses não controláveis, por contrapartida dos interesses não controláveis, caso opte pela primeira opção. O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional da situação patrimonial adquirida, consoante a opção tomada.

Caso o "goodwill" apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do período em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de Dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis podendo as alterações posteriores ser registadas por contrapartida de "goodwill". Após 1 de Janeiro de 2010, o "goodwill" não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

Aquisição e diluição de Interesses não controláveis

Até 31 de Dezembro de 2009, nas aquisições de interesses não controláveis, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses não controláveis adquiridos foram registadas por contrapartida de "goodwill". As aquisições de interesses não controláveis, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses não controláveis ("written put options"), originaram o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses não controláveis na parte adquirida. Sempre que existiu um diferencial entre os interesses não controláveis adquiridos e o justo valor da responsabilidade, esse diferencial foi registado por contrapartida de "goodwill". O justo valor foi determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso do preço ser variável, o valor da responsabilidade era actualizado por contrapartida de "goodwill" e o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade era registado por contrapartida de resultados. Este tratamento contabilístico mantém-se para as opções contratadas até 31 de Dezembro de 2009.

Até 31 de Dezembro de 2009, quando uma parte da participação numa subsidiária era alienada sem que ocorresse perda de controlo, a diferença entre o valor de venda e o valor contabilístico dos capitais próprios atribuídos à proporção do capital a ser alienada pelo Grupo, acrescido do valor contabilístico do "goodwill" relativo a essa subsidiária, era reconhecido em resultados do exercício como um ganho ou uma perda decorrente da alienação. O efeito de diluição ocorre quando a percentagem de participação numa subsidiária diminui sem que o Grupo tenha alienado as suas partes de capital nessa subsidiária, por exemplo, no caso em que o Grupo não participa proporcionalmente no aumento de capital de uma subsidiária. Até 31 de Dezembro de 2009, o Grupo reconhecia os ganhos e perdas decorrentes da diluição de uma participação financeira numa subsidiária, na sequência de uma alienação ou aumento de capital, nos resultados do exercício.

Após 1 de Janeiro de 2010, nas aquisições (diluições) de interesses não controláveis sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses não controláveis adquiridos são registadas por contrapartida de reservas. As aquisições de interesses não controláveis, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses não controláveis ("written put options"), originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses não controláveis na parte adquirida. O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso do preço ser variável, o valor da responsabilidade é actualizado por contrapartida de resultados, assim como o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade é registado igualmente por contrapartida de resultados.

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam. Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas.

O "goodwill" gerado em moeda estrangeira na aquisição destes investimentos é reavaliado à taxa de câmbio em vigor à data de balanço, por contrapartida de reservas.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros, ao câmbio aproximado com as taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão para Euros dos resultados do período, resultantes do diferencial entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro, as diferenças cambiais associadas à participação financeira previamente registadas em reservas são reconhecidas em resultados.

Saldos e transacções eliminados na consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas nos resultados.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

d) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date") pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente nos resultados do período, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxos de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura, nos resultados do período, depende do modelo de cobertura utilizado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados corresponde ao seu valor de mercado, quando disponível, sendo na sua ausência determinado por entidades externas tendo por base técnicas de valorização aceites pelo mercado.

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro, cambial e risco de preço resultante da sua actividade operacional e de financiamento. Os derivados que não se qualificam como de cobertura no âmbito de aplicação da IAS 39 são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- (i) À data de início da relação, existe documentação formal da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade;
- (iv) A cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro;
- (v) Em relação à cobertura de uma transacção futura, esta tem de ser altamente provável e tem de apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do risco coberto do activo, passivo ou grupo de activos e passivos. Se a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos na valorização do risco coberto são amortizados até à maturidade do item coberto.

Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados que se qualificam como de cobertura de fluxos de caixa são reconhecidas por contrapartida de reservas.

Os valores acumulados em reservas são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em reservas mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura ocorra. Quando já não é expectável que a transacção futura ocorra, os ganhos ou perdas acumuladas registadas por contrapartida de reservas são reconhecidos imediatamente em resultados.

Cobertura de activos líquidos ("Net investment")

O modelo de cobertura de activos líquidos é aplicado, em base consolidada, em investimentos em subsidiárias realizados em moeda estrangeira. Este modelo permite que as variações cambiais reconhecidas em reservas cambiais de consolidação sejam compensadas pelas variações cambiais de empréstimos obtidos em moeda estrangeira ou derivados cambiais contratados. A parte inefectiva da relação de cobertura é registada em resultados do exercício.

Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento líquido e à respectiva operação de cobertura registada em capitais próprios são transferidas para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Efectividade

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal, de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura e testes prospectivos e retrospectivos, quando aplicável, em cada data de balanço, de modo a demonstrar a sua efectividade mostrando que as alterações no justo valor do item coberto são compensadas por alterações no justo valor do instrumento de cobertura, no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

e) Outros activos financeiros

O Grupo classifica os seus outros activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

Esta categoria inclui: (i) os activos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo (negociação) e (ii) os outros activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados ("fair value option").

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: (i) o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado, ou (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Reconhecimento inicial, mensuração e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados e (ii) activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que o Grupo se compromete a adquirir ou alienar esses activos financeiros.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto para activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos nos resultados.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

Os activos financeiros são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, (ii) o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas nos resultados.

Os activos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas de justo valor, até que os activos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas de justo valor é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes activos são igualmente reconhecidas em reservas, no caso de acções, e nos resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, bem como os dividendos recebidos, são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de oferta de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os activos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Transferências entre categorias

O Grupo não procede à transferência de instrumentos financeiros de e para a categoria de activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados ("fair value option").

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro ou grupo de activos financeiros e sempre que possa ser medida de forma fiável.

Para os activos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou uma redução de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas de justo valor, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor à data do balanço deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida nos resultados, é transferida para resultados.

Relativamente a instrumentos de dívida, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida dos resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a instrumentos de capital, a reversão da imparidade é reconhecida em reservas de justo valor.

f) Passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva; ou ao justo valor, sempre que o Grupo decide, aquando do reconhecimento inicial, designar esse passivo financeiro ao justo valor através de resultados, ao abrigo da opção de justo valor.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

As acções preferenciais emitidas por entidades do Grupo são consideradas como instrumentos de capital se não tiverem uma obrigação de reembolso e os dividendos só forem pagos se e quando declarados pelo Grupo. As acções preferenciais emitidas por subsidiárias, classificadas como instrumento de capital e detidas por terceiros são registadas como interesses não controláveis.

h) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Na data da transição para os IFRS, 1 de Janeiro de 2004, o Grupo decidiu considerar como custo dos activos fixos tangíveis o seu valor reavaliado determinado em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, o qual era equiparável em termos gerais ao custo mensurado de acordo com os IFRS.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada dos bens:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico:	
Produção Hidroeléctrica	32 a 75
Produção Termoeléctrica	25 a 40
Produção Renováveis	25
Distribuição de electricidade	10 a 40
Outro equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo e utensílios	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

Nos termos previstos pelas IFRS, a estimativa das vidas úteis dos activos deve ser revista se as expectativas relativamente aos benefícios económicos esperados bem como ao uso técnico planeado dos activos diferirem das estimativas anteriores. As alterações que decorram nomeadamente nas amortizações do exercício, são contabilizadas de forma prospectiva.

Capitalização de custos com empréstimos e outros custos directamente atribuíveis

Os juros de empréstimos directamente atribuíveis à aquisição ou construção de activos são capitalizados como parte do custo desses activos. Um activo elegível para capitalização é um activo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso ou para venda. O montante de juros a capitalizar é determinado através da aplicação de uma taxa de capitalização sobre o valor dos investimentos efectuados. A taxa de capitalização corresponde à média ponderada dos juros com empréstimos aplicável aos empréstimos em aberto no período. A capitalização de custos com empréstimos inicia-se quando tem início o investimento, já foram incorridos juros com empréstimos e já se encontram em curso as actividades necessárias para preparar o activo para estar disponível para uso ou para venda. A capitalização é terminada quando todas as actividades necessárias para colocar o activo como disponível para uso ou para venda se encontram substancialmente concluídas. Outras despesas directamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os custos com matérias consumidas e custos com pessoal são igualmente incorporadas no custo dos activos.

Subsídios governamentais

Os subsídios governamentais são reconhecidos inicialmente como proveitos diferidos, na rubrica de passivos não correntes quando existe uma certeza razoável que o subsídio será recebido e que o Grupo irá cumprir com as condições associadas à atribuição do subsídio. Os subsídios que compensam o Grupo por despesas incorridas são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática, no mesmo período em que as despesas são reconhecidas. Os subsídios que compensam o Grupo pela aquisição de um activo são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática de acordo com a vida útil do activo.

Comparticipações de clientes

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Novembro de 2008, a Interpretação IFRIC 18 — Transferências de activos de clientes. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 27 de Novembro de 2009, sendo aplicável para os exercícios com início após 31 de Outubro de 2009. No caso do Grupo EDP, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor desta interpretação é o exercício de 2010.

A IFRIC 18 é aplicável a acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de energia. Esta interpretação vem clarificar:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos; e
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

O Grupo adoptou esta interpretação para as participações recebidas dos clientes, reconhecendo os activos recebidos pelo custo estimado de construção por contrapartida de proveitos operacionais. Os activos são amortizados pela sua vida útil.

i) Activos intangíveis

Os activos intangíveis do Grupo encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respectivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Aquisição e desenvolvimento de Software

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Grupo necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos activos.

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de software efectuados pelo Grupo, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com os empregados directamente afectos aos projectos, sendo amortizados de forma linear ao longo da respectiva vida útil esperada.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos do período em que são incorridos.

Direitos de concessão na distribuição de electricidade e gás

Os direitos de concessão na distribuição de electricidade no Brasil e os direitos de concessão relativos à distribuição de gás, em Portugal, são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil das concessões, não excedendo respectivamente os 30 e os 40 anos.

Direitos de concessão na exploração do domínio público hídrico

Os direitos de concessão na exploração do domínio público hídrico, em Portugal, são registados como activos intangíveis e amortizados pelo método das quotas constantes pelo período de vida útil da concessão, o qual actualmente não ultrapassa os 45 anos. O Grupo EDP regista como direitos de concessão as compensações financeiras pagas pelo usufruto dos bens públicos, sempre que estas ocorrem nas suas diferentes subsidiárias.

A política contabilística relativa aos activos intangíveis afectos a concessões é descrita na nota 2aa), actividades de concessão do Grupo.

Propriedade industrial e outros direitos

As amortizações relativas à propriedade industrial e outros direitos são calculadas com base no método das quotas constantes pelo período de vida útil esperado que não excede os 6 anos.

j) Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais em função da sua substância e não da sua forma legal. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efectuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos custos dos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados na demonstração da posição financeira como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Determinação se um Acordo contém uma Locação

Na sequência da emissão pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) da interpretação IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma locação, aplicável com referência a 1 de Janeiro de 2006, os acordos existentes, que compreendem transacções que embora não assumam a forma de uma locação transmitem o direito de uso de um activo em retorno de um pagamento e sempre que em substância cumprem com os requisitos definidos pela referida interpretação foram registados como locações.

k) Propriedades de investimento

O Grupo classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos com o objectivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas.

Uma propriedade de investimento é mensurada inicialmente pelo seu custo de aquisição ou produção, incluindo os custos de transacção que lhe sejam directamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial as propriedades de investimento são mensuradas ao custo deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes com as propriedades de investimentos só são adicionados ao custo do activo se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros acrescidos face aos considerados no reconhecimento inicial.

l) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da actividade deduzido dos respectivos custos de venda.

As saídas de armazém (consumos) são valorizadas ao custo médio ponderado.

As licenças de CO₂ detidas pelo Grupo com o objectivo de serem negociadas em mercado são registadas como inventário e são valorizadas ao preço de mercado no final de cada exercício por contrapartida de resultados.

m) Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas na demonstração da posição financeira deduzidas das perdas por imparidade que lhe estejam associadas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

n) Benefícios aos empregados

De acordo com a IAS 34 e a IAS 19 não são efectuados novos estudos actuariais nos períodos intercalares, excepto se ocorrerem alterações materiais aos planos ou alterações significativas inesperadas nas condições de mercado.

Pensões

Algumas empresas do Grupo EDP atribuem benefícios pós-reforma aos seus colaboradores sob a forma de planos de benefícios definidos e planos de contribuição definida, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência e pensões de reforma antecipada.

Planos de benefícios definidos

Em Portugal, o plano de benefícios definidos é financiado através de um Fundo de pensões fechado complementado por provisão específica. Neste fundo encontram-se incluídas as responsabilidades com complementos de reforma, bem como as responsabilidades relativas a reformas antecipadas e pré-reformas.

No Brasil, a Bandeirante dispõe de dois planos de benefícios definidos geridos pela fundação CESP, entidade fechada de previdência complementar, com patrimónios próprios e segregados dos patrimónios dos patrocinadores. A Escelsa dispõe de um plano de benefícios definidos que garante um complemento de pensões de reforma por idade, invalidez e sobrevivência. A Escelsa dispõe ainda de um plano especial complementar de pensões de reforma de ex-combatentes.

Os planos de pensões existentes no Grupo correspondem a planos de benefícios definidos, uma vez que definem os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, os anos de serviço e a retribuição à data da reforma.

De acordo com o IFRS 1, o Grupo optou, na data da transição de 1 de Janeiro de 2004, por reconhecer por contrapartida de reservas a totalidade das perdas actuariais diferidas existentes a essa data.

As responsabilidades do Grupo com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de "rating" elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com uma maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais são reconhecidos em reservas, de acordo com o método alternativo permitido pelo IAS 19.

O aumento de custos com serviços passados decorrente de reformas antecipadas (reformas antes do empregado atingir a idade da reforma) é reconhecido nos resultados quando incorrido.

O Grupo reconhece como um custo operacional, na sua demonstração de resultados, o custo do serviço corrente e o efeito das reformas antecipadas. O custo dos juros e o rendimento esperado dos activos do fundo são reconhecidos como resultado financeiro.

Os activos do plano seguem as condições de reconhecimento previstas na IFRIC 14 - IAS 19 e os requisitos mínimos de financiamento estabelecidos legal ou contratualmente.

Planos de contribuição definida

Em Portugal, Espanha e no Brasil, algumas empresas do Grupo dispõem de planos de benefícios sociais complementares aos concedidos pelos sistemas de previdência social, do tipo contribuição definida, efectuando deste modo em cada ano uma contribuição para estes planos calculada de acordo com as regras estabelecidas em cada plano.

Outros benefícios

Planos de cuidados médicos e outros

Em Portugal e no Brasil (Escelsa) algumas empresas do Grupo EDP concedem benefícios relativos a cuidados médicos durante o período de reforma e de reforma antecipada, através de mecanismos complementares aos dos sistemas de segurança social. Estes planos de cuidados médicos são classificados como planos de benefícios definidos sendo as responsabilidades cobertas por provisões registadas na demonstração da posição financeira do Grupo. A mensuração e o reconhecimento das responsabilidades com os planos de cuidados médicos são idênticos ao referido anteriormente para os planos de pensões de benefícios definidos.

Remunerações variáveis aos empregados

De acordo com as disposições estatutárias de algumas sociedades do Grupo, os accionistas destas sociedades aprovam anualmente em Assembleia-Geral a remuneração variável a ser distribuída aos membros dos órgãos de Administração e demais colaboradores (bónus), de acordo com proposta do Conselho de Administração Executivo. As remunerações variáveis são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) exista uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

O Grupo constitui provisões com estes fins quando existe uma obrigação legal, contratual ou construtiva no final da vida útil dos activos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nos centros electroprodutores para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos onde estes se encontram. Estas provisões são calculadas, com base na estimativa das respectivas responsabilidades futuras e são registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizadas de forma linear pelo período de vida útil médio esperado desses activos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão, de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A actualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

p) Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e proveitos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros activos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

O réditio compreende os montantes facturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos e depois da eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

A facturação de vendas de electricidade é efectuada numa base mensal. As facturas mensais de electricidade são baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos respeitantes a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos até à data de balanço, são registados por estimativa efectuada com base na média dos últimos consumos.

As diferenças entre os valores estimados e os reais são registadas nos períodos subsequentes.

q) Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efectuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os dividendos a receber são reconhecidos na data em que se estabelece o direito ao seu recebimento.

Os resultados financeiros incluem ainda as perdas por imparidade relativas aos activos financeiros disponíveis para venda.

r) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e dos impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração de resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios, decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, são reconhecidos em resultados, no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor esperado a pagar sobre o rendimento tributável do período, utilizando a taxa de imposto em vigor, à data de balanço, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base na demonstração da posição financeira, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas, à data de balanço, em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do "goodwill" não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Os activos por impostos diferidos são reconhecidos, quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais.

Em conformidade com o estabelecido na IAS 12, o Grupo procede à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que:

- (i) a sociedade em causa tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e
- (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal e sobre a mesma entidade tributável ou sobre diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, nos períodos futuros em que se espera que os impostos diferidos sejam liquidados ou recuperados.

s) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro consolidado e individual atribuível aos accionistas da EDP, S.A. pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Grupo e pela EDP, S.A. respectivamente.

Para o cálculo dos resultados por acção diluídos, o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras, como as resultantes de dívida convertível e de opções sobre acções próprias concedidas aos trabalhadores. O efeito da diluição traduz-se numa redução nos resultados por acção, resultante do pressuposto de que os instrumentos convertíveis são convertidos ou de que as opções concedidas são exercidas.

t) Programa de remuneração com acções

O programa de remuneração com opções sobre acções ("stock options") permite aos colaboradores do Grupo adquirir acções da EDP, S.A. O preço de exercício das opções é calculado com base no preço de mercado das acções na data de atribuição do benefício.

O justo valor das opções atribuídas, determinado na data de atribuição ("grant date"), é reconhecido nos resultados por contrapartida de capitais próprios, durante o período em que o colaborador adquire o direito de exercer ("vesting period"), tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

Caso a opção venha a ser exercida, o Grupo efectuará a aquisição das acções no mercado para proceder à sua atribuição aos colaboradores.

u) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes ou grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente), são classificados como detidos para venda quando o seu custo for recuperado principalmente através da venda, os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua classificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

v) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados na demonstração da posição financeira com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito. Inclui ainda outros investimentos de curto prazo, de elevada liquidez e convertíveis em caixa, e também os depósitos cativos relativos a parcerias institucionais nos E.U.A., que visam fazer face a despesas com os custos de construção dos projectos eólicos, nos próximos doze meses.

w) Relato por segmentos

O Grupo apresenta os segmentos operacionais baseados na informação de Gestão produzida internamente.

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

x) Desvios tarifários

Nas actividades sujeitas a regulação, o regulador estabelece através do mecanismo do ajustamento tarifário os critérios de alocação de determinados ganhos ou perdas verificadas num determinado ano às tarifas de anos futuros. Os desvios tarifários registados nas demonstrações financeiras do Grupo EDP correspondem à diferença entre os valores efectivamente facturados pelas empresas reguladas em Portugal (baseados nas tarifas publicadas pela ERSE em Dezembro do ano anterior) e os proveitos permitidos calculados com base em valores reais. Os desvios tarifários activos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de electricidade e gás aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

O Decreto-Lei 165/2008 de 21 de Agosto veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados do sector da electricidade à recuperação dos desvios tarifários enquadrando-os num regime idêntico ao do défice tarifário. Consequentemente, o Grupo EDP registou nos resultados do período na rubrica de Volume de Negócios de Electricidade e Acessos, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos desvios tarifários por contrapartida da rubrica de Outros devedores. De acordo com o referido Decreto-Lei, os ajustamentos tarifários apurados em cada ano que sejam devidos às empresas reguladas, mantêm-se mesmo em caso de insolvência ou cessação superveniente da actividade de cada uma das entidades, devendo a ERSE adoptar as medidas necessárias para assegurar que o titular desses direitos continua a recuperar os montantes em dívida até ao seu integral pagamento. No âmbito deste Decreto-Lei podem ainda as empresas reguladas ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito de receber os desvios tarifários, através das tarifas de energia eléctrica.

O Decreto-Lei 87/2011 aprovado em 14 de Abril e publicado em Diário da República em 17 de Julho veio confirmar o direito incondicional por parte dos operadores regulados do sector do gás natural à recuperação dos desvios tarifários. Consequentemente, o Grupo EDP registou nos resultados do período, na rubrica de Volume de Negócios de Gás e Acessos, os efeitos decorrentes do reconhecimento dos desvios tarifários por contrapartida da rubrica de Outros devedores e Outros credores, nos mesmos termos definidos para o sector eléctrico conforme referido anteriormente.

y) Licenças de CO₂ e emissão de gases com efeito de estufa

O Grupo detém licenças de emissão de CO₂ para fazer face às emissões que resultam da sua actividade operacional e licenças que foram adquiridas para negociação. As licenças de CO₂ e de emissão de gases com efeito de estufa detidas para consumo próprio e atribuídas a título gratuito são reconhecidas como um activo incorpóreo no momento da atribuição, por contrapartida da rubrica de Proveitos Diferidos - Subsídios, sendo valorizadas com base na cotação do mercado Bluenext na data de referência da sua atribuição, normalmente no início de cada exercício. A utilização das licenças é baseada nas emissões de gases com efeito de estufa ocorridas no exercício, valorizadas com base na cotação do mercado da data de referência da sua atribuição.

A amortização dos Proveitos diferidos - subsídios é efectuada no exercício em que estes são atribuídos. Quando as emissões do ano excedem o montante de licenças de CO₂ atribuídas gratuitamente, é registada uma provisão pelo montante necessário para adquirir as licenças em falta na data de referência das demonstrações financeiras.

As licenças detidas pelo Grupo para negociação são registadas como existências ao custo de aquisição o qual é posteriormente ajustado para o respectivo justo valor, correspondente à cotação do mercado Bluenext no último dia útil de cada mês. Os ganhos e perdas resultantes destes ajustamentos são reconhecidos nos resultados do exercício.

z) Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método directo, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

O Grupo classifica os juros e dividendos pagos como actividades de financiamento e os juros e os dividendos recebidos como actividades de investimento.

aa) Actividades de concessão do Grupo

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em Julho de 2007 a Interpretação IFRIC 12 — Contratos de Concessão de Serviços. Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de Março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso do Grupo EDP, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que o Grupo adoptou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de Janeiro de 2009. Nos termos definidos pela IFRIC 12, esta norma foi aplicada prospectivamente considerando a impraticabilidade de uma aplicação retrospectiva. De referir que a aplicação retrospectiva teria um efeito equivalente à aplicação prospectiva.

A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como activos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os activos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

Modelo do activo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um activo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

Modelo do activo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afectas à concessão e resulta no registo de um activo intangível.

Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

No âmbito dos contratos de concessão do Grupo EDP enquadráveis na IFRIC 12, a actividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo EDP não tem margem na construção dos activos afectos a concessões, pelo que o réditto e os encargos com a aquisição destes activos apresentam igual montante (ver nota 7).

Os activos intangíveis afectos a concessões são amortizados de acordo com a respectiva vida útil durante o período da concessão.

O Grupo procede a testes de imparidade relativamente aos activos intangíveis afectos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As participações recebidas de clientes relativas aos activos afectos a concessões são entregues ao Grupo a título definitivo e, portanto, não são reembolsáveis. Estas participações são deduzidas ao valor dos activos afectos a cada concessão.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS requerem que sejam efectuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do activo, passivo, capital próprio, custos e proveitos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos custos e proveitos reais.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são discutidas nesta nota com o objectivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Grupo e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo é apresentada na Nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Grupo EDP, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções, considerando para os títulos cotados que desvalorizações superiores a 20% são significativas. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado, ou determinados por entidades externas, ou através de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento das estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou determinado por entidades externas, ou com base em metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Compensação do Equilíbrio Contratual - CMEC

Na sequência da decisão do Governo Português da extinção dos Contratos de Aquisição de Energia (CAE) a EDP e a REN acordaram a antecipação do fim dos CAE com efeitos a partir de 1 de Julho de 2007.

Na sequência da extinção dos CAE e de acordo com a legislação em vigor, foi determinada a atribuição, ao Grupo EDP de uma compensação de equilíbrio contratual (CMEC). O mecanismo de atribuição do CMEC compreende três tipos de compensações: a compensação inicial, a compensação decorrente do mecanismo da revisibilidade e uma compensação final.

A compensação inicial foi reconhecida no momento da cessação dos CAE e ascende a 833.467 milhares de Euros, constitui um activo a receber registado pelo seu valor actualizado líquido, tendo por contrapartida o registo de um proveito diferido. Em cada exercício a parcela da compensação inicial é reconhecida como um proveito operacional por contrapartida do proveito diferido inicial. Nos termos da legislação esta parcela é passível de securitização. A compensação decorrente do mecanismo da revisibilidade corresponde à correcção face à realidade da estimativa da compensação inicial de cada exercício, sendo registada como um custo ou um proveito no exercício a que se refere. A compensação final será calculada nos termos definidos pela legislação relativa à cessação dos CAE, após o término do período de revisibilidade (10 anos). Os juros resultantes da taxa de desconto utilizada são registados no período a que respeitam, com base na taxa implícita respectiva, por contrapartida de proveitos em cada período.

Compensação do Equilíbrio Contratual - Revisibilidade

O mecanismo de revisibilidade consiste em acertar numa base anual e pelo período de 10 anos após a resolução dos CAE, os desvios, positivos ou negativos, verificados entre as estimativas efectuadas para o cálculo do CMEC inicial de um período e os valores reais efectivamente ocorridos no mercado nesse período. Este mecanismo dá origem a uma compensação decorrente do acerto de estimativa que se designa por CMEC Revisibilidade. Em cada período, o Grupo EDP efectua o cálculo do CMEC Revisibilidade considerando os preços de mercado verificados e as quantidades reais vendidas, utilizando os pressupostos definidos no modelo Valorágua, conforme definido na legislação em vigor. Consequentemente, a utilização de metodologias ou pressupostos diferentes dos do modelo utilizado poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

Redefinição das vidas úteis dos activos

Em 2010, a EDP Gestão da Produção, S.A. procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos afectos à produção hidroeléctrica e térmica e consequentemente alterou prospectivamente o montante das respectivas amortizações do exercício.

A redefinição da vida útil das centrais teve por base um estudo efectuado por uma entidade externa que incluiu a análise dos equipamentos afectos às referidas centrais, o seu actual estado de conservação e o plano de manutenções futuro. Com base nesta informação, foram identificadas as vidas úteis remanescentes de cada activo, tendo por limite superior a data final de concessão do domínio público hídrico associado a cada uma das centrais hídricas objecto de análise. Esta análise considerou pressupostos que requerem julgamentos e estimativas para a determinação das vidas úteis dos activos considerados.

No segundo trimestre de 2011, o Grupo EDP Renováveis procedeu à redefinição das vidas úteis dos activos de geração eólica (parques eólicos) estendendo a mesma de 20 para 25 anos. A redefinição da vida útil dos activos de geração eólica foi efectuada tendo por base um estudo técnico efectuado por uma entidade externa que considerou a viabilidade técnica da extensão por mais 5 anos da vida útil destes activos. O referido estudo abrangeu cerca de 95% da capacidade eólica instalada pelo Grupo EDP Renováveis, nas diferentes geografias onde o Grupo actua (Europa e América do Norte), considerando pressupostos e estimativas que requerem julgamentos.

A entidade reguladora do Brasil, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), emitiu em 7 de Fevereiro de 2012 a Resolução Normativa nº 474, que estabeleceu nova vida útil económica para os activos vinculados à concessão, convertidas em taxas anuais de depreciação, com aplicação retroactiva a 1 de Janeiro de 2012.

A implementação desta alteração das taxas anuais de depreciação resultou num aumento da vida útil média dos activos da Bandeirante de 22 para 24 anos e da Escelsa de 20 para 22 anos.

Desvios tarifários

Os desvios tarifários em Portugal representam a diferença entre os custos e os proveitos dos Sistemas Nacionais de Electricidade e Gás, estimados no início de cada período para efeitos de cálculo da tarifa, e os custos e proveitos reais do Sistema apurados no final de cada período. Os desvios tarifários activos ou passivos são recuperados ou devolvidos através das tarifas de electricidade aplicáveis aos clientes em períodos subsequentes.

Considerando a legislação actualmente em vigor que estabelece a incondicionalidade por parte dos operadores regulados à recuperação ou devolução dos desvios tarifários, o Grupo EDP registou nos resultados do exercício na rubrica de Vendas de electricidade e gás, os efeitos decorrentes do reconhecimento do desvio tarifário, por contrapartida das rubricas Outros devedores/Outros credores. No âmbito da legislação em vigor as empresas reguladas podem ainda ceder a terceiros, no todo ou em parte, o direito a receber através das tarifas de energia eléctrica e gás, os desvios tarifários.

Défi ce tarifário

Em Portugal, o Decreto-Lei 237-B/2006, de 19 de Dezembro de 2006, veio reconhecer o direito incondicional à recuperação do défi ce tarifário relativo aos exercícios de 2006 e 2007, por parte dos operadores regulados, independentemente da forma da sua liquidação futura, mantendo-se este direito em caso de insolvência ou cessação de actividade. Adicionalmente, este Decreto-Lei consagrou a transmissibilidade a terceiros do direito ao recebimento do défi ce tarifário. No exercício de 2008, o Grupo EDP procedeu à transmissão de forma plena e não condicionada do défi ce tarifário de 2006 e parte do défi ce de 2007. No exercício de 2009, foram transmitidos os défi ces tarifários de 2008 e a parte remanescente do défi ce de 2007, assim como foi transmitido o ajustamento tarifário não regular relativo ao sobrecusto estimado da produção em regime especial para o ano 2009. Em Setembro de 2011, o Grupo EDP procedeu à transmissão de forma plena e não condicionada do ajustamento tarifário relativo ao sobrecusto de cogeração do período de 2009 a 2011.

Em Espanha, a 7 de Maio de 2009, foi publicado o Real Decreto Ley 6/2009 que estabelece entre outras matérias, (i) a possibilidade de se proceder à securitização do défi ce tarifário espanhol suportado pelas empresas do sector eléctrico, recorrendo a aval do Estado através do fundo de amortização do défi ce tarifário ; (ii) o calendário de eliminação do défi ce tarifário para que em 1 de Janeiro de 2013 as tarifas de acesso sejam suficientes para cobrir os custos das actividades reguladas, sem criação de défi ce tarifário ex-ante e, de forma a que esta eliminação seja gradual, os custos actualmente integrados na tarifa eléctrica passem a ser suportados pelo Orçamento de Estado Espanhol; (iii) a revogação, a partir de 1 de Julho de 2009, do Real Decreto Ley 11/2007, que estabelecia a obrigação de devolução dos proveitos adicionais gerados pela repercussão dos custos do CO2 nos preços de mercado, cuja vigência se estendia até 2012; (iv) a criação de um subsídio social que constitui uma tarifa reduzida para os consumidores de baixo rendimento e (v) a assunção pelas empresas eléctricas dos custos de gestão e tratamento de resíduos radioactivos das centrais nucleares e dos combustíveis gastos.

Em 2010, foi publicado o Real Decreto Ley 14/2010 que abordou a correcção do défi ce tarifário do sector eléctrico. Desta norma, o desajuste temporal das liquidações de 2010 passou a ser considerado como um défi ce de receita do sistema eléctrico e estabeleceu um conjunto de medidas para que os diversos intervenientes do sector contribuam para a sua redução, entre as quais: o estabelecimento de taxas na geração, financiamento de planos de poupança e eficiência energética por partes das empresas geradoras, e diversas medidas regulatórias que ajudam a diminuir os custos adicionais de determinadas tecnologias no regime especial.

Em 2012, foi publicado o Real Decreto Ley 1/2012 que estabelece uma moratória sobre a inclusão de novas instalações nos registos de pré-alocação das remunerações e o Real Decreto Ley 13/2012 que prevê reduções da remuneração da actividade de distribuição e uma minoração extraordinária em outras actividades reguladas. Ambos os decretos foram adoptados com carácter urgente para a redução do défi ce tarifário a fim de atingir o limite previsto para 2012 no Real Decreto Ley 14/2010.

Com base na legislação referida a EDP considera que se encontram reunidas as condições de reconhecimento dos défi ces tarifários como valores a receber, registados por contrapartida dos resultados do exercício.

Imparidade dos activos de longo prazo e Goodwill

Os activos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser recuperável.

O Grupo revê com uma periodicidade anual os pressupostos que estão na base do julgamento da existência ou não de imparidade no "goodwill" resultante das aquisições de participações em empresas subsidiárias. Os pressupostos utilizados são sensíveis a alterações dos indicadores macro - económicos e aos pressupostos do negócio utilizados pela gestão. O "goodwill" em empresas associadas é testado sempre que existam circunstâncias que indiquem a existência de imparidade.

Considerando as incertezas quanto ao valor de recuperação do valor líquido dos activos fixos tangíveis, intangíveis e do "goodwill" pelo facto de se basearem na melhor informação disponível à data, as alterações dos pressupostos poderão resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efectuada pela EDP da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Reconhecimentos de proveitos/rédito

Os proveitos das vendas de electricidade são reconhecidos quando as facturas mensais são emitidas, baseadas em contagens reais de consumo ou em consumos estimados baseados nos dados históricos de cada consumidor. Os proveitos relativos a energia a facturar, por consumos ocorridos e não lidos, até à data do balanço são registados com base em estimativas, que consideram factores como médias de consumo verificadas em períodos anteriores e as análises relativas ao balanço energético da actividade desenvolvida.

A utilização de diferentes estimativas e pressupostos poderá resultar num nível diferente de proveitos e, consequentemente, em diferentes impactos nos resultados do Grupo.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre os lucros em diversas jurisdições. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas.

Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação do valor final do imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal dos negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente dos impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela EDP, S.A., e pelas suas subsidiárias, durante um período de cinco anos para períodos de tributação iniciados a partir de 2012, quatro anos para os exercícios de 2011 e 2010 e seis anos para os exercícios anteriores, no caso de haver prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da EDP e das suas subsidiárias, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma e outros benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, taxas de rentabilidade estimada dos investimentos, taxas de desconto e de crescimento das pensões e salários e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de pensões, dos planos de cuidados médicos e nos outros benefícios. As alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões para desmantelamento e descomissionamento de centros electroprodutores

A EDP considera existirem obrigações legais, contratuais ou construtivas relativamente ao desmantelamento e descomissionamento de activos fixos tangíveis afectos à actividade de produção de energia. O Grupo constitui provisões de acordo com as respectivas obrigações existentes para fazer face ao valor presente das respectivas despesas estimadas com a reposição dos respectivos locais e dos terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores. Para efeitos do cálculo das referidas provisões são efectuadas estimativas do valor presente das respectivas responsabilidades futuras.

A consideração de outros pressupostos nas estimativas e julgamentos referidos poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles que foram considerados.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Gestão do risco financeiro

As actividades do Grupo EDP expõem-no a uma variedade de riscos financeiros, incluindo os efeitos de alterações de preços de mercado, taxas de câmbio e taxas de juro. A exposição do Grupo EDP a riscos financeiros reside essencialmente na sua carteira de dívida, resultando em riscos de taxa de juro e de taxa de câmbio. A imprevisibilidade dos mercados financeiros é analisada em consonância com a política de gestão de riscos do Grupo EDP. De forma a minimizar potenciais efeitos adversos na sua performance financeira, são utilizados instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco de taxa de juro e/ou de taxa de câmbio.

A gestão de riscos financeiros da EDP, S.A., EDP Finance, B.V. e de outras entidades do Grupo EDP é efectuada centralmente pela Direcção de Gestão Financeira da EDP, S.A., de acordo com as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo. A Direcção de Gestão Financeira identifica, avalia e remete à aprovação do Conselho de Administração Executivo mecanismos de cobertura apropriados a cada exposição. O Conselho de Administração Executivo tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição.

Todas as operações realizadas com instrumentos financeiros derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração Executivo que define os parâmetros de cada operação e aprova os documentos formais descritivos dos objectivos das mesmas.

Ao nível das subsidiárias do Brasil, a responsabilidade de gestão dos riscos de mercado inerentes à variação das taxas de juro e das taxas de câmbio é do Gabinete de Gestão de Risco local, o qual efectua esta gestão de acordo com os princípios definidos pelo Grupo EDP para esta área geográfica.

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Direcção de Gestão Financeira da EDP, S.A. é responsável pela gestão da exposição ao risco cambial decorrente da contratação de dívida em moeda estrangeira, com o objectivo de financiar os seus investimentos na moeda em que os mesmos geram cash flows. Procurando mitigar o impacto da flutuação cambial nos encargos financeiros das empresas do Grupo EDP e, consequentemente, nos resultados consolidados, o Grupo recorre à realização de operações com instrumentos financeiros derivados cambiais e/ou outras estruturas de cobertura.

A política seguida pelo Grupo EDP consiste em contratar instrumentos financeiros derivados para cobertura do risco cambial com características semelhantes às dos activos ou passivos cobertos. As operações são reavaliadas e acompanhadas durante a sua vida útil e, periodicamente, é avaliada a sua eficácia na prossecução do objectivo de controlo e cobertura do risco que lhe deu origem.

O Grupo EDP opera internacionalmente encontrando-se exposto ao risco cambial em várias moedas, nomeadamente: Dólar Americano (USD), Libra da Grã Bretanha (GBP), Ienes do Japão (JPY), Francos Suíços (CHF), Real Brasileiro (BRL), Leu da Romênia (RON) e Zloty (PLN). Actualmente, a exposição ao risco de flutuação cambial USD/EUR e PLN/EUR resulta essencialmente dos investimentos efectuados pelo Grupo em parques eólicos nos EUA e na Polónia, cujos financiamentos foram contratados em USD e PLN, permitindo assim mitigar o risco cambial associado a estes activos.

As subsidiárias brasileiras expostas à flutuação cambial USD/BRL, através de endividamento em USD, utilizam instrumentos financeiros derivados como instrumentos de cobertura deste risco. Adicionalmente, os investimentos do Grupo nas subsidiárias brasileiras da EDP Energias do Brasil, cujos activos líquidos são denominados em BRL e portanto expõem o Grupo ao risco de conversão cambial para o Euro, são acompanhados no que respeita à evolução do câmbio BRL/EUR. No caso dos investimentos em parques eólicos da EDP Renováveis no Brasil, o Grupo optou por seguir a estratégia que tem sido adoptada para a cobertura destes investimentos nos EUA e na Polónia, por via da contratação de um instrumento financeiro derivado que permite fazer a cobertura da exposição cambial destes activos.

As obrigações emitidas pela EDP Finance, B.V. em GBP, CHF e JPY, ao abrigo do programa "Medium Term Notes", foram desde a data da emissão cobertas no que respeita ao risco cambial e da taxa de juro. A restante dívida contraída pelo Grupo EDP, exceptuando a dívida contraída pelas subsidiárias brasileiras, encontra-se integralmente denominada em Euros.

Gestão do risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem como objectivo a redução dos encargos financeiros e a redução da exposição ao risco de taxa de juro resultante de flutuações do mercado através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

No contexto dos financiamentos a taxa variável, o Grupo EDP recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro para cobertura dos fluxos de caixa associados a pagamentos futuros de juros, que têm o efeito de converter os empréstimos de taxa de juro variável em empréstimos de taxa de juro fixa.

As dívidas de longo prazo contraídas a taxas fixas são, sempre que se justifique, convertidas para taxas variáveis através de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, com o intuito de reduzir os encargos financeiros e de os ajustar às condições do mercado. A estas operações são, sempre que se considere adequado, adicionadas operações estruturadas de opções de modo a mitigar a exposição dos fluxos de caixa da dívida às flutuações das taxas de mercado.

Todas as operações são realizadas sobre passivos existentes na carteira de dívida do Grupo EDP e configuram, na sua maioria, coberturas perfeitas, resultando num elevado grau de correlação entre as variações de justo valor do instrumento de cobertura e as variações de justo valor do risco de taxa de juro ou dos fluxos de caixa futuros.

O Grupo EDP detém uma carteira de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro cujos vencimentos variam entre 1 e 16 anos. A Direcção Financeira do Grupo efectua estimativas de sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros a variações nas taxas de juro. Após o efeito de cobertura dos derivados 48% dos passivos do grupo encontram-se com taxa fixa.

Gestão do risco de crédito de contraparte

A política do Grupo EDP, em termos de risco de contraparte das operações financeiras, rege-se pela análise da capacidade técnica, competitividade, notação de risco de crédito e exposição a cada contraparte, evitando-se concentrações significativas de risco de crédito. As contrapartes dos instrumentos financeiros derivados são instituições de crédito de elevada notação de risco de crédito, não se atribuindo um risco significativo de incumprimento da contraparte e não sendo exigidas garantias ou outros colaterais neste tipo de operações.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

O Grupo EDP tem procedido à documentação das operações financeiras realizadas de acordo com os "standards" internacionais. Neste sentido, a generalidade das operações com instrumentos financeiros derivados são contratadas ao abrigo do "ISDA Master Agreements".

No que respeita às dívidas de terceiros resultantes da actividade corrente do Grupo EDP, o risco de crédito resulta essencialmente da obrigatoriedade legal da continuidade de fornecimento de electricidade de baixa tensão com atrasos usuais no pagamento. O elevado número de clientes e a sua diversidade em termos de sector de actividade, assim como o grande volume de clientes residenciais, são factores que mitigam o risco de concentração de crédito em contrapartes.

O Grupo EDP considera que o valor que melhor representa a exposição do Grupo ao risco de crédito corresponde ao valor contabilístico a receber de clientes e outros devedores, líquido de perdas por imparidade registadas. O Grupo considera que a qualidade do crédito destes valores a receber é adequada e que não existem perdas por imparidade significativas por reconhecer.

Gestão do risco de liquidez

O Grupo EDP efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme, junto de instituições financeiras nacionais e internacionais, que permitem acesso imediato a fundos. Estas linhas são utilizadas em complemento a programas de emissão de papel comercial nacional e internacional, que permitem diversificar as fontes de financiamento de curto prazo do Grupo EDP (ver nota 35).

Gestão dos riscos nos mercados de energia

No âmbito da sua actuação no mercado Ibérico de electricidade não regulado, a EDP compra combustíveis para transformação em energia eléctrica e vende electricidade resultante do despacho dos centros produtores tanto em mercados organizados (OMEL e OMIP) como a terceiros. O Grupo encontra-se exposto aos riscos do mercado de energia, nomeadamente no que se refere à actividade desenvolvida no sector não regulado. Para um conjunto de centros produtores de electricidade que, apesar de operarem em mercado, têm o seu regime de remuneração regulado pela legislação dos CMEC, a variabilidade da margem de exploração é determinada, essencialmente, pela diferença entre os preços realizados em mercado e os índices de referência definidos nestes contratos.

Em resultado desta actividade de gestão de energia, existe uma carteira de operações relativas a energia eléctrica, emissões de CO₂ e combustíveis (carvão, Brent, fuel e gás). A gestão desta carteira é efectuada com recurso à contratação de operações, com liquidações financeiras e físicas, nos mercados energéticos a prazo. Estas operações têm como objectivo reduzir a volatilidade do impacto económico proveniente das posições geridas e, acessoriamente, aproveitar oportunidades de arbitragem ou "positioning" dentro dos limites de negociação aprovados pelo Conselho de Administração Executivo. Os instrumentos financeiros negociados incluem "swaps" e "forwards" para fixação de preços de electricidade e combustíveis.

A actividade de gestão de energia está sujeita a um conjunto de variáveis que são identificadas e classificadas em função das suas características de incerteza (ou risco) comuns. Destes riscos, destacam-se os relacionados com a evolução dos preços dos mercados (electricidade e combustíveis) e com a variabilidade dos volumes de produção hídrica (risco de preço e volume), assim como o risco de crédito das contrapartes.

A monitorização dos riscos, tanto de preço e volume como de crédito, passa pela sua quantificação em medidas associadas a posições em risco passíveis de serem ajustadas através de operações de mercado. Esta quantificação é realizada por modelos específicos que valorizam as posições de forma a avaliar a perda máxima que se pode incorrer com uma dada probabilidade e num determinado horizonte de tempo.

A gestão dos riscos é realizada de acordo com as estratégias definidas pelo Conselho de Administração Executivo, que são objecto de revisão periódica em função da evolução da actividade e que têm como finalidade alterar o perfil das posições de forma a adequá-las aos objectivos de gestão estabelecidos.

O acompanhamento dos riscos é efectuado através de um conjunto alargado de acções que envolvem a monitorização diária dos diferentes indicadores de risco, das operações caracterizadas nos sistemas e dos limites prudenciais atribuídos por área de gestão e componentes de risco, e também de exercícios regulares de "backtesting" e da validação complementar dos modelos e dos pressupostos utilizados. Este acompanhamento permite, não só assegurar a efectividade da implementação das estratégias seguidas, como também proporcionar elementos que possibilitam a tomada de iniciativas para, caso seja necessário, proceder à sua correcção.

Como principal indicador para medir os riscos de preço e volume utiliza-se a margem em risco (P@R), que estima o impacto da variação dos diferentes factores de risco (preço da electricidade e hidráulica) na margem do próximo ano, correspondendo o P@R à diferença entre a margem esperada e um cenário pessimista com uma probabilidade de ocorrência de 5% (intervalo de confiança de 95%), tendo em conta um horizonte temporal de 1 ano. De referir que se consideram tanto os volumes certos como os que, apesar de incertos, são expectáveis, designadamente a produção das centrais e os correspondentes consumos de combustíveis.

Relativamente ao risco de crédito, a quantificação da exposição considera o montante e tipo de transação (p. ex. "swap" ou compra a prazo), a notação de risco da contraparte que depende da probabilidade de incumprimento e o valor esperado do crédito a recuperar, que varia em função das garantias recebidas ou da existência de acordos de "netting".

Brasil - Gestão do risco de taxa de juro e taxa de câmbio

A principal ferramenta de monitorização e controlo do risco de mercado nas subsidiárias do Brasil é o Value at Risk (VaR).

O VaR é a perda máxima expectável no portfolio de operações, num período de tempo específico, resultante de um movimento de mercado adverso que tem um determinado intervalo de confiança. O modelo de VaR utilizado é baseado num intervalo de confiança de 95% e assume um período de tempo de 10 dias para liquidação das posições, sendo baseado essencialmente em dados históricos. Tendo em consideração os dados de mercado dos últimos 2 anos e observações de relações entre diferentes preços e mercados, o modelo gera um conjunto de cenários para movimentos nos preços de mercado.

A metodologia VaR, utilizada no Brasil, considera um conjunto de análises ("stress tests") com o objectivo de monitorizar o impacto financeiro em diferentes cenários de mercado.

5. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo EDP:

Empresas adquiridas:

- A EDP Inovação, S.A. adquiriu 30% do capital social da EIDT - Engenharia, Inovação e Desenvolvimento Tecnológico, S.A. através da sua subsidiária EDP Ventures, SGPS, S.A.;
- A EDP Renewables Europe, S.L. adquiriu 100% do capital social da Pietragalla Eolico, S.R.L. e 85% do capital social da Sibioara Wind Farm, S.R.L.;
- A EDP Renewables Canada, Ltd. adquiriu 100% do capital social das seguintes empresas:
 - Eolia Renewable Energy Canada, Ltd.;
 - 0867242 BC, Ltd.;
 - South Branch Wind Farm Inc.;
- A EDPR-RO-PV, S.R.L. (empresa constituída no terceiro trimestre de 2012) adquiriu 100% do capital social das seguintes empresas:
 - Cujmir Solar, S.R.L.;
 - Potelu Solar, S.R.L.;
 - Studina Solar, S.R.L.;
 - Vanju Mare Solar, S.R.L.;
- A EDP Renewables Polska SP. ZO.O. adquiriu 60% do capital social da J&Z Wind Farms SP. ZO.O.

Empresas liquidadas:

- A EDP Renewables North America, L.L.C. procedeu à liquidação da Horizon Wind Energy International, L.L.C.;
- A EDP Imobiliária e Participações, S.A. procedeu à liquidação da FCTE - Fórum do Comércio, Transacções Electrónicas e Serviços Empresariais On-line, S.A. através da sua subsidiária Oni Multimédia - Serviços Interactivos, S.A. e procedeu também à liquidação da OPTEP SGPS.

Empresas fusionadas:

- A empresa EDP Finance Company (Ireland), Ltd. foi fusionada na EDP Servicios Financieros España, S.A.;
- As seguintes empresas foram fusionadas na Desarrollos Eólicos Promoción S.A.U., que alterou a sua denominação para EDP Renovables España, S.L.:
 - Agrupación Eólica, S.L.U.;
 - Desarrollos Eólicos, S.A.;
 - Ceasa Promociones Eólicas, S.L.U.;
 - Generaciones Especiales I, S.L.;
 - Neo Catalunya, S.L.;
 - Santa Quiteria Energía, S.L.U.;
 - Sinae Inversiones Eólicas, S.A.;
- A empresa Oni Multimédia - Serviços Interactivos, S.A. foi fusionada na EDP Imobiliária e Participações, S.A.;
- A empresa Naturgas Energía Servicios Comunes, S.A. foi fusionada na Naturgas Energía Servicios, S.A.

Empresas constituídas:

- Central Eólica Baixa do Feijão I, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão II, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão III, S.A.;
- Central Eólica Baixa do Feijão IV, S.A.;
- MFW Gryf SP. ZO.O.;
- MFW Neptun SP. ZO.O.;
- MFW Pomorze SP. ZO.O.;
- EDP Renewables Canada LP, Ltd.;
- EDP Renewables Canada GP, Ltd.;
- SBWFI GP, Inc.;
- South Dundas Wind Farm, LP;
- Verde Wind Power, L.L.C.*;
- 2012 Vento XI, L.L.C.;
- EDPR Wind Ventures XI, L.L.C.;
- Central Eólica Aventura, S. A.;
- EDP Renewables Belgium;
- EDP Renováveis Servicios Financieros, S.L.;
- EDPR-RO-PV, S.R.L.;
- EDP Renewables , SGPS, S.A.;
- Monts du Forez Energie, S.A.S.;
- Monts de la Madeleine Energie, S.A.S.

* O Grupo EDP detém, através da EDP Renováveis e da sua subsidiária EDPR NA, um conjunto de subsidiárias legalmente constituídas nos Estados Unidos sem capital social e que à data de 30 de Setembro de 2012 não têm quaisquer activos ou passivos, nem qualquer actividade operacional.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

Outras alterações:

- A EDP Energias do Brasil, S.A. efectuou um "stock split", tendo os accionistas ficado com três acções por cada uma detida. O capital social da empresa não foi alterado, bem como a percentagem de consolidação no Grupo EDP.
- A Generaciones Especiales I, S.L. procedeu à alienação por 5.531 milhares de Euros da totalidade da sua participação financeira das seguintes empresas (detentoras de mini-hídricas em Espanha):
 - Hidroeléctrica Fuentermosa, S.L.;
 - Hidroastur, S.A.;
 - Hidroeléctrica Gormaz, S.A.;
 - Hidroeléctrica del Rumberal, S.L.;
- Redução da participação no capital social da Windplus, S.A. de 42% para 31% decorrente de um aumento de capital com diluição da participação detida pela EDP Inovação, S.A.

6. VOLUME DE NEGÓCIOS

A análise do Volume de negócios, por sector de actividade, é a seguinte:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Energia eléctrica e Acessos	10.640.565	9.798.497	1.281.140	1.424.862
Gás e Acessos	1.348.448	1.223.868	177.547	151.733
Outros	100.953	139.542	107.522	157.888
	12.089.966	11.161.907	1.566.209	1.734.483

O Volume de negócios, por mercados geográficos, para o Grupo, é analisado como segue:

Milhares de Euros	Set 2012					
	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Outros	Grupo
Energia eléctrica e Acessos	6.050.776	2.390.306	1.806.682	264.710	128.091	10.640.565
Gás e Acessos	195.204	1.153.244	-	-	-	1.348.448
Outros	63.235	27.261	10.266	-	191	100.953
	6.309.215	3.570.811	1.816.948	264.710	128.282	12.089.966

Milhares de Euros	Set 2011					
	Portugal	Espanha	Brasil	EUA	Outros	Grupo
Energia eléctrica e Acessos	5.345.346	2.389.086	1.765.649	214.696	83.720	9.798.497
Gás e Acessos	308.908	914.960	-	-	-	1.223.868
Outros	101.898	29.547	7.897	-	200	139.542
	5.756.152	3.333.593	1.773.546	214.696	83.920	11.161.907

No terceiro trimestre de 2012, a rubrica Energia eléctrica e Acessos em Portugal inclui, em base consolidada, um proveito no montante líquido de 1.095.911 milhares de Euros (proveito em 30 de Setembro de 2011: 426.365 milhares de Euros) relativo aos desvios tarifários do ano (ver nota 26 e nota 39), conforme referido na política contabilística 2 x).

Na sequência da Revisão do Regulamento de Relações Comerciais (RRC) a partir de 1 de Janeiro de 2012 a EDP Serviço Universal passou a vender em mercado a totalidade da energia eléctrica da produção em regime especial (PRE) adquirida no âmbito da legislação em vigor, comprando também em mercado a totalidade da energia eléctrica necessária ao fornecimento dos seus clientes. Esta alteração determinou, a partir de 1 de Janeiro de 2012, o registo contabilístico da totalidade das compras de energia aos PRE e das vendas da mesma em mercado, originando um aumento do volume das rubricas de compras e vendas de electricidade nas demonstrações financeiras face ao período anterior. Com referência a 30 de Setembro de 2012 as vendas em mercado desta energia ascenderam a cerca de 625 milhões de Euros.

O detalhe do Volume de negócios por segmentos é apresentado no Relato financeiro por segmentos (ver nota 51).

As rubricas de Custos com electricidade e gás e Variação nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Custos com electricidade	6.128.295	5.377.165	1.259.924	1.330.844
Custos com gás	1.044.847	961.129	-	-
Variação nos inventários e custo das matérias-primas e consumíveis:				
Combustíveis, vapor e cinzas	372.732	281.281	-	-
Gás	363.696	385.648	242.430	266.394
Custo das mercadorias	14.349	94.536	-	-
Trabalhos para a própria empresa	-65.403	-79.637	-	-
Outros custos	131.627	59.267	8.134	64.797
	817.001	741.095	250.564	331.191
	7.990.143	7.079.389	1.510.488	1.662.035

A rubrica de Custos com electricidade, nas contas individuais, inclui um montante de 661.302 milhares de Euros (30 de Setembro de 2011: 727.321 milhares de Euros) com a aquisição de energia no âmbito do contrato de gestão, compra e revenda de energia existente entre a EDP, S.A. e a EDP Gestão da Produção de Energia, S.A.

7. RÉDITO ASSOCIADO A ACTIVOS AFECTOS A CONCESSÕES

No âmbito dos contratos de concessão do Grupo EDP enquadráveis na IFRIC 12, a actividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, o Grupo EDP não tem qualquer margem na construção dos activos afectos a concessões, pelo que o rédito e os encargos com a aquisição destes activos apresentam igual montante, sendo analisados como segue:

Milhares de Euros	Grupo	
	Set 2012	Set 2011
Rédito associado a activos afectos a concessões	285.765	308.839
Encargos com activos afectos a concessões		
Subcontratos e materiais diversos	-212.436	-230.386
Custos com pessoal capitalizados (ver nota 10)	-64.628	-67.087
Juros de empréstimos obtidos capitalizados (ver nota 15)	-8.701	-11.366
	-285.765	-308.839
	-	-

O Rédito associado a activos afectos a concessões por mercados geográficos é analisado como segue:

Milhares de Euros	Set 2012			Set 2011		
	Portugal	Brasil	Total	Portugal	Brasil	Total
Rédito associado a activos afectos a concessões	221.765	64.000	285.765	200.590	108.249	308.839
Encargos com activos afectos a concessões	-221.765	-64.000	-285.765	-200.590	-108.249	-308.839
	-	-	-	-	-	-

8. OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO

A rubrica de Outros proveitos de exploração é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Ganhos em imobilizações	10.261	32.669	1.038	901
Redução de ajustamentos	17.014	28.858	23	-
Valores de participações de clientes	35.333	21.964	-	-
Proveitos relativos a parcerias institucionais - EDPR NA	94.225	79.677	-	-
Outros proveitos de exploração	63.016	70.258	9.358	6.776
	219.849	233.426	10.419	7.677

A rubrica Redução de ajustamentos, inclui o valor de 15.805 milhares de Euros (30 de Setembro 2011: 28.257 milhares de Euros) relativos a imparidade para clientes e de 1.209 milhares de Euros (30 de Setembro de 2011: 601 milhares de Euros) relativos a imparidade para devedores e outros activos de actividades comerciais.

A rubrica Valores de participações de clientes inclui o efeito da aplicação da IFRIC 18 na actividade de distribuição de electricidade e gás em Espanha no montante de 33.606 milhares de Euros (30 de Setembro de 2011: 19.538 milhares de Euros), conforme referido na política contabilística 2h).

A rubrica Proveitos relativos a parcerias institucionais — EDPR NA corresponde ao rédito resultante de benefícios fiscais à produção e ao investimento (PTC/ITC) e às amortizações fiscais, relativamente aos projectos Vento I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X nos parques eólicos nos EUA.

Os contratos de aquisição de energia celebrados entre a EDPR NA e os seus clientes foram valorizados com base em pressupostos de mercado, na data de aquisição, utilizando técnicas de fluxos de caixa descontados. A essa data, estes contratos foram avaliados em aproximadamente 190.400 milhares de Dólares americanos e registados como um passivo não corrente (ver nota 39). Este passivo é amortizado pelo período dos contratos por contrapartida de Outros proveitos de exploração. A amortização do exercício a Setembro de 2012 foi de 7.439 milhares de Euros (30 de Setembro de 2011: 7.670 milhares de Euros).

Em Setembro de 2011, a rubrica Ganhos em imobilizações inclui a mais-valia de aproximadamente 27 milhões de Euros resultante da venda das linhas eléctricas e subestações pertencentes à Hidroantabrico à Rede Eléctrica de Espanha ("REE").

9. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Fornecimentos e serviços				
Consumíveis e comunicação	41.054	40.320	8.366	8.319
Rendas e alugueres	83.050	79.525	35.184	34.230
Conservação e reparação	232.199	226.850	13.442	10.737
Trabalhos especializados:				
- Actividade Comercial	110.030	114.561	3.589	6.181
- Serviços de Informática, Jurídicos e Consultoria	70.393	60.857	24.327	17.555
- Outros Serviços	40.231	29.940	8.272	9.870
Cedência de Pessoal	-	-	32.037	34.175
Outros fornecimentos e serviços	96.368	98.108	12.461	11.351
	673.325	650.161	137.678	132.418

10. CUSTOS COM O PESSOAL E BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de Custos com o pessoal e Benefícios aos empregados é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Custos com o pessoal				
Remuneração dos órgãos sociais	12.228	12.223	3.887	3.932
Remuneração dos colaboradores	374.010	364.708	1.067	1.176
Encargos sobre remunerações	90.500	90.310	299	287
Prémios de desempenho, assiduidade e antiguidade	54.759	57.486	2.894	3.988
Outros custos	18.095	23.258	907	827
Trabalhos para a própria empresa:				
- Afectos a concessões (ver nota 7)	-64.628	-67.087	-	-
- Outros	-52.145	-55.277	-	-
	432.819	425.621	9.054	10.210
Benefícios aos empregados				
Custos com plano de pensões	21.977	25.355	217	428
Custos com plano médico e outros benefícios	6.557	7.832	97	100
Custos com racionalização de recursos humanos	3.744	5.921	-	-
Outros	15.790	7.036	42	42
	48.068	46.144	356	570
	480.887	471.765	9.410	10.780

Os custos com planos de pensões incluem 9.405 milhares de Euros (30 de Setembro de 2011: 16.019 milhares de Euros) relativos a planos de benefícios definidos (ver nota 36) e 12.572 milhares de Euros (30 de Setembro de 2011: 9.336 milhares de Euros) relativos a planos de contribuição definida. Os custos com plano médico e outros benefícios, no montante de 6.557 milhares de Euros (30 de Setembro de 2011: 7.164 milhares de Euros) respeitam a dotação do período líquidos das reduções do período. Os custos com racionalização de recursos humanos decorrem essencialmente do projecto de reestruturação organizacional da EDP Brasil, que culminou numa redução do quadro de trabalhadores e representou um custo total de 3.690 milhares de Euros. Este plano de reestruturação abrangeu 65 trabalhadores da Escelsa e 55 da Bandeirante.

A rubrica de Outros respeita essencialmente a custos com serviços médicos dos trabalhadores no activo no montante de 5.207 milhares de Euros (30 de Setembro de 2011: 5.669 milhares de Euros), seguros, entre outros benefícios atribuídos.

11. OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO

A rubrica de Outros custos de exploração é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Rendas de concessões pagas às autarquias e outras	209.063	191.675	-	-
Impostos directos e indirectos	83.016	89.368	707	1.118
Imparidades para créditos de cobrança duvidosa e outros	53.291	43.031	18	21
Donativos	14.895	14.679	7.783	7.718
Outros custos e perdas operacionais	62.755	80.237	1.768	2.160
	423.020	418.990	10.276	11.017

A rubrica Rendas de concessões pagas às autarquias e outras inclui maioritariamente, as rendas pagas às autarquias no âmbito dos contratos de concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão e as rendas pagas aos municípios cuja circunscrição seja abrangida pela zona de influência de centros electroprodutores.

12. PROVISÕES DO EXERCÍCIO

A rubrica de Provisões do exercício é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Dotação de provisões	28.827	49.879	6.656	1.461
Redução de provisões	-25.417	-48.146	-9.733	-5.343
	3.410	1.733	-3.077	-3.882

13. AMORTIZAÇÕES E IMPARIDADES DO EXERCÍCIO

A rubrica de Amortizações e imparidades do exercício é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Amortização de activos fixos tangíveis:				
Edifícios e outras construções	11.000	9.660	2.175	546
Equipamento básico	698.355	683.524	19	18
Outros activos tangíveis	57.886	50.508	8.047	6.352
Imparidade	8.979	8	-	-
	776.220	743.700	10.241	6.916
Amortização de activos fixos intangíveis:				
Amortização de outros direitos	2.487	3.581	6	6
Amortização de direitos de concessão	58.276	64.177	-	-
Amortização de intangíveis afectos a concessões - IFRIC 12	242.528	266.744	-	-
	303.291	334.502	6	6
	1.079.511	1.078.202	10.247	6.922
Compensação de amortizações:				
Activos fixos tangíveis subsidiados	-19.070	-25.281	-	-
	1.060.441	1.052.921	10.247	6.922

Os activos fixos tangíveis subsidiados são amortizados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes activos fixos tangíveis do Grupo, sendo o respectivo custo compensado pela amortização dos subsídios (registados em Credores e outros passivos de actividades comerciais) efectuada na mesma base e às mesmas taxas dos respectivos activos fixos tangíveis subsidiados.

Durante os primeiros nove meses de 2012, foi registada uma imparidade de 8.563 milhares de Euros na rubrica de imobilizado em curso relacionada com activos eólicos em construção em Espanha, tendo em consideração a avaliação da Administração no que respeita ao adiamento da sua entrada em funcionamento por via das alterações regulatórias recentemente emitidas em Espanha (ver nota 17).

14. GANHOS / (PERDAS) NA ALIENAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

A rubrica de Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros, em base Individual, é analisada como segue:

Milhares de Euros	Set 2012		Set 2011	
	Alienação %	Valor	Alienação %	Valor
Investimentos financeiros em filiais e empresas associadas:				
EDP - Energias do Brasil, S.A.	11,23%	87.945	13,80%	110.362
		87.945		110.362

Em Agosto de 2012, a participação que a EDP, S.A. detinha sobre a EDP Energias do Brasil, S.A., correspondente a 53.482.659 acções, representativas de 11,23% do seu capital social, no montante de 193.909 milhares de Euros foi utilizada para subscrever um aumento de capital na EDP Investments and Services, S.L. através da entrada em espécie das referidas acções, avaliadas em 281.854 milhares de Euros. Nos termos da política contabilística da EDP, S.A. para o registo nas demonstrações financeiras individuais de transacções sobre controlo comum, tendo por base o modelo do justo valor, foi reconhecido um proveito nas demonstrações financeiras da EDP, S.A. no montante de 87.945 milhares de Euros.

Em Julho de 2011, a EDP concluiu o processo de oferta de distribuição pública secundária de acções ordinárias da EDP - Energias do Brasil, S.A. de 21.911.460 acções correspondentes a 13,8% do capital social da EDP Brasil. Esta venda no montante de 810,7 milhões de Reais (correspondente a cerca de 363 milhões de Euros ao câmbio da data de liquidação), gerou uma mais valia em base individual de 110.362 milhares de Euros.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

15. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

A rubrica de Proveitos e Custos financeiros é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Proveitos financeiros				
Juros obtidos de depósitos e outras aplicações	43.330	57.830	17.907	24.521
Juros obtidos de empréstimos a empresas do Grupo e relacionadas	8.349	5.711	317.837	240.878
Juros de instrumentos financeiros derivados	102.688	103.995	15.426	23.893
Instrumentos financeiros derivados	174.962	177.921	271.045	264.602
Outros juros obtidos	41.693	46.833	1.121	1.218
Rendimentos de participações de capital	5.263	7.128	557.205	464.472
Diferenças de câmbio favoráveis	49.847	63.449	4.701	26.169
CMEC	56.120	60.898	-	-
Outros proveitos e ganhos financeiros	77.556	67.492	1.663	634
	559.808	591.257	1.186.905	1.046.387
Custos financeiros				
Juros de empréstimos	589.471	572.419	230.146	234.990
Juros de empréstimos obtidos capitalizados:				
Afectos a concessões (ver nota 7)	-8.701	-11.366	-	-
Outros	-97.136	-96.548	-	-
Juros de instrumentos financeiros derivados	84.491	81.924	13.110	25.113
Instrumentos financeiros derivados	196.902	188.207	259.767	280.224
Outros juros suportados	31.997	33.791	6.221	6.361
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda	9.390	54.759	32	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	67.107	93.515	4.591	6.769
CMEC	13.680	13.478	-	-
"Unwinding" de passivos a valor descontado	87.252	104.314	-	-
"Unwinding" das responsabilidades com pensões	34.634	34.141	-	-
"Unwinding" das responsabilidades com actos médicos e outros benefícios	33.996	32.126	-	-
Outros custos e perdas financeiras	32.395	36.436	18.344	66.215
	1.075.478	1.137.196	532.211	619.672
Resultados financeiros	-515.670	-545.939	654.694	426.715

A rubrica de Proveitos financeiros - CMEC no montante de 56.120 milhares de Euros, inclui 14.232 milhares de Euros relativos aos juros do CMEC inicial (30 de Setembro de 2011: 14.310 milhares de Euros) incluídos na anuidade de 2012 e 41.888 milhares de Euros relativos ao efeito de actualização financeira considerada no cálculo do CMEC inicial (30 de Setembro de 2011: 46.588 milhares de Euros).

A rubrica Outros proveitos e ganhos financeiros inclui essencialmente o montante de 57.064 milhares de Euros relativos a juros do desvio e défice tarifário do Sistema Eléctrico Nacional em Portugal (30 de Setembro de 2011: 8.514 milhares de Euros) e 4.877 milhares de Euros relativos a juros do desvio e défice tarifário em Espanha (30 de Setembro de 2011: 6.173 milhares de Euros). A rubrica Outros custos e perdas financeiras inclui o montante de 3.257 milhares de Euros relativos a juros de desvio e défice tarifário em Portugal (30 de Setembro de 2011: 2.529 milhares de Euros).

A rubrica Custos financeiros - CMEC, no montante de 13.680 milhares de Euros (30 de Setembro de 2011: 13.478 milhares de Euros), diz respeito essencialmente a encargos de actualização do CMEC inicial, registados por contrapartida de Proveitos Diferidos (ver nota 39).

A rubrica Juros de empréstimos obtidos capitalizados inclui os juros de empréstimos capitalizados em activos fixos em curso, conforme referido na política contabilística apresentada na nota 2 h). As taxas de juro consideradas estão de acordo com as taxas de mercado.

A rubrica de Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda no montante de 9.390 milhares de Euros, refere-se essencialmente à imparidade no investimento financeiro detido no BCP no montante de 5.495 milhares de Euros (30 de Setembro de 2011: 49.176 milhares de Euros) como resultado da desvalorização na cotação deste título (ver nota 22).

Os custos referentes ao "Unwinding" de passivos a valor descontado referem-se essencialmente a (i) actualização financeira da provisão para desmantelamento referente a parques eólicos, (ii) actualização financeira referente à "put option" da EDP Renewables Italia, (iii) ao retorno financeiro implícito dos investidores institucionais em parques eólicos nos EUA e (iv) aos encargos financeiros associados ao desconto da dívida das concessões de Alqueva/Pedrogão, da Investco e Enerpeixe.

Com referência a 30 de Setembro de 2012, a rubrica Outros custos e perdas financeiras em base individual inclui 9.216 milhares de Euros (30 de Setembro de 2011: 58.619 milhares de Euros) relativos ao efeito líquido do reforço de 50.000 milhares de Euros de imparidade em investimentos em subsidiárias (ver nota 20) e da redução de 40.784 milhares de Euros da provisão para cobertura de capitais próprios negativos de empresas subsidiárias (ver nota 37).

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

16. IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante períodos subsequentes. Em Portugal e em Espanha esse período é de 4 anos e no Brasil é de 5 anos, sendo o último ano considerado como definitivamente liquidado pela administração fiscal o ano de 2006. Nos Estados Unidos da América, de forma genérica, o "Statute of Limitation" para o IRS poder emitir uma liquidação adicional de imposto de uma entidade é de 3 anos, a contar da data de submissão da declaração anual de rendimentos do contribuinte.

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspecção e ajustamento, podem ser deduzidos aos lucros fiscais em anos seguintes (5 anos em Portugal a partir de 2012, 18 anos em Espanha, 20 anos nos Estados Unidos da América, sem prazo na Bélgica e em França e sem prazo no Brasil, mas com limite de 30% do lucro tributável do exercício). As empresas do Grupo EDP são tributadas, sempre que possível, pelos regimes consolidados permitidos pela legislação fiscal dos respectivos países.

Em Agosto de 2011, foi aprovado o Real Decreto-Ley 9/2011, o qual veio introduzir um conjunto de novas medidas relativas ao regime de tributação do rendimento em Espanha. A partir de 1 de Janeiro de 2012, o período para compensar os prejuízos fiscais reportáveis de anos anteriores é estendido de 15 para 18 anos.

A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro, (Lei do Orçamento do Estado para 2012) veio alargar de 4 para 5 anos o prazo de reporte de prejuízos fiscais (somente para prejuízos apurados em ou após 1 de Janeiro de 2012). No entanto, a dedução dos prejuízos fiscais (mesmo os apurados em anos anteriores a 2012) não pode exceder o montante correspondente a 75% do lucro tributável apurado em cada período de tributação, não ficando, porém, prejudicada a dedução da parte dos prejuízos que não tenha sido deduzida, nas mesmas condições, até ao final do respectivo período de dedução.

O Real Decreto-Ley 12/2012, publicado em 31 de Março de 2012, veio introduzir um conjunto de novas medidas fiscais, tendo em vista a redução do défice das contas públicas. Assim, os encargos financeiros líquidos serão dedutíveis fiscalmente, desde que não ultrapassem o limite correspondente a 30% do resultado operacional ajustado, nos termos definidos pela lei. O valor dos custos financeiros com juros que excedam os 30% acima referidos, podem ser deduzidos nos 18 anos seguintes, desde que em cada ano não excedam este limite. A taxa máxima anual de amortização do goodwill passa a ser de 1% nos exercícios de 2012 e 2013.

Em exercícios anteriores e em face da interpretação da Administração Tributária e dos respectivos sistemas informativos que processam os impostos em Portugal, o Grupo EDP viu-se obrigado a liquidar derrama sobre os lucros tributáveis das sociedades que compõem os RETGS, tendo liquidado em excesso o montante de 43,1 milhões de Euros, que posteriormente reclamou.

Em 30 de Dezembro de 2011, o Tribunal Tributário de Lisboa proferiu um acórdão favorável ao Grupo EDP sobre a derrama relativa ao exercício de 2007, que determinou o reconhecimento de um proveito de 10 milhões de Euros em 2011. Em 24 de Abril de 2012 foi proferida sentença favorável relativamente à derrama do exercício de 2010 no valor de 12,7 milhões de Euros, a qual foi registada em proveitos do exercício no segundo trimestre de 2012.

Na sequência destas decisões, em 30 de Setembro de 2012, o valor total da derrama paga em excesso relativamente aos exercícios de 2008, 2009 e 2011, para os quais o Grupo EDP aguarda decisão dos respectivos processos administrativos/judiciais, ascende a 20,4 milhões de Euros.

O Real Decreto 20/2012, aprovado em Julho de 2012, veio introduzir um conjunto de novas medidas de carácter temporário relativas ao regime de tributação do rendimento em Espanha. As principais medidas estão relacionadas com a alteração da forma de cálculo dos pagamentos por conta a efectuar pelas empresas de maior dimensão nos anos de 2012 e 2013 e com a alteração dos limites para a dedutibilidade de prejuízos fiscais reportáveis para os exercícios de 2012 e 2013:

- Entidades cujos proveitos do exercício anterior estejam entre 20 e 60 milhões de Euros apenas podem deduzir prejuízos fiscais até 50% do lucro tributável, face aos 75% previstos anteriormente, e
- Entidades cujos proveitos do exercício anterior excedam os 60 milhões de Euros apenas podem deduzir prejuízos fiscais até 25% do lucro tributável, face aos 50% previstos anteriormente.

A análise da Provisão para impostos sobre lucros é a seguinte:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Imposto corrente	-139.494	-223.304	-6.773	111.644
Imposto diferido	-133.639	-18.861	93.345	35.937
	-273.133	-242.165	86.572	147.581

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, no Grupo, a Setembro de 2012, é analisada como segue:

Milhares de Euros	Set 2012		
	Taxa %	Base Fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	1.183.216	313.552
Prejuízos e créditos fiscais	0,7%	33.106	8.773
Dividendos	1,2%	54.238	14.373
Benefícios fiscais	-2,0%	-89.740	-23.781
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	-1,2%	-55.506	-14.709
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	0,0%	-2.026	-537
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	1,0%	42.996	11.394
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias	-6,1%	-271.185	-71.864
Tributação autónoma	0,2%	10.906	2.890
Efeito da aplicação da derrama estadual	1,8%	82.362	21.826
Outros ajustamentos, diferencial de taxa e alterações de estimativas	1,0%	42.324	11.216
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	23,1%	1.030.691	273.133

A Lei n.º 12-A/2010 publicada em 30 de Junho de 2010, aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), nomeadamente a introdução de uma derrama estadual a qual, até 31 de Dezembro de 2011, incide sobre a parcela dos lucros tributáveis superiores a 2 milhões de Euros à taxa de 2,5%. Consequentemente, a taxa de imposto total aplicável em Portugal às entidades cujo lucro tributável excedesse aquele montante passou a ser de 29%.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

A Lei n.º 64-A/2011, de 30 de Dezembro, veio alterar a taxa acima referida, passando a derrama estadual a incidir (i) sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de Euros e inferior a 10 milhões de Euros, à taxa de 3%, e (ii) sobre a parcela do lucro tributável superior a 10 milhões de Euros, à taxa de 5%. Refira-se que, de acordo com o n.º 4 do artigo 116.º da Lei n.º 64-B/2011, esta alteração aplica-se nos dois períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2012. Assim, durante 2012 e 2013, a taxa de imposto total aplicável em Portugal às entidades cujo lucro tributável exceda 10 milhões de Euros passou a ser de aproximadamente 31,5%.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, no Grupo, a Setembro de 2011, é analisada como segue:

Milhares de Euros	Set 2011		
	Taxa %	Base Fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	1.202.144	318.568
Prejuízos e créditos fiscais	-5,3%	-239.826	-63.554
Dividendos	1,2%	54.555	14.457
Benefícios fiscais	-3,9%	-178.808	-47.384
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	0,8%	36.925	9.785
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	0,1%	6.242	1.654
Justo valor de instrumentos e investimentos financeiros	0,5%	20.600	5.459
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias	-0,4%	-16.362	-4.336
Tributação autónoma	0,1%	5.321	1.410
Efeito da aplicação da derrama estadual	1,2%	54.604	14.470
Outros ajustamentos, diferencial de taxa e alterações de estimativas	-0,7%	-31.562	-8.364
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	20,1%	913.833	242.165

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em base individual, a Setembro de 2012, é analisada como segue:

Milhares de Euros	Set 2012		
	Taxa %	Base Fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	644.245	170.725
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	2,5%	61.743	16.362
Prejuízos e créditos fiscais	-6,2%	-149.785	-39.693
Dividendos	-24,0%	-583.611	-154.657
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-3,9%	-95.075	-25.195
Tributação autónoma e benefícios fiscais	0,0%	-230	-61
Efeito da aplicação da derrama estadual	2,6%	62.136	16.466
Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias	-10,5%	-255.181	-67.623
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	-0,4%	-10.929	-2.896
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	-13,4%	-326.687	-86.572

A rubrica de Investimentos financeiros em associadas e subsidiárias inclui o efeito da reversão de um imposto diferido passivo constituído aquando da alienação da participação financeira na Oni por via da extinção dos factos que deram origem à sua constituição no momento da venda.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de IRC, em base individual, a Setembro de 2011, é analisada como segue:

Milhares de Euros	Set 2011		
	Taxa %	Base Fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre os lucros	26,5%	459.947	121.886
Provisões e amortizações sem consequência fiscal	0,1%	1.113	295
Prejuízos e créditos fiscais	-17,9%	-310.453	-82.270
Dividendos	-26,9%	-466.611	-123.652
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	-17,4%	-301.547	-79.910
Tributação autónoma e benefícios fiscais	-0,1%	-1.019	-270
Efeito da aplicação da derrama estadual	2,5%	43.392	11.499
Outros ajustamentos e alterações de estimativas	1,1%	18.268	4.841
Taxa e imposto efectivo sobre os lucros	-32,1%	-556.910	-147.581

A taxa efectiva de imposto do Grupo EDP e da EDP, S.A. é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Resultado antes de impostos	1.183.216	1.202.144	644.245	459.947
Impostos sobre lucros	-273.133	-242.165	86.572	147.581
Taxa efectiva de imposto	23,1%	20,1%	-13,4%	-32,1%

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

17. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Valor bruto:				
Terrenos e recursos naturais	175.094	176.310	74.569	75.026
Edifícios e outras construções	528.343	551.944	93.472	95.906
Equipamento básico:				
Produção Hidroelétrica	8.689.693	8.036.060	254	254
Produção Termoelétrica	7.693.049	7.752.912	-	-
Produção Renováveis	11.101.145	10.899.201	-	-
Distribuição de electricidade	1.341.828	1.990.302	-	-
Distribuição de gás	1.126.443	1.100.039	-	-
Outro equipamento básico	116.356	114.955	182	165
Outros activos fixos tangíveis	783.649	775.526	110.040	109.323
Activos fixos tangíveis em curso	3.128.371	2.731.386	20.890	12.432
	34.683.971	34.128.635	299.407	293.106
Amortizações acumuladas e imparidade:				
Amortizações do exercício	-767.241	-1.019.320	-10.241	-11.154
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-13.247.584	-12.390.019	-90.522	-81.203
Imparidade do exercício	-8.979	-5.058	-	-
Perdas por imparidade de exercícios anteriores	-10.566	-5.925	-	-
	-14.034.370	-13.420.322	-100.763	-92.357
Valor líquido contabilístico	20.649.601	20.708.313	198.644	200.749

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012, para o Grupo, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições / Aumentos	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Variações de Perímetro / Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	176.310	2.447	-554	1.736	-6.233	1.388	175.094
Edifícios e outras construções	551.944	893	-3.215	4.099	-25.793	415	528.343
Equipamento básico	29.893.469	7.928	-116.698	413.320	-126.340	-3.165	30.068.514
Outros activos fixos tangíveis	775.526	11.665	-15.673	13.835	-1.679	-25	783.649
Activos fixos tangíveis em curso	2.731.386	893.991	-2.460	-432.990	-62.506	950	3.128.371
	34.128.635	916.924	-138.600	-	-222.551	-437	34.683.971
Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Amortização do exercício / Imparidade	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Variações de Perímetro / Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Amortizações acumuladas e imparidades:							
Edifícios e outras construções	155.315	11.000	-2.401	-	-5.626	367	158.655
Equipamento básico	12.699.358	706.918	-113.646	-	-23.693	-2.276	13.266.661
Outros activos fixos tangíveis	565.649	58.302	-13.965	-	-1.500	568	609.054
	13.420.322	776.220	-130.012	-	-30.819	-1.341	14.034.370

A rubrica de Aquisições / Aumentos inclui o investimento realizado em parques eólicos pelos subgrupos EDPR EU e EDPR NA durante os primeiros nove meses de 2012. Adicionalmente, o subgrupo EDP Brasil realizou investimentos associados à construção do novo centro produtor termoelétrico a carvão de Porto de Pecém e do novo centro produtor hidroelétrico de Santo Antônio de Jari. No subgrupo Portugal, o Grupo encontra-se a realizar investimentos hidroelétricos na construção e reforço de potência em diversas barragens.

A rubrica de Amortização do exercício / Imparidade inclui 8.563 milhares de Euros relativos a activos eólicos em construção em Espanha (ver nota 13).

O movimento ocorrido na rubrica Diferenças Cambiais no período decorre essencialmente da apreciação do Zloty Polaco (PLN), da depreciação do Leu da Roménia (RON) e do Real Brasileiro (BRL) face ao Euro durante o período de nove meses findo a 30 de Setembro de 2012.

O movimento ocorrido na rubrica Variações de Perímetro / Regularizações inclui o efeito resultante da aquisição da Pietragalla Eolica S.R.L. e da J&Z SP. ZO.O., o efeito da venda das empresas detentoras das mini-hídricas em Espanha, a qual gerou uma mais-valia de 2.857 milhares de Euros reconhecidos na rubrica de Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros, bem como a redução da participação no capital social da Windplus, S.A. de 42% para 31% decorrente de um aumento de capital com diluição da participação detida pela EDP Inovação, S.A. Estas transacções ocorreram durante os primeiros nove meses de 2012 (ver nota 5).

A rubrica de Alienações / Abates inclui o montante de 88.228 milhares de Euros referentes ao abate da central termoelétrica do Barreiro em virtude do término dos trabalhos de desmantelamento, no decorrer do segundo trimestre de 2012. As amortizações acumuladas associadas a este centro electroprodutor ascendem a 88.228 milhares de Euros.

O Grupo EDP possui responsabilidades com locações financeiras e obrigações de compra, apresentadas na nota 44 - Compromissos.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

Os movimentos na rubrica de activos fixos tangíveis durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011, para o Grupo, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições / Aumentos	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Variações de Perímetro / Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Valor bruto:							
Terrenos e recursos naturais	163.184	2.059	-574	552	-8.959	894	157.156
Edifícios e outras construções	502.184	1.153	-2.899	82.085	-40.782	2.284	544.025
Equipamento básico	28.201.221	60.915	-17.570	1.264.378	-299.629	70.784	29.280.099
Outros activos fixos tangíveis	805.664	11.868	-22.475	27.567	-3.539	-72.178	746.907
Activos fixos tangíveis em curso	3.210.711	932.305	-19.508	-1.374.582	-87.363	-8.454	2.653.109
	32.882.964	1.008.300	-63.026	-	-440.272	-6.670	33.381.296

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Amortização do exercício/ Imparidade	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Variações de Perímetro / Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Amortizações acumuladas e imparidades:							
Edifícios e outras construções	144.266	9.660	-1.705	-	-7.972	2.309	146.558
Equipamento básico	11.818.193	683.524	-8.629	-	-33.211	44.179	12.504.056
Outros activos fixos tangíveis	596.922	50.516	-17.879	-	-3.849	-43.660	582.050
	12.559.381	743.700	-28.213	-	-45.032	2.828	13.232.664

O movimento ocorrido na rubrica Variações de Perímetro / Regularizações inclui o efeito resultante da aquisição da Home Energy II, S.A. e da venda do Subgrupo Veinco efectuadas durante os primeiros nove meses de 2011 pelo Grupo EDP.

O movimento ocorrido na rubrica Diferenças Cambiais no período decorre essencialmente da depreciação do Real Brasileiro (BRL), do Zloty Polaco (PLN) e do Dólar Americano (USD) face ao Euro para o período de nove meses findo a 30 de Setembro de 2011.

No segundo trimestre de 2011, o Grupo EDP decidiu alterar a vida útil dos parques eólicos de 20 para 25 anos, com efeito prospectivo a partir de 1 de Abril de 2011, conforme descrito na nota 3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras.

Os movimentos da rubrica de activos fixos tangíveis durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012, em base Individual, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições / Aumentos	Alienações / Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	75.026	-	-457	-	-	74.569
Edifícios e outras construções	95.906	-	-2.789	-	355	93.472
Equipamento básico	419	17	-	-	-	436
Outros activos fixos tangíveis	109.323	1.396	-804	125	-	110.040
Activos fixos tangíveis em curso	12.432	8.583	-	-125	-	20.890
	293.106	9.996	-4.050	-	355	299.407

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Amortização do exercício/ Imparidade	Alienações / Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Amortizações acumuladas e imparidades:						
Edifícios e outras construções	22.473	2.175	-2.159	-	355	22.844
Equipamento básico	169	19	-	-	-	188
Outros activos fixos tangíveis	69.715	8.047	-615	-	584	77.731
	92.357	10.241	-2.774	-	939	100.763

Os movimentos da rubrica de activos fixos tangíveis durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011, em base Individual, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições / Aumentos	Alienações / Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Valor bruto:						
Terrenos e recursos naturais	46.498	12.478	-304	-	-	58.672
Edifícios e outras construções	24.569	12.847	-1.419	78.850	2.131	116.978
Equipamento básico	402	17	-	-	-	419
Outros activos fixos tangíveis	122.278	3.881	-597	2.184	20	127.766
Activos fixos tangíveis em curso	82.951	16.211	-	-81.034	-	18.128
	276.698	45.434	-2.320	-	2.151	321.963

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Amortização do exercício / Imparidade	Alienações / Abates	Transferências	Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Amortizações acumuladas e imparidades:						
Edifícios e outras construções	17.394	546	-834	-	1.352	18.458
Equipamento básico	145	18	-	-	-	163
Outros activos fixos tangíveis	94.054	6.352	-424	-	4	99.986
	111.593	6.916	-1.258	-	1.356	118.607

As Transferências de imobilizado em curso para Edifícios e outras construções referem-se essencialmente ao novo edifício da sede do Grupo EDP no Porto, inaugurado em 13 de Abril de 2011.

18. ACTIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Valor bruto:				
Direitos de concessão	15.360.907	15.463.265	-	-
Licenças de CO ₂	290.594	359.058	-	-
Outros intangíveis	96.908	97.157	100	100
Activos intangíveis em curso	618.827	563.295	-	-
	16.367.236	16.482.775	100	100
Amortizações acumuladas e imparidade:				
Amortizações do exercício de direitos de concessão e de utilização	-300.804	-453.887	-	-
Amortizações do exercício de propriedade industrial e outros intangíveis	-2.487	-3.406	-6	-8
Amortizações acumuladas de exercícios anteriores	-9.524.265	-9.225.004	-84	-76
	-9.827.556	-9.682.297	-90	-84
Valor Líquido	6.539.680	6.800.478	10	16

Os direitos de concessão sobre as redes de distribuição de energia eléctrica no Brasil, nomeadamente da Bandeirante (Estado de São Paulo) e Escelsa (Estado do Espírito Santo), são amortizados pelo método das quotas constantes pelo período total da concessão, respectivamente até 2028 e 2025. Os direitos de concessão em Portugal referem-se à rede de distribuição de gás natural, sendo amortizados pelo método das quotas constantes ao longo do período de concessão que termina em 2047, bem como à concessão do domínio público hídrico para a produção de energia hidroeléctrica.

Os direitos de concessão sobre a produção de energia eléctrica no Brasil, nomeadamente, Lajeado Energia e Investco, são amortizados pelo período total da concessão até 2032.

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012, para o Grupo, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições / Aumentos	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Variações Perímetro / Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Valor bruto:							
Direitos de concessão:							
Distribuição e geração Brasil	1.448.562	-	-	-	-58.413	-	1.390.149
Gás Portugal	138.354	-	-	-	-	-	138.354
Hídrica Portugal	1.371.528	20.935	-	-	-	25	1.392.488
Outros direitos de concessão	10.827	-	-	-	-	-	10.827
Licenças de CO ₂	359.058	131.903	-200.367	-	-	-	290.594
Afectos a concessão (IFRIC 12):							
Activos intangíveis	12.493.994	27	-22.597	155.759	-198.094	-	12.429.089
Activos intangíveis em curso	191.760	285.700	753	-237.878	-5.907	-	234.428
Outros intangíveis	97.157	100	-11	243	-613	32	96.908
Outros activos intangíveis em curso	371.535	14.770	-37	-243	-1.084	-542	384.399
	16.482.775	453.435	-222.259	-82.119	-264.111	-485	16.367.236

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Amortização do exercício	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Variações Perímetro / Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Amortizações acumuladas e imparidades:							
Direitos de concessão	675.011	58.276	-	-	-9.492	-	723.795
Activos intangíveis afectos a concessões (IFRIC 12)	8.978.242	242.528	-15.053	-	-133.169	-	9.072.548
Outros direitos	29.044	2.487	-	-	-318	-	31.213
	9.682.297	303.291	-15.053	-	-142.979	-	9.827.556

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

As Transferências de activos intangíveis afectos a concessões no valor de 82.119 milhares de Euros referentes à transferência para Devedores e outros activos de actividades comerciais do valor correspondente aos aumentos do activo financeiro associado à IFRIC 12. Este montante inclui o efeito da aplicação de novas taxas de amortização no sector eléctrico no Brasil em resultado da revisão das vidas úteis dos activos afectos a concessões por parte da Agência de Energia Eléctrica (ANEEL), no montante de 13.265 milhares de Euros (32.572 milhares de Reais Brasileiros), no decorrer dos primeiros nove meses de 2012.

Na rubrica Licenças de CO2, em "Aquisições / Aumentos" encontram-se registados, à data de 30 de Setembro de 2012, 109.026 milhares de Euros referentes a licenças de emissão de CO2 atribuídas gratuitamente às centrais do Grupo EDP em actividade em Portugal e Espanha e 22.877 milhares de Euros relativos a licenças adquiridas em mercado. O mercado de licenças de emissão de CO2 encontra-se regulado pelo Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão (PNALE) em Portugal e pelo "Plan Nacional de Asignación de Derechos de Emisión de Gases de Efecto Invernadero" (PNADE) em Espanha, cobrindo o período 2008-2012. As Alienações/Abates incluem as entregas de licenças de CO2 consumidas durante o ano de 2011 e entregues às autoridades reguladoras no montante de 199.909 milhares de Euros e de 458 milhares de Euros alienadas em mercado.

Na rubrica Hídrica Portugal, o movimento de "Aquisições / Aumentos" no montante de 20.935 milhares de Euros (30 de Setembro 2011: 38.260 milhares de Euros) corresponde ao reforço de potência efectuado durante 2012 na Central Hidroeléctrica de Alqueva. Em 2011 o movimento negativo de "Variações de Perímetro/Regularizações", no montante de 4.618 milhares de Euros, resulta do facto de não terem sido realizados os reforços de potência que estavam previstos contratualmente em Pedrogão, o que implica uma revisão do montante das rendas de concessão a pagar.

Os movimentos da rubrica de activos intangíveis durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011, para o Grupo, são analisados como segue:

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições / Aumentos	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Variações Perímetro / Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Valor bruto:							
Direitos de concessão:							
Distribuição e geração Brasil	1.254.421	-	-	-	-62.838	-	1.191.583
Gás Portugal	138.354	-	-	-	-	-	138.354
Hídrica Portugal	1.320.346	38.260	-533	-	-	-4.618	1.353.455
Outros direitos de concessão	10.827	-	-	-	-	-	10.827
Licenças de CO ₂	212.230	297.920	-224.941	-	-	-	285.209
Afectos a concessão (IFRIC 12):							
Activos intangíveis	12.308.883	5.336	-28.752	230.123	-301.323	-	12.214.267
Activos intangíveis em curso	257.298	303.503	-444	-340.664	-9.119	-	210.574
Outros intangíveis	93.411	2.399	-22	61	-1.353	755	95.251
Outros activos intangíveis em curso	340.098	15.976	-567	-61	-1.334	11.891	366.003
	15.935.868	663.394	-255.259	-110.541	-375.967	8.028	15.865.523

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Amortização do exercício	Alienações / Abates	Transferências	Diferenças Cambiais	Variações Perímetro / Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Amortizações acumuladas e imparidades:							
Direitos de concessão	597.280	64.177	-	-	-12.477	-	648.980
Activos intangíveis afectos a concessões (IFRIC 12)	8.698.820	266.744	-19.159	-	-190.833	-	8.755.572
Outros direitos	25.629	3.581	-21	-	-332	42	28.899
	9.321.729	334.502	-19.180	-	-203.642	42	9.433.451

As Transferências de activos intangíveis afectos a concessões no valor de 110.541 milhares de Euros são referentes à transferência para Devedores e outros activos de actividades comerciais do valor correspondente aos aumentos do activo financeiro associado à IFRIC 12.

Na rubrica Licenças de CO2, em Aquisições encontram-se registados, à data de 30 de Setembro de 2011, 214.782 milhares de Euros referentes a licenças de emissão de CO2 atribuídas gratuitamente às centrais do Grupo EDP em actividade em Portugal e Espanha. As Alienações/Abates incluem as entregas de licenças de CO2 consumidas durante o ano de 2010 e entregues às autoridades reguladoras no montante de 180.217 milhares de Euros e de 44.724 milhares de Euros alienadas em mercado.

19. GOODWILL

No Grupo, a rubrica de "Goodwill", resultante da diferença entre o valor de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida das empresas à data da aquisição, é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo	
	Set 2012	Dez 2011
Grupo HC Energia	1.915.801	1.916.548
Grupo EDP Renováveis	1.325.089	1.311.133
Grupo EDP Brasil	56.043	57.427
Outros	42.149	42.149
	3.339.082	3.327.257

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012, a movimentação ocorrida no "Goodwill" foi a seguinte:

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Aumentos	Reduções	Imparidade	Variação cambial	Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Grupo HC Energia	1.916.548	-	-747	-	-	-	1.915.801
Grupo EDP Renováveis	1.311.133	12.465	-24	-	1.515	-	1.325.089
Grupo EDP Brasil	57.427	-	-	-	-1.384	-	56.043
Outros	42.149	-	-	-	-	-	42.149
	3.327.257	12.465	-771	-	131	-	3.339.082

No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2011, a movimentação ocorrida no "Goodwill" foi a seguinte:

Milhares de Euros	Saldo em 1 Janeiro	Aumentos	Reduções	Imparidade	Variação cambial	Regularizações	Saldo em 30 Setembro
Grupo HC Energia	1.908.476	1.217	-	-	-	-	1.909.693
Grupo EDP Renováveis	1.343.294	-	-12.846	-	-8.731	-	1.321.717
Grupo EDP Brasil	58.991	-	-	-	-2.198	-	56.793
Outros	38.418	3.731	-	-	-	-	42.149
	3.349.179	4.948	-12.846	-	-10.929	-	3.330.352

Grupo HC Energia

No decurso do período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012, verificou-se um decréscimo do "goodwill" afecto ao Grupo HC Energia no montante de 747 milhares de Euros (30 de Setembro de 2011: aumento de 380 milhares de Euros) em resultado da reavaliação da responsabilidade relativa à aquisição antecipada de interesses não controláveis à Cajastur por via da existência de uma "put option" detida por esta entidade sobre 3,13% do capital da HC Energia, conforme política contabilística 2b).

A 30 de Setembro de 2011, o Grupo EDP adquiriu através da sua subsidiária Naturgas Energia Transporte, S.A.U. uma participação accionista dos restantes 50% da Infraestruturas Gasistas de Navarra, S.L., tendo originado um "goodwill" de 837 milhares de Euros.

Grupo EDP Renováveis

O detalhe do "goodwill" detido no Grupo EDP Renováveis, com referência a 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, apresenta-se como segue:

Milhares de Euros	Grupo EDP Renováveis	
	Set 2012	Dez 2011
Goodwill EDPR Europe	711.353	697.691
Goodwill EDPR North America	612.299	611.882
Goodwill EDPR Brasil	1.437	1.560
	1.325.089	1.311.133

Subgrupo EDPR Europe

No período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012, o aumento no "goodwill" no Subgrupo EDPR Europe no valor de 12.465 milhares de Euros resulta da aquisição de diversas empresas: Pietragalla Eolico S.R.L., Cujmir Solar S.R.L., Pontelu Solar S.R.L., Studina Solar S.R.L., Vanju Mare Solar S.R.L. e Sibioara Wind Farm S.R.L.

A 30 de Setembro de 2011, a redução de "goodwill" no Grupo EDP Renováveis no valor de 12.846 milhares de Euros resulta da redefinição do preço final da responsabilidade relativa à aquisição antecipada de interesses não controláveis à Caja Madrid por via da existência de uma "written put option" relativamente ao investimento detido por esta entidade sobre a Genesa no montante de 3.363 milhares de Euros, e da venda do Subgrupo Veinco no montante de 9.483 milhares de Euros.

20. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS FILIAIS (CONTAS INDIVIDUAIS)

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de Euros	Individual	
	Set 2012	Dez 2011
Custo de aquisição	10.883.420	10.863.358
Efeito de equivalência patrimonial (transição IFRS)	-902.524	-1.020.632
Partes de capital em empresas filiais	9.980.896	9.842.726
Perdas por imparidade em partes de capital em empresas filiais	-183.943	-133.943
	9.796.953	9.708.783

No âmbito da transição para as IFRS, a EDP, S.A. deixou de aplicar o método de equivalência patrimonial na valorização dos investimentos financeiros nas suas demonstrações financeiras individuais, tendo o mesmo sido considerado como "deemed cost" na data da transição.

A variação da rubrica de Investimentos Financeiros em empresas filiais (88.170 milhares de euros) resulta, essencialmente do aumento de capital da EDP Investments and Services, S.L. realizado através da entrada em espécie da participação de 11,23% da EDP Energias do Brasil, S.A. (efeito líquido no montante de 87.945 milhares de Euros), da concessão de prestações acessórias à subsidiária EDP Imobiliária e Participações, S.A. (50.000 milhares de Euros) e do registo da imparidade no investimento financeiro detido na EDP Imobiliária e Participações, S.A. (50.000 milhares de Euros).

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

Em Agosto de 2012, a participação que a EDP, S.A. detinha na EDP Energias do Brasil, S.A., correspondente a 53.482.659 acções, representativas de 11,23% do seu capital social, no montante de 193.909 milhares de Euros foi utilizada para subscrever um aumento de capital na EDP Investments and Services, S.L. através da entrada em espécie das referidas acções, avaliadas em 281.854 milhares de Euros, tendo sido reconhecido um proveito nas demonstrações financeiras da EDP, S.A. no montante de 87.945 milhares de Euros (ver nota 14).

21. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Empresas associadas:				
Investimentos financeiros em associadas	163.417	160.443	137	137
Ajustamentos em investimentos financeiros em associadas	-137	-137	-137	-137
Valor líquido	163.280	160.306	-	-

22. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O detalhe desta rubrica é analisado como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Banco Comercial Português, S.A.	24.908	19.665	-	-
REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.	37.399	39.361	37.399	39.361
Tejo Energia, S.A.	29.507	29.507	-	-
Outros	79.965	82.780	3.140	3.183
	171.779	171.313	40.539	42.544

Com referência a 30 de Junho de 2012, o investimento financeiro detido no Banco Comercial Português, S.A. desvalorizou 5.495 milhares de Euros, tendo esta desvalorização sido considerada uma perda por imparidade e consequentemente registada por contrapartida de resultados (ver nota 15). No terceiro trimestre de 2012, no âmbito do aumento de capital realizado pelo BCP, o Grupo EDP subscreveu 250.778.389 acções do BCP pelo preço de 0,04 Euros por acção, num investimento total de 10.031 milhares de Euros. Após esta operação, o Grupo passa a deter 395.370.529 acções, mantendo a sua actual participação de 2,01%, mas reduzindo o custo médio por acção, o que face à cotação dos títulos com referência a 30 de Setembro de 2012, origina um registo positivo de 707 milhares de Euros em Reservas de justo valor (ver nota 32).

No decurso do período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012, o investimento financeiro detido na REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A. desvalorizou 1.962 milhares de Euros, tendo esta desvalorização sido registada por contrapartida de Reservas de justo valor (ver nota 32).

A rubrica de Outros inclui unidades de participação de um fundo de acções e obrigações detidas pela Energia RE no montante de 42.801 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 37.388 milhares de Euros), decorrentes da sua actividade resseguradora.

Os Activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações desde a data da sua aquisição líquidas de imparidade registadas por contrapartida das respectivas reservas de justo valor (ver nota 32). Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a reserva de justo valor atribuível ao Grupo EDP é analisada como segue:

Milhares de Euros	Set 2012	Dez 2011
REN - Redes Energéticas Nacionais, S.G.P.S., S.A.	11.579	13.541
Tejo Energia, S.A.	23.152	23.152
Outras	8.026	6.319
	42.757	43.012

23. IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS E PASSIVOS

O Grupo EDP regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos Activos Líquidos		Impostos Diferidos Passivos Líquidos	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Saldo em 1 de Janeiro	511.414	515.332	-954.002	-856.072
Desvio tarifário do período	2.896	-26.943	-205.647	-60.603
Provisões	-16.703	-15.010	-	-
Activos fixos tangíveis, activos intangíveis e reavaliações contabilísticas	-27.382	-20.155	-69.935	-45.376
Imposto diferido sobre CMEC's no período	-	-	-62.666	30.162
Prejuízos e créditos fiscais	215.569	187.133	-	-
Investimentos financeiros e investimentos disponíveis para venda	-36.981	33.943	63.465	8.406
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	-1.720	16.870	22.293	-1.270
Alocação de justos valores a activos e passivos adquiridos	-129	-6.173	24.792	-4.498
Proveitos de parcerias institucionais de parques eólicos nos EUA	-	-	-25.503	-47.443
Variações cambiais e outros	-18.777	-31.159	4.366	18.935
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	-306.944	-119.624	306.944	119.624
Saldo em 30 de Setembro	321.243	534.214	-895.893	-838.135

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

A EDP, S.A. regista nas suas contas o efeito fiscal decorrente das diferenças temporárias que se verificam entre os activos e passivos determinados numa óptica contabilística e numa óptica fiscal, o qual é analisado como segue:

Milhares de Euros	Impostos Diferidos Activos Líquidos		Impostos Diferidos Passivos Líquidos	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Saldo em 1 de Janeiro	18.344	-	-	-67.926
Prejuízos e créditos fiscais	-1.803	74.337	-	-
Provisões	-16.751	16.210	-	-
Investimentos financeiros e investimentos disponíveis para venda	1.515	1.524	67.623	10.204
Justo valor de instrumentos financeiros derivados	-5.112	-4.914	11.383	5.508
Outras diferenças temporárias	254	-848	-90	-4.235
Compensação de activos e passivos por impostos diferidos	78.916	-56.449	-78.916	56.449
Saldo em 30 de Setembro	75.363	29.860	-	-

24. INVENTÁRIOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Mercadorias	71.201	90.673	-	-
Produtos acabados, intermédios e subprodutos	35.939	39.494	-	-
Matérias primas, subsidiárias e de consumo (Carvão e fuel)	128.110	124.311	-	-
Combustível nuclear	17.449	15.140	-	-
Materiais diversos e outros	65.269	76.442	2.251	807
	317.968	346.060	2.251	807

25. CLIENTES

A rubrica de Clientes é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Clientes - Corrente:				
Sector empresarial e particulares:				
Portugal	931.309	925.710	157.310	159.033
Espanha	680.677	730.606	-	-
Brasil	442.419	422.973	-	-
Estados Unidos da América	25.807	31.660	-	-
Outros	59.676	33.312	-	-
Sector Público:				
Portugal	99.910	94.859	-	-
Brasil	35.464	30.178	-	-
Espanha	86.771	41.545	-	-
	2.362.033	2.310.843	157.310	159.033
Perdas por imparidade	-302.474	-267.172	-9.964	-9.960
	2.059.559	2.043.671	147.346	149.073
Clientes - Não Corrente:				
Sector empresarial e particulares:				
Brasil	37.381	19.577	-	-
Sector Público:				
Portugal	128.225	132.258	-	-
Brasil	4.805	30.948	-	-
	170.411	182.783	-	-
Perdas por imparidade	-69.275	-74.173	-	-
	101.136	108.610	-	-
	2.160.695	2.152.281	147.346	149.073

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

26. DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Devedores e outros activos de actividades comerciais é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Devedores e outros activos de actividades comerciais - Corrente:				
Valores a receber por encargos de tarifa - Espanha	530.960	553.268	-	-
Valores a receber por desvios tarifários - Electricidade - Portugal	779.719	374.859	-	-
Devedores por outros bens e serviços	163.328	98.871	26.083	61.458
Valores a receber no âmbito do CMEC	111.831	122.080	-	-
Proveitos especializados na compra e venda de energia	90.147	117.227	173.787	165.968
Outros devedores e operações diversas	292.290	245.189	58.072	34.341
	1.968.275	1.511.494	257.942	261.767
Imparidade para Devedores - Corrente	-15.197	-15.878	-930	-938
	1.953.078	1.495.616	257.012	260.829
Devedores e outros activos de actividades comerciais - Não Corrente:				
Valores a receber por desvios tarifários - Electricidade - Portugal	743.733	424.787	-	-
Valores a receber no âmbito do CMEC	1.203.093	1.012.330	-	-
Valores a receber por Concessões - IFRIC 12	634.219	581.012	-	-
Outros devedores e operações diversas	91.587	93.140	1.609	179
	2.672.632	2.111.269	1.609	179
Imparidade para Devedores - Não Corrente	-2.885	-2.876	-	-
	2.669.747	2.108.393	1.609	179
	4.622.825	3.604.009	258.621	261.008

A rubrica de Valores a receber por encargos de tarifa - Espanha refere-se ao montante a receber do Estado Espanhol relativo ao défice tarifário do Sistema Eléctrico Espanhol acumulado em 30 de Setembro de 2012, conforme enquadramento regulatório em vigor (ver nota 3). No período de nove meses findo a 30 de Setembro de 2012, o Fundo de Amortização do Défice Eléctrico Espanhol (FADE), lançou onze emissões de obrigações totalmente garantidas pelo Reino de Espanha, o que permitiu ao Grupo HC Energia o recebimento de 167.936 milhares de Euros relativos a défices tarifários de anos anteriores.

O movimento do exercício na rubrica Valores a receber por desvios tarifários - Electricidade - Portugal (Corrente e Não corrente) é analisado como segue:

Milhares de Euros	Corrente	Não corrente
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	394.057	29.726
Recebimento através da tarifa de energia eléctrica	-303.605	-
Constituição do desvio de 2010	162.820	54.273
Desvio tarifário do período	242.126	184.239
Encargos financeiros	8.061	453
Titularização do desvio de cogeração	-55.463	-83.194
Transferência da parcela de não corrente para corrente	22.295	-22.295
Saldo em 30 de Setembro de 2011	470.291	163.202
Recebimento através da tarifa de energia eléctrica	-102.530	-
Constituição do desvio de 2010	25.212	77.585
Desvio tarifário do período	-15.705	212.232
Transferência para desvios tarifários a pagar	2.515	-
Encargos financeiros	6.133	6.931
Titularização do desvio de cogeração	-18.488	-27.732
Transferência da parcela de não corrente para corrente	7.431	-7.431
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	374.859	424.787
Recebimento através da tarifa de energia eléctrica	-499.662	-
Desvio tarifário do período	475.467	690.937
Encargos financeiros	30.098	26.966
Transferência da parcela de não corrente para corrente	398.957	-398.957
Saldo em 30 de Setembro de 2012	779.719	743.733

A rubrica de Valores a receber no âmbito do CMEC ascende a 1.314.924 milhares de Euros, sendo 1.203.093 milhares de Euros de não corrente e 111.831 milhares de Euros de corrente. O valor a receber no âmbito do CMEC Base inclui 693.976 milhares de Euros em não corrente e 31.500 milhares de Euros em corrente, que respeitam ao valor inicialmente atribuído à EDP Produção (833.467 milhares de Euros), deduzido das anuidades dos anos de 2007 a 2012. Os restantes 509.117 milhares de Euros em não corrente e 80.331 milhares de Euros em corrente respeitam aos valores a receber por via do cálculo da revisibilidade dos exercícios de 2010, 2011 e 2012.

A rubrica Valores a receber por concessões - IFRIC 12, no montante de 634.219 milhares de Euros refere-se ao activo financeiro a receber pelo Grupo EDP no âmbito das concessões de distribuição de electricidade e gás em Portugal e no Brasil, decorrente da aplicação do modelo misto (ver nota 2 aa). A variação ocorrida no período, inclui essencialmente o efeito da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro no montante de 18.465 milhares de Euros, a transferência de activos intangíveis afectos a concessões no montante de 82.119 milhares de Euros (ver nota 18) e 7.473 milhares de Euros decorrentes da transferência de activos financeiros da Evrecy Participações, Ltda. para a rubrica de activos detidos para venda, na sequência da alienação desta subsidiária à CTEEP — Companhia de Transmissões de Energia Eléctrica Paulista em Maio de 2012. Esta transacção encontra-se pendente de aprovação da ANEEL.

27. OUTROS DEVEDORES E OUTROS ACTIVOS

A rubrica de Outros devedores e outros activos é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Outros devedores e outros activos - Corrente:				
Empréstimos a empresas do Grupo	-	-	2.967.010	1.802.680
Dividendos atribuídos	-	-	-	152.358
Empréstimos a empresas relacionadas	31.645	122.903	20.226	20.235
Créditos sobre o Estado e concedentes	58.214	30.565	-	-
Instrumentos financeiros derivados	135.571	216.817	223.782	246.766
Empresas do Grupo	-	-	956.947	421.855
Cauções e depósitos vinculados	8.613	8.181	-	-
Outros devedores e operações diversas	99.332	127.228	6.532	1.880
	333.375	505.694	4.174.497	2.645.774
Outros devedores e outros activos - Não Corrente:				
Empréstimos a empresas do Grupo	-	-	5.166.282	4.765.436
Empréstimos a empresas relacionadas	232.239	133.180	90	90
Cauções e depósitos vinculados	120.357	142.722	5	3.419
Instrumentos financeiros derivados	166.227	104.697	79.722	79.184
Outros devedores e operações diversas	41.996	21.426	-	-
	560.819	402.025	5.246.099	4.848.129
	894.194	907.719	9.420.596	7.493.903

28. IMPOSTOS A RECEBER

A rubrica de Impostos a receber é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o rendimento	200.555	271.353	52.841	77.246
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	194.569	307.087	108.301	81.876
Imposto circulação de mercadorias e prest. serviços (Brasil)	35.612	30.598	-	-
Outras tributações	34.204	35.781	3.255	3.255
	464.940	644.819	164.397	162.377

A rubrica Outras tributações, para o Grupo, inclui o montante de 25.670 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 27.700 milhares de Euros) referente ao registo de créditos do PIS e da COFINS no Brasil, decorrentes da interpretação dada pela Secretaria da Receita Federal na Solução de consulta COSIT 27/2008, e que corresponde a créditos apurados sobre gastos com materiais aplicados ou consumidos na actividade de fornecimento de energia eléctrica e dos encargos de depreciação de bens do activo imobilizado, a serem compensadas com débitos dessas contribuições.

29. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Numerário:				
Caixa	226	40	14	-
Depósitos bancários:				
Depósitos à ordem	637.838	475.206	31.043	170.629
Depósitos a prazo	1.150.335	1.219.813	476.338	490.980
Depósitos cativos em relação a parcerias institucionais - EDPR NA	2.820	24.636	-	-
Outros depósitos	416.028	5.152	-	-
	2.207.021	1.724.807	507.381	661.609
Outras aplicações de tesouraria:				
Em bancos (Euro)	290	6.677	-	-
	290	6.677	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	2.207.537	1.731.524	507.395	661.609

A rubrica Outras aplicações de tesouraria inclui aplicações financeiras de muito curto prazo convertíveis em Caixa.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

30. CAPITAL E PRÉMIOS DE EMISSÃO DE ACÇÕES

A EDP, S.A. é uma Sociedade Anónima em cujo capital o Estado e outros entes públicos detêm uma participação minoritária. A sociedade que inicialmente foi constituída como uma empresa pública, iniciou em 1997 o seu processo de privatização, tendo sido concretizadas as segunda e terceira fases de privatização em 1998, a quarta fase em 2000, uma quinta fase de privatização consubstanciada num aumento de capital em 2004, e a sexta fase em 2005. Em Dezembro de 2007, foram emitidas, pelo Estado, obrigações susceptíveis de permuta por acções representativas do capital social da EDP, S.A., no âmbito da sétima fase de privatização. Em 11 de Maio de 2012, no âmbito da 8ª fase de reprivatização, o Estado português alienou à China Three Gorges International (Europe), S.A., mediante operação realizada fora de mercado regulamentado, 780.633.782 acções representativas de 21,35% do capital social e dos direitos de voto da EDP, S.A.

Em virtude desta transacção as 780.633.782 acções representativas de 21,35% do capital social e dos direitos de voto da EDP passam a ser directamente imputáveis à China Three Gorges International (Europe), S.A. Consequentemente, a Parpública reduziu a sua participação qualificada na EDP de 25,49% do respectivo capital social e dos direitos de voto para 4,14% mantendo a titularidade de um total de 151.517.000 acções representativas do capital social da EDP, S.A., as quais constituem as acções da classe B.

O capital social de 3.656.537.715 Euros, representado por 3.656.537.715 acções de valor nominal de 1 Euro cada, encontra-se integralmente realizado. Deste total, 3.505.020.715 são acções da classe A e 151.517.000 são acções da classe B.

As rubricas de capital social e prémios de emissão são analisadas como segue:

Milhares de Euros	Grupo e Individual	
	Capital social	Prémios emissão
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	3.656.538	503.923
Movimentos do período	-	-
Saldo em 30 de Setembro de 2012	3.656.538	503.923

Os resultados por acção (EPS) atribuíveis aos accionistas da EDP são analisados como segue:

	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Resultado líquido (em Euros)	794.525.951	823.629.775	730.817.414	607.528.120
Resultado líquido das operações em continuação (em Euros)	794.525.951	823.629.775		
Nº médio de acções durante o período	3.623.926.213	3.624.464.346	3.625.439.213	3.625.977.346
Nº médio de acções diluídas durante o período	3.624.510.426	3.625.069.823	3.626.023.426	3.626.582.823
Resultado por acção básico (em Euros)	0,22	0,23		
Resultado por acção diluído (em Euros)	0,22	0,23		
Resultado por acção das operações em continuação básico (em Euros)	0,22	0,23		
Resultado por acção das operações em continuação diluído (em Euros)	0,22	0,23		

O Grupo EDP calcula o seu resultado básico e diluído por acção usando a média ponderada das acções em circulação durante o período de relato, líquidas do movimento de acções próprias ocorrido no período.

O número médio de acções é analisado como segue:

	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Acções emitidas no início do período	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715
Efeito de emissão de acções durante o período	-	-	-	-
Número médio de acções realizadas	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715	3.656.537.715
Efeito de acções próprias	-32.611.502	-32.073.369	-31.098.502	-30.560.369
Número médio de acções durante o período	3.623.926.213	3.624.464.346	3.625.439.213	3.625.977.346
Efeito de "stock options"	584.213	605.477	584.213	605.477
Número médio de acções diluídas durante o período	3.624.510.426	3.625.069.823	3.626.023.426	3.626.582.823

31. ACÇÕES PRÓPRIAS

Esta rubrica é analisada como segue:

	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Valor contabilístico das acções da EDP, S.A. (milhares de Euros)	104.913	111.430	98.818	105.335
Número de acções	32.124.523	32.359.146	30.611.523	30.846.146
Cotação das acções da EDP, S.A. (em Euros)	2,142	2,391	2,142	2,391
Valor de mercado das acções da EDP, S.A. (milhares de Euros)	68.811	77.371	65.570	73.753

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

Operações realizadas desde 1 de Janeiro de 2012 até 30 de Setembro de 2012:

	EDP, S.A.	Energia RE
Volume adquirido (número de acções)	1.243.938	-
Preço médio de compra (em Euros)	2,007	-
Valor total de compra (milhares de Euros)	2.497	-
Volume vendido (número de acções)	-1.478.561	-
Preço médio de venda (em Euros)	2,138	-
Valor total da venda (milhares de Euros)	3.162	-
Posição final (número de acções)	30.611.523	1.513.000
Cotação Máxima (em Euros)	2,480	-
Cotação Mínima (em Euros)	1,640	-
Cotação Média (em Euros)	2,024	-

Os volumes e valores de venda apresentados acima incluem o efeito das acções próprias atribuídas a colaboradores, conforme referido na nota 45.

As acções próprias detidas pela EDP, S.A. encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos da Sociedade e pelo Código das Sociedades Comerciais. Estas acções encontram-se contabilizadas ao custo de aquisição.

32. RESERVAS E RESULTADOS ACUMULADOS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Reserva legal	578.435	539.145	578.435	539.145
Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	-126.204	-40.625	-16.147	4.870
Efeito fiscal da reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)	37.582	13.537	3.685	-2.402
Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	42.757	43.012	7.219	9.166
Efeito fiscal da reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)	-1.289	-1.652	1.780	1.051
Diferença cambial de consolidação	48.866	121.469	-	-
Reserva para acções próprias (EDP, S.A.)	98.818	105.335	98.818	105.335
Outras reservas e resultados acumulados	2.581.365	2.155.619	1.315.038	1.238.690
	3.260.330	2.935.840	1.988.828	1.895.855

Reserva legal

Em conformidade com o Art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os Estatutos da EDP, S.A., a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos lucros anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do capital da sociedade. Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do capital social.

Reserva de justo valor (cobertura de fluxos de caixa)

Esta reserva inclui a variação de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura na parte em que a cobertura dos fluxos de caixa é considerada efectiva.

Reserva de justo valor (activos financeiros disponíveis para venda)

As variações acumuladas de justo valor existentes à data de balanço líquidas de imparidade, referentes a activos financeiros disponíveis para venda, encontram-se registadas em reservas de justo valor. O movimento do período ocorrido nesta rubrica relativo aos activos financeiros disponíveis para venda no Grupo, é analisado como segue:

Milhares de Euros	Grupo	
	Variações Positivas	Variações Negativas
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	495.872	-313.343
Variações de justo valor	622	-181.828
Perda por imparidade transferida para resultados	-	52.028
Transferência para resultados do exercício por alienação do activo	-5.947	-
Saldo em 30 de Setembro de 2011	490.547	-443.143
Variações de justo valor	7.038	-8.270
Perda por imparidade transferida para resultados	-	8.636
Transferência para resultados do exercício por alienação do activo	-11.796	-
Saldo em 31 Dezembro de 2011	485.789	-442.777
Variações de justo valor	2.119	-9.986
Perda por imparidade transferida para resultados	-	7.612
Saldo em 30 de Setembro de 2012	487.908	-445.151

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

A variação na reserva de justo valor atribuível ao Grupo EDP no período de nove meses findo em 30 de Setembro 2012, é analisada como segue:

Milhares de Euros	Variações Positivas	Variações Negativas
Banco Comercial Português, S.A.	707	-5.495
REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.	-	-1.962
Outros	1.412	-2.529
	2.119	-9.986

Diferença cambial de consolidação

Na rubrica Diferença cambial de consolidação está relevado o montante resultante da variação em moeda nacional dos capitais próprios das empresas filiais e associadas expressos em moeda estrangeira decorrente de alteração do câmbio respectivo. As taxas de câmbio utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são analisadas como segue:

Moeda	Taxas em Set 2012		Taxas em Dez 2011		Taxas em Set 2011	
	Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio	Câmbio Fecho	Câmbio Médio
Dolar Americano USD	1,293	1,281	1,294	1,392	1,350	1,406
Real Brasileiro BRL	2,623	2,456	2,416	2,327	2,507	2,294
Pataca Macau MOP	10,327	10,023	10,353	10,985	10,837	11,041
Dolar Canadiano CAD	1,268	1,284	1,322	1,376	1,411	1,375
Zloty PLN	4,104	4,209	4,458	4,121	4,405	4,021
Lei RON	4,538	4,436	4,323	4,239	4,358	4,207
Libra GBP	0,798	0,812	0,835	0,868	0,867	0,871

Reserva para acções próprias (EDP, S.A.)

Nos termos do artigo 324.º do Código das Sociedades Comerciais, a EDP, S.A. constitui uma reserva indisponível de montante igual ao valor contabilizado das acções próprias detidas.

Dividendos

No dia 17 de Abril de 2012, foi aprovada em Assembleia Geral de Accionistas, a distribuição de dividendos aos accionistas ocorrida no dia 16 de Maio de 2012 sobre o resultado líquido do exercício de 2011 no montante de 676.459 milhares de Euros, sendo o respectivo valor por acção de 0,185 Euros (incluindo o dividendo atribuível às acções próprias, detidas pela EDP, S.A., no montante de 5.630 milhares de Euros).

33. INTERESSES NÃO CONTROLÁVEIS

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo	
	Set 2012	Dez 2011
Interesses não controláveis de resultados	115.557	207.316
Interesses não controláveis de capital e reservas	3.052.266	3.069.929
	3.167.823	3.277.245

O detalhe por empresa da rubrica de Interesses não controláveis é analisado como segue:

Milhares de Euros	Grupo	
	Set 2012	Dez 2011
Grupo EDP Renováveis	1.337.845	1.319.812
Grupo EDP Brasil	1.711.753	1.844.400
Outros	118.225	113.033
	3.167.823	3.277.245

Durante o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012, o Grupo EDP gerou resultados atribuíveis aos interesses não controláveis no montante de 115.557 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 207.316 milhares de Euros).

O movimento registado no Grupo EDP Renováveis refere-se, essencialmente, aos resultados atribuíveis a interesses não controláveis no montante de 27.822 milhares de Euros e o efeito da redução da reserva de justo valor (líquida de imposto) no montante de 10.455 milhares de Euros.

O movimento registado no Grupo EDP Brasil inclui essencialmente o montante de 79.675 milhares de Euros de resultados atribuíveis a interesses não controláveis, o montante de 133.998 milhares de Euros resultante de diferenças de conversão cambial negativas e uma diminuição de 78.668 milhares de Euros relativa a dividendos distribuídos.

34. CONTA DE HIDRAULICIDADE

Os movimentos da Conta de hidraulicidade são analisados como segue:

Milhares de Euros	Grupo e Individual	
	Set 2012	Set 2011
Saldo no início do período	69.142	75.098
Recebimentos / (Pagamentos) do período	-11.365	-
Encargos financeiros	1.914	1.456
Saldo no fim do período	59.691	76.554

35. DÍVIDA FINANCEIRA

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Empréstimos - Corrente				
Empréstimos bancários:				
EDP, S.A.	65.113	45.161	65.113	45.161
EDP Finance B.V.	1.106.393	358.445	-	-
Grupo EDP Brasil	119.078	147.014	-	-
Grupo HC Energia	1.008	907	-	-
Grupo EDP Renováveis	130.972	126.041	-	-
EDP Produção - Portugal	8.401	8.021	-	-
Portgás	30.021	33.803	-	-
Outros	6.584	4.724	-	-
	1.467.570	724.116	65.113	45.161
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
EDP, S.A.	150.000	-	150.000	-
EDP Finance B.V.	773.306	1.621.314	-	-
Grupo EDP Brasil	31.500	34.175	-	-
	954.806	1.655.489	150.000	-
Papel comercial:				
EDP, S.A.	312.000	311.400	7.189.000	5.641.400
Grupo HC Energia	2.678	498	-	-
	314.678	311.898	7.189.000	5.641.400
Outros empréstimos:				
Acções preferenciais da Investco	4.518	1.058	-	-
Grupo EDP Brasil	9.595	9.176	-	-
Grupo EDP Renováveis	2.884	3.111	-	-
EDP Produção - Portugal	1.231	1.231	-	-
	18.228	14.576	-	-
Juros a pagar	238.147	292.619	17.694	13.824
	2.993.429	2.998.698	7.421.807	5.700.385

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Empréstimos - Não corrente				
Empréstimos bancários:				
EDP, S.A.	1.102.950	1.137.824	1.102.950	1.137.824
EDP Finance B.V.	4.680.195	3.972.309	-	-
Grupo EDP Brasil	808.004	794.732	-	-
Grupo HC Energia	2.227	3.126	-	-
Grupo EDP Renováveis	777.763	680.350	-	-
EDP Produção - Portugal	155.354	159.738	-	-
Portgás	38.674	43.278	-	-
	7.565.167	6.791.357	1.102.950	1.137.824
Empréstimos por obrigações - Não convertíveis:				
EDP, S.A.	730.366	630.782	730.366	630.782
EDP Finance B.V.	8.589.393	7.831.887	-	-
Grupo EDP Brasil	511.290	353.924	-	-
	9.831.049	8.816.593	730.366	630.782
Outros empréstimos:				
Acções preferenciais da Investco	18.741	19.719	-	-
Grupo EDP Brasil	38.408	46.313	-	-
Grupo EDP Renováveis	22.773	24.284	-	-
EDP Produção - Portugal	2.534	3.505	-	-
Outros	1.162	517	-	-
	83.618	94.338	-	-
	17.479.834	15.702.288	1.833.316	1.768.606
Juros a pagar	18.368	11.802	-	-
Outras responsabilidades:				
Justo valor do risco coberto da dívida emitida	154.351	72.321	6.971	8.921
	17.652.553	15.786.411	1.840.287	1.777.527
	20.645.982	18.785.109	9.262.094	7.477.912

O Grupo detém, ao nível da EDP S.A., facilidades de crédito de curto prazo no montante de 183.000 milhares de Euros indexadas à taxa Euribor do período de utilização com condições de margem previamente definidas e com compromisso de tomada firme, estando disponíveis 182.686 milhares de Euros, bem como programas de Papel Comercial no valor de 650.000 milhares de Euros com garantia de colocação, estando disponíveis a 30 de Setembro de 2012 na sua totalidade. Quanto a facilidades de crédito de médio prazo, a EDP S.A. dispõe de uma Revolving Credit Facility (RCF) no valor de 2.000.000 milhares de Euros com compromisso de tomada firme que se encontrava disponível no montante de 1.100.000 milhares de Euros. Para a gestão de liquidez das necessidades em USD do Grupo, a EDP S.A. dispõe adicionalmente de uma RCF no valor de 1.500.000 milhares de USD com compromisso de tomada firme, estando a 30 de Setembro de 2012 utilizada na sua totalidade.

O Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de acções, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, estes financiamentos totalizavam, respectivamente 996.351 milhares de Euros e 888.776 milhares de Euros (montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo).

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

O detalhe do valor nominal associado às emissões obrigacionistas, à data de 30 de Setembro de 2012, é analisado como segue:

Emitente/Emissor	Data Emissão	Taxa Juro	Tipo de Cobertura	Condições/ Reembolso	Milhares de Euros	
					Grupo	Individual
Emissões EDP S.A.						
EDP, S.A. (ii)	Mai-08	Taxa variável (iv)	n.a.	Mai-18	300.000	300.000
EDP, S.A.	Ago-11	Euribor 6 meses + 1,5%	n.a.	Mar-13	150.000	150.000
EDP, S.A.	Dez-11	Taxa fixa EUR 6%	n.a.	Dez-14	200.000	200.000
EDP, S.A.	Mai-12	Taxa fixa EUR 6%	n.a.	Mai-15	250.000	250.000
					900.000	900.000
Emissões ao abrigo do Programa 'Euro Medium Term Notes'						
EDP Finance B.V. (i)	Ago-02	Taxa fixa GBP 6,625%	Fair Value	Ago-17	320.000	-
EDP Finance B.V.	Dez-02	Taxa fixa EUR (iv)	n.a.	Dez-22	93.357	-
EDP Finance B.V.	Jun-05	Taxa fixa EUR 3,75%	n.a.	Jun-15	500.000	-
EDP Finance B.V. (i)	Jun-05	Taxa fixa EUR 4,125%	n.a.	Jun-20	300.000	-
EDP Finance B.V.	Jun-06	Taxa fixa EUR 4,625%	n.a.	Jun-16	500.000	-
EDP Finance B.V.	Out-07	Taxa fixa USD 5,375 %	Net Investment	Nov-12	773.395	-
EDP Finance B.V.	Out-07	Taxa fixa USD 6,00 %	Net Investment	Fev-18	773.395	-
EDP Finance B.V. (i)	Nov-08	Taxa fixa GBP 8,625%	Fair Value	Jan-24	410.314	-
EDP Finance B.V.	Nov-08	Zero coupon EUR (iv)	n.a.	Nov-23	160.000	-
EDP Finance B.V. (iii)	Fev-09	Taxa fixa EUR 5,5%	n.a.	Fev-14	1.000.000	-
EDP Finance B.V. (i)	Jun-09	Taxa fixa JPY (iv)	n.a.	Jun-19	99.631	-
EDP Finance B.V.	Jun-09	Taxa fixa EUR 4,75%	n.a.	Set-16	1.000.000	-
EDP Finance B.V.	Set-09	Taxa fixa USD 4,90 %	Net Investment	Out-19	773.395	-
EDP Finance B.V.	Fev-10	Taxa variável USD (iv)	Net Investment	Fev-15	77.340	-
EDP Finance B.V. (i)	Mar-10	Taxa fixa EUR 3,25%	Fair Value	Mar-15	1.000.000	-
EDP Finance B.V.	Fev-11	Taxa fixa EUR 5,875%	n.a.	Fev-16	750.000	-
EDP Finance B.V. (i)	Fev-11	Taxa fixa CHF 3,5%	Fair Value	Fev-14	177.911	-
EDP Finance B.V.	Set-12	Taxa variável (iv)	n.a.	Set-17	750.000	-
					9.458.738	-
					10.856.860	900.000
Emissões Grupo EDP Energias do Brasil no Mercado Doméstico Brasileiro						
CEJA	Out-11	110,5% do CDI	n.a.	Out-13	114.364	-
Bandeirante	Jul-10	CDI + 1,50%	n.a.	Jun-14	148.673	-
Escelsa	Jul-07	105,0% do CDI	n.a.	Jul-14	63.539	-
Energias do Brasil	Set-12	105,5% do CDI	n.a.	Fev-14	171.546	-
					498.122	-
					10.856.860	900.000

(i) Estas emissões da EDP Finance B.V. têm associados "swaps" de divisa e/ou de taxa de juro.

(ii) Fixa em cada ano, varia ao longo da vida do empréstimo.

(iii) Parte deste financiamento tem associado "swap" de taxa de juro.

(iv) Estas emissões correspondem a colocações privadas.

A análise da rubrica de Dívida Financeira, por maturidade, é a seguinte:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Empréstimos bancários e "overdrafts":				
Até 1 ano	1.493.267	740.584	66.011	48.146
De 1 ano a 5 anos	6.148.444	5.422.511	645.411	625.655
A mais de 5 anos	1.434.020	1.380.647	457.539	512.169
	9.075.731	7.543.742	1.168.961	1.185.970
Empréstimos obrigacionistas:				
Até 1 ano	1.165.332	1.924.756	164.953	4.065
De 1 ano a 5 anos	7.089.237	5.753.834	437.337	339.703
A mais de 5 anos	2.897.236	3.135.080	300.000	300.000
	11.151.805	10.813.670	902.290	643.768
Papel comercial:				
Até 1 ano	316.521	318.672	7.190.843	5.648.174
Outros empréstimos:				
Até 1 ano	18.309	14.686	-	-
De 1 ano a 5 anos	70.968	61.859	-	-
A mais de 5 anos	12.648	32.480	-	-
	101.925	109.025	-	-
	20.645.982	18.785.109	9.262.094	7.477.912

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

O justo valor da dívida do Grupo EDP é analisado como segue:

Milhares de Euros	Set 2012		Dez 2011	
	Valor Contabilístico	Valor de Mercado	Valor Contabilístico	Valor de Mercado
Empréstimos - Corrente	2.993.429	2.744.466	2.998.698	2.650.355
Empréstimos - Não Corrente	17.652.553	17.118.632	15.786.411	13.939.717
	20.645.982	19.863.098	18.785.109	16.590.072

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 2 d) e f), os riscos dos passivos financeiros que se encontram cobertos por instrumentos financeiros derivados e cujo reconhecimento cumpre com os requisitos definidos pela IAS 39, no âmbito da adopção da contabilidade de cobertura, são registados ao seu justo valor. Também os passivos designados como ao justo valor através de resultados aquando do reconhecimento inicial são registados ao seu justo valor. Os restantes passivos financeiros são registados ao custo amortizado.

À data de 30 de Setembro de 2012, os pagamentos futuros do capital em dívida e juros corridos, são analisados como segue:

Milhares de Euros	2012	2013	2014	2015	2016	Anos seguintes	Total
Dívida - Não Corrente	-	1.492.197	3.571.264	3.202.253	3.146.781	6.240.058	17.652.553
Dívida - Corrente	1.387.756	1.605.673	-	-	-	-	2.993.429
	1.387.756	3.097.870	3.571.264	3.202.253	3.146.781	6.240.058	20.645.982

A estimativa dos pagamentos futuros de capital em dívida e juros vencidos e o valor das garantias encontram-se desagregados na nota 44.

36. BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A rubrica de Benefícios aos empregados é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Provisões para responsabilidades e benefícios sociais	921.436	1.003.943	-	-
Provisões para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios	822.513	819.215	-	-
	1.743.949	1.823.158	-	-

A rubrica de Provisões para responsabilidades e benefícios sociais inclui, em 30 de Setembro de 2012, os valores de 913.884 milhares de Euros relativos a planos de benefícios definidos com pensões de reforma (31 de Dezembro de 2011: 994.661 milhares de Euros) e 7.552 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 9.282 milhares de Euros) relativos aos encargos estimados com a prestação de serviços por terceiros no âmbito do plano de racionalização de recursos humanos.

O movimento da Provisão para responsabilidades e benefícios sociais é analisado como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Saldo no início do período	1.003.943	1.104.406	-	-
Dotação do período	44.039	44.619	-	-
Pré-reformas ("curtailments")	54	5.541	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais	-15.047	-15.096	-	-
Utilizações de provisões	-108.909	-120.378	-	-
Transferências, reclassificações e variação cambial	-2.644	1.644	-	-
Saldo no fim do período	921.436	1.020.736	-	-

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no período com estes planos de pensões são os seguintes:

Milhares de Euros	Set 2012			Grupo
	Portugal	Espanha	Brasil	
Custo do período				
Custo dos serviços correntes	9.035	425	-55	9.405
"Curtailments" / "Settlements"	-	-	54	54
Componente operacional (ver nota 10)	9.035	425	-1	9.459
Custo dos juros	64.443	2.827	22.980	90.250
Retorno dos activos dos Fundos	-34.166	-	-21.450	-55.616
Componente financeira (ver nota 15)	30.277	2.827	1.530	34.634
Custo líquido do período	39.312	3.252	1.529	44.093

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

Milhares de Euros	Set 2011			Grupo
	Portugal	Espanha	Brasil	
Custo do período				
Custo dos serviços correntes	10.756	-	-278	10.478
"Curtailments" / "Settlements"	5.541	-	-	5.541
Componente operacional (ver nota 10)	16.297		-278	16.019
Custo dos juros	70.048	2.873	16.855	89.776
Retorno dos activos dos Fundos	-41.401	-	-14.234	-55.635
Componente financeira (ver nota 15)	28.647	2.873	2.621	34.141
Custo líquido do período	44.944	2.873	2.343	50.160

O movimento da Provisão para responsabilidades com cuidados médicos e outros benefícios é analisado como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Set 2011	Set 2012	Set 2011
Saldo no início do período	819.215	800.473	-	-
Dotação do período	40.553	38.910	-	-
Pré-reformas ("curtailments")	-	380	-	-
(Ganhos) / Perdas actuariais	-1.534	-2.674	-	-
Utilizações de provisões	-30.793	-29.256	-	-
Transferências, variação cambial e mútua	-4.928	-3.675	-	-
Saldo no fim do período	822.513	804.158	-	-

Os componentes do custo líquido consolidado reconhecido no período com estes planos médicos e outros benefícios são os seguintes:

Milhares de Euros	Set 2012			Set 2011		
	Portugal	Brasil	Grupo	Portugal	Brasil	Grupo
Custo do período						
Custo do serviço	5.017	1.540	6.557	5.353	1.431	6.784
"Curtailment"	-	-	-	380	-	380
Componente operacional (ver nota 10)	5.017	1.540	6.557	5.733	1.431	7.164
Custo de juro	27.282	6.714	33.996	27.758	4.368	32.126
Componente financeira (ver nota 15)	27.282	6.714	33.996	27.758	4.368	32.126
Custo líquido do período	32.299	8.254	40.553	33.491	5.799	39.290

Em 30 de Setembro de 2012 a determinação do custo dos serviços correntes, custo dos juros e retorno esperado dos activos teve por base a estimativa do custo do período determinado actuarialmente em 31 de Dezembro de 2011, conforme política contabilística do Grupo.

37. PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS

A rubrica de Provisões para riscos e encargos é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Provisões para riscos e encargos:				
Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências	71.532	87.143	-	-
Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente	16.950	37.867	-	-
Provisão para outros riscos e encargos	276.494	290.139	27.728	72.172
	364.976	415.149	27.728	72.172

As Administrações da EDP e das suas subsidiárias, com base na informação prestada pelos seus assessores jurídicos e na sua análise dos processos judiciais pendentes, constituíram provisões de valor suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis relativamente aos litígios em curso.

A rubrica de Provisão para assuntos legais, laborais e outras contingências inclui provisões para processos judiciais em curso e outras contingências laborais no valor de 68.158 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 79.529 milhares de Euros) que respeitam essencialmente a:

- i) Pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efectuados pelos consumidores industriais às subsidiárias brasileiras Bandeirante e Escelsa, no montante total de 16.341 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 19.498 milhares de Euros). Estes pedidos decorrem da aplicação das Portarias DNAEE n.º 38, de 27 de Fevereiro de 1986 e n.º 45, de 4 de Março de 1986 - Plano Cruzado, que vigoraram de Março a Novembro de 1986;
- ii) A C.M. da Póvoa do Varzim intentou uma acção judicial contra a EDP, cuja responsabilidade estimada ascende a 2.852 milhares de Euros, para devolução por parte da EDP de verbas do FEF (Fundo de Equilíbrio Financeiro);
- iii) Existem litígios com a C. M. do Seixal relativos a divergências quanto a taxas de ocupação da via pública dos anos de 2006 a 2008, que ascendem no total a 3.826 milhares de Euros. No segundo trimestre de 2012, e na sequência de uma decisão definitiva e desfavorável ao Grupo EDP referentes aos litígios dos anos de 2004 e 2005 foi utilizada a provisão para processos judiciais no valor de 6.625 milhares de Euros;
- iv) Os restantes processos judiciais em curso dizem, essencialmente, respeito a indemnizações por incêndios, por interrupção do fornecimento de energia, por electrocussão, bem como por outros danos causados.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

A rubrica de Provisão para garantias a clientes no âmbito da actividade corrente, no montante de 16.950 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 37.867 milhares de Euros) respeita na sua maioria a provisões para perdas comerciais.

A 30 de Setembro de 2012, a rubrica de Provisões para outros riscos e encargos em base consolidada inclui as seguintes situações:

- i) O Grupo possui uma provisão, no valor de 23.451 milhares de Euros, para fazer face aos custos de desmantelamento da Central Nuclear de Trillo, que ocorrerão a partir do momento da paragem definitiva da central até à sua transferência para a Enresa, empresa que procederá ao seu desmantelamento;
- ii) Provisão para desmantelamento de parques eólicos no valor total de 60.700 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 57.694 milhares de Euros). Esta provisão foi constituída para fazer face às responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos no seu estado original, sendo 35.940 milhares de Euros para parques do Grupo EDPR NA, 23.879 milhares de Euros para parques do Grupo EDPR EU e 881 milhares de Euros para parques do Grupo EDPR Brasil;
- iii) No âmbito do enquadramento e das tendências sócio/económicas actuais e futuras aliadas às práticas do Grupo EDP em matéria de sustentabilidade e ambiente, o Grupo constitui provisões para fazer face aos custos com a reposição e descontaminação de terrenos onde se encontram localizados os centros electroprodutores. Com referência a 30 de Setembro de 2012, a provisão ascende a 45.195 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 43.215 milhares de Euros) e 16.403 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 15.608 milhares de Euros) para os parques electroprodutores térmicos sediados em Portugal e Espanha, respectivamente. Em conformidade com a política contabilística referida na nota 2 o) estas provisões são calculadas com base no valor actual das responsabilidades futuras e registadas por contrapartida de um aumento dos respectivos activos fixos tangíveis, sendo amortizados pelo período de vida útil média esperada desses activos.

Durante o segundo trimestre de 2012 o Grupo EDP reverteu uma provisão no montante de 16.667 milhares de Euros relativo a um litígio com a Iberdrola por danos e perdas pela sua oposição injustificada ao acesso pela HC Energia às redes de transportes na Comunidade de Valência de sua propriedade, durante os anos 2001 e 2002. A 17 de Maio de 2012, a HC Energia foi notificada pelo Tribunal Superior de Valência, da decisão de aceitação de um relatório pericial que reforça a posição da HC Energia. Desta forma, a HC Energia reavaliou a contingência associada a este litígio, tendo considerado como remota a probabilidade de devolução à Iberdrola da indemnização já recebida na sequência da decisão do tribunal objecto de recurso pela Iberdrola, pelo que libertou a provisão existente.

A 30 de Setembro de 2012, a rubrica de "Provisões para outros riscos e encargos" em base individual, inclui a variação de 40.784 milhares de Euros relativos à redução da provisão para cobertura dos capitais próprios negativos de empresas subsidiárias, por contrapartida de resultados financeiros (ver nota 15).

No decurso normal da sua actividade, nas filiais do Grupo EDP existem diversos litígios e contingências (de risco possível) de natureza administrativa, cível, fiscal, laboral e outras. Estas acções judiciais, arbitrais ou outras, envolvem clientes, fornecedores, empregados, autoridades administrativas, centrais, municipais, fiscais, ambientais ou outras. Na opinião do Grupo EDP e dos seus assessores legais o risco de perda destas acções não é provável e o desfecho das mesmas não afectará de forma material a sua posição consolidada.

Os processos destas naturezas cujas perdas foram estimadas como possíveis, não requerem a constituição de provisões e são periodicamente reavaliados. Em 30 de Setembro de 2012, as situações mais relevantes consideradas como contingências possíveis são descritas de seguida:

- i) Na Bandeirante existe um processo judicial movido pela White Martins, no valor de 27.902 milhares de Euros, relativo à alegada existência de efeitos reflexos no período de 1986 a 2000, decorrentes da vigência das portarias 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia eléctrica, o qual a EDP considera como possível o risco de perder a razão nos tribunais, considerando que o pedido não procede, conforme o entendimento jurisprudencial dominante;
- ii) Na Escelsa, existem acções ordinárias, relativas à majoração de tarifas de energia eléctrica, autorizadas pelas Portarias DNAEE n.ºs 38 e 45 de 27 de Fevereiro e 4 de Março de 1986;
- iii) Na Investco existem acções judiciais de natureza cível referentes na sua grande maioria, a reclamações de indemnizações decorrentes do enchimento do reservatório da hidroeléctrica.

Adicionalmente, em 27 de Outubro de 2009 e 5 de Janeiro de 2010, o Grupo EDP foi objecto de duas notas de liquidação ao lucro tributável do grupo fiscal EDP com referência aos anos de 2005 e 2006, as quais, incluem o efeito da correcção à matéria colectável da EDP Internacional S.G.P.S. no valor total de 591 milhões de Euros, nomeadamente quanto ao tratamento fiscal conferido a uma menos valia apurada na liquidação de uma filial sua, cujo principal activo consistia em partes de capital em filiais operacionais no Brasil, nomeadamente na Escelsa e na Enersul. Em 30 de Setembro de 2012, o valor da contingência fiscal associada à referida correcção ascende a 221 milhões de Euros.

Tendo por base a análise que efectuou e os pareceres técnicos que entretanto recolheu, incluindo a obtenção por parte das autoridades fiscais de um parecer vinculativo favorável quanto à natureza da operação em apreço no ano em que ocorreu a liquidação, o Grupo EDP considera como remoto o risco de perder a razão nos tribunais. No âmbito desta análise, a menos valia apurada é fiscalmente deduzível em sede de IRC, ao abrigo do artigo 75.º, n.º 2 do Código do IRC na redacção em vigor à data (actual artigo 81.º).

Consequentemente, o Grupo EDP encontra-se a accionar todos os meios legais ao seu alcance para defender os seus interesses e dos seus accionistas, estando convicto de que lhe assiste toda a razão legal e fiscal, estando neste momento a decorrer a fase inicial do processo judicial uma vez que na sequência do indeferimento tácito do recurso hierárquico, a EDP apresentou no passado dia 6 de Junho de 2012 impugnação judicial.

38. PARCERIAS INSTITUCIONAIS EM PARQUES EÓLICOS NOS EUA

A rubrica Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo	
	Set 2012	Dez 2011
Proveitos diferidos relacionados com os benefícios previstos	757.146	773.252
Responsabilidades decorrentes de parcerias institucionais em parques eólicos EUA	978.986	1.010.609
	1.736.132	1.783.861

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

A subsidiária EDPR North America regista nesta rubrica os recebimentos de investidores institucionais associados aos projectos eólicos. Este passivo é reduzido pelo valor dos benefícios fiscais atribuídos e pagamentos realizados aos investidores institucionais durante o período. O valor de benefícios fiscais atribuídos é registado como um proveito diferido não corrente, sendo reconhecido durante o período de vida útil de 25 anos dos projectos relacionados (ver nota 8). Adicionalmente este passivo é aumentado pelo registo da estimativa do juro calculado com base no valor do passivo e a taxa de retorno esperada pelos investidores institucionais (ver nota 15).

Conforme referido na nota 2 a), de forma a tornar mais adequada a apresentação da rubrica de Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA, o Grupo alterou a apresentação dos custos de transação diferidos relativos a parcerias institucionais nos EUA e passou a deduzi-los nesta rubrica. Em exercícios anteriores, os montantes destes custos diferidos eram incluídos em Outros devedores e outros activos - Não corrente - Outros devedores e operações diversas (ver nota 27). Em conformidade com a IAS 1, o Grupo reexpressou retrospectivamente o comparativo de 2011. Desta forma, o Grupo reclassificou 12.948 milhares de Euros a 31 de Dezembro de 2011 de Outros devedores e outros activos - Não corrente - Outros devedores e operações diversas para a rubrica Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA.

39. CREDORES E OUTROS PASSIVOS DE ACTIVIDADES COMERCIAIS

A rubrica de Credores e outros passivos de actividades comerciais é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Credores e outros passivos de actividades comerciais - Corrente:				
Fornecedores	1.030.822	1.110.659	176.230	250.114
Custos especializados com fornecimentos	393.245	371.858	167.313	180.632
Fornecedores de imobilizado e Acréscimos de Custos	529.867	788.496	2.246	5.342
Férias, subsídios férias e outros encargos com colaboradores	120.528	154.622	5.828	14.861
Licenças de Emissão de CO ₂	120.758	185.154	-	-
Valores a pagar por desvios tarifários - Electricidade - Portugal	26.427	67.473	-	-
Valores a pagar por défice tarifário - Espanha	-	39.624	-	-
Outros credores e operações diversas	497.381	578.794	39.573	57.744
	2.719.028	3.296.680	391.190	508.693
Credores e outros passivos de actividades comerciais - Não corrente:				
Subsídios para investimento em imobilizado	533.595	541.850	-	-
Valores a pagar por desvios tarifários - Electricidade - Portugal	74.539	12.376	-	-
Contratos de venda de energia - EDPR NA	53.270	61.664	-	-
Proveitos diferidos - CMEC	352.715	377.508	-	-
Valores a pagar por concessões	251.852	247.933	-	-
Outros credores e operações diversas	49.236	48.105	2.787	3.410
	1.315.207	1.289.436	2.787	3.410
	4.034.235	4.586.116	393.977	512.103

A rubrica Valores a pagar por desvios tarifários a pagar - Electricidade - Portugal corrente e não corrente, respeitam ao desvio tarifário (ver nota 3) do sistema eléctrico português para as empresas reguladas em Portugal. O movimento do exercício nesta rubrica (corrente e não corrente) é analisada como segue:

Milhares de Euros	Corrente	Não corrente
Saldo em 1 de Janeiro de 2011	173.831	61.557
Pagamento através da tarifa de energia eléctrica	-149.333	-
Encargos financeiros	2.294	235
Transferência da parcela de não corrente para corrente	46.168	-46.168
Saldo em 30 de Setembro de 2011	72.960	15.624
Pagamento através da tarifa de energia eléctrica	-26.619	-
Constituição do desvio de 2010	-	1.754
Desvio tarifário do período	-	12.135
Encargos financeiros	1.474	6
Transferência de desvios tarifários a receber	2.515	-
Transferência da parcela de não corrente para corrente	17.143	-17.143
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	67.473	12.376
Pagamento através da tarifa de energia eléctrica	-52.633	-
Desvio tarifário do período	-	70.493
Encargos financeiros	2.305	952
Transferência da parcela de não corrente para corrente	9.282	-9.282
Saldo em 30 de Setembro de 2012	26.427	74.539

Os montantes registados na rubrica Subsídios para investimento em imobilizado não corrente corresponde aos subsídios ao investimento do Grupo, sendo amortizados através do reconhecimento de um proveito em resultados pelo período de vida útil do activo a que estão relacionados (ver nota 13).

No momento da aquisição da EDPR North America, os contratos celebrados entre esta subsidiária e os seus clientes, determinados no âmbito do "Purchase Price Allocation", foram valorizados através de modelos de fluxos de caixa descontados e pressupostos de mercado, no montante de aproximadamente 190.400 milhares de Dólares, tendo sido registado um passivo não corrente na rubrica Contratos de venda de energia - EDPR NA, que é amortizado pelo período de duração dos contratos na rubrica de Outros proveitos de exploração (ver nota 8).

A rubrica "Proveitos Diferidos - CMEC" não corrente incluem o montante de 352.715 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 377.508 milhares de Euros) referentes ao valor inicial do CMEC (833.467 milhares de Euros) deduzidos das amortizações do CMEC inicial dos exercícios de 2007 a 2012 e acrescido de encargos de actualização (ver nota 15).

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

A rubrica "Valores a pagar por concessões" não corrente, regista o valor a pagar pelos direitos de concessão da exploração do domínio hídrico das centrais de Alqueva e Pedrógão cedidos pela EDIA no valor de 160.229 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 152.259 milhares de Euros) e a compensação financeira por usufruto do bem público relativos aos contratos de concessão das empresas Investco, S.A. e Enerpeixe, S.A. no Brasil no valor de 91.623 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 95.674 milhares de Euros).

A rubrica de Outros credores e operações diversas - Corrente, inclui o montante de 14.317 milhares de Euros referentes ao ajustamento tarifário a pagar (31 de Dezembro 2011: 14.317 milhares de Euros).

40. OUTROS CREDITORES E OUTROS PASSIVOS

A rubrica de Outros credores e outros passivos é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Outros credores e outros passivos - Corrente:				
Créditos de empresas relacionadas	109.834	128.587	-	-
Instrumentos financeiros derivados	75.242	111.857	83.337	75.745
Credores - empresas do Grupo	-	-	1.594.110	1.288.583
Valores a pagar por aquisições e "success fees"	233.593	215.524	-	-
Outros credores e operações diversas	3.648	79.109	4.975	29.203
	422.317	535.077	1.682.422	1.393.531
Outros Credores e outros passivos - Não corrente:				
Créditos de empresas relacionadas	103.114	94.259	-	-
Responsabilidades com opções sobre interesses não controláveis	89.300	89.651	-	-
Instrumentos financeiros derivados	138.203	95.719	-	-
Credores - empresas do Grupo	-	-	2.404.687	2.436.252
Valores a pagar por aquisições e "success fees"	40.619	48.675	-	-
Outros credores e operações diversas	24.910	32.797	11.062	11.062
	396.146	361.101	2.415.749	2.447.314
	818.463	896.178	4.098.171	3.840.845

A rubrica Credores - empresas do Grupo corrente nas contas individuais, inclui 1.478.613 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 885.752 milhares de Euros) relativos a financiamentos obtidos pela EDP, S.A. Sucursal em Espanha através da EDP Finance BV e ainda 87.252 milhares de Euros, respeitante a financiamento obtido junto da EDP Renováveis (ver nota 46).

A rubrica Credores - empresas do Grupo não corrente nas contas individuais, no montante de 2.404.687 milhares de Euros, corresponde ao financiamento obtido através da EDP Finance B.V. e concedido à EDP - Energias de Portugal - Sociedade Anónima, Sucursal em Espanha, no âmbito da operação de aquisição da Horizon e para financiamento do plano de investimentos do Grupo EDP Renováveis.

No seguimento da decisão da Ente Vasco de la Energia de exercer a opção de venda que definha sobre a Naturgas, foi assinado em 28 de Julho de 2010 um acordo entre a EVE e a HC Energia que prevê os termos do exercício desta opção, nomeadamente, (i) compra pela HC Energia à EVE de 29,43% do capital social da Naturgas, (ii) a HC Energia passa a ter a opção de comprar à EVE a remanescente participação de 5% no capital da Naturgas entre 1 de Junho de 2016 e 1 de Junho de 2018, a um preço com fórmula de cálculo pré-definida e em função da expectativa de dividendos futuros a serem distribuídos pela Naturgas e (iii) alteração do acordo accionista HC Energia/EVE, com o envolvimento da EVE na gestão estratégica da Naturgas a ser ajustado em conformidade com a sua participação accionista. Em resultado do referido acordo, em 30 de Setembro de 2012, a rubrica Valores a pagar por aquisições e "success fees" - corrente inclui o montante de 216.469 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 214.767 milhares de Euros). Adicionalmente esta rubrica engloba o preço contingente a pagar pela aquisição da ECE Participações, S.A. no montante de 10.191 milhares de Euros.

A rubrica Responsabilidades com opções sobre interesses não controláveis - Não corrente, inclui as responsabilidades associadas à opção de venda da Cajastur à EDP de 3,13 % do capital da HC Energia no montante de 82.496 milhares de Euros (31 de Dezembro 2011: 83.244 milhares de Euros) e à opção de venda da Energia in Natura à EDPR EU de 6,48% do capital da EDPR Italia no montante de 3.421 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 3.266 milhares de Euros).

A rubrica Valores a pagar por aquisições e "success fees" - não corrente corresponde essencialmente ao preço contingente a pagar pela aquisição do Relax Wind Group, EDP Renováveis Roménia, Greenwind, Elektrownia Wiatrowa Kresy, SeaEnergy Renewables InchCape Limited e Elebrás. A Dezembro de 2011, esta rubrica inclui a redução da estimativa do preço contingente associado ao exercício da opção de venda da Energia in Natura à EDPR EU no valor de 17.070 milhares de Euros.

41. IMPOSTOS A PAGAR

A rubrica de Impostos a pagar é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o rendimento	157.377	167.316	60	1.158
Retenções na fonte	33.824	65.999	196	213
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	95.146	97.835	303	307
Imposto circulação de mercadorias e prest. serviços (Brasil)	50.276	59.596	-	-
Contribuições sociais de natureza tributária (Brasil)	31.544	36.952	-	-
Outras tributações	112.609	119.108	40	44
	480.776	546.806	599	1.722

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

A 30 de Setembro de 2012, para o Grupo, a rubrica Outras tributações inclui essencialmente tributações externas relativas aos Grupos HC Energia e Naturgás no montante de 43.932 milhares de Euros e 30.452 milhares de Euros, respectivamente (31 de Dezembro de 2011: 53.539 milhares de Euros no Grupo HC Energia e 34.656 milhares de Euros no Grupo Naturgás) e do Grupo Energias do Brasil, no montante de 13.339 milhares de Euros (31 de Dezembro de 2011: 13.437 milhares de Euros).

42. ACTIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA VENDA

Os critérios para classificação dos activos e passivos detidos para venda e operações em descontinuação, bem como a sua forma de apresentação nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo EDP, encontram-se descritos na política contabilística, alínea 2 u).

Esta rubrica é analisada como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Activos detidos para venda				
Activos da actividade de transporte de gás - Naturgas	209.047	201.924	-	-
Activos da actividade de prestação de serviços de transmissão de energia - EDP Brasil	11.061	-	-	-
	220.108	201.924	-	-
Passivos detidos para venda				
Passivos da actividade de transporte de gás - Naturgas	-24.836	-21.329	-	-
Passivos da actividade de prestação de serviços de transmissão de energia - EDP Brasil	-176	-	-	-
	-25.012	-21.329	-	-
	195.096	180.595	-	-

Em resultado das negociações em curso relativas à venda da rede de transporte de gás da Naturgás Energia, os activos e passivos associados a este negócio foram reclassificados para activos e passivos detidos para venda. Esta reclassificação foi efectuada apenas para efeitos de apresentação nas demonstrações financeiras, não alterando os critérios de mensuração destes activos e passivos, na medida em que é expectável que o justo valor deduzido dos custos de venda seja superior ao valor contabilístico destes activos e passivos, nos termos da IFRS 5. Os activos da actividade de transporte de gás respeitam, na sua maioria, a activos fixos tangíveis em exploração e em curso.

No decorrer do segundo trimestre de 2012, foi celebrado um contrato de venda da Evrecy Participações Ltda. à CTEEP — Companhia de Transmissões de Energia Eléctrica Paulista, pelo montante de 58 milhões de Reais Brasileiros. Esta operação está condicionada à obtenção de aprovação da Agência Nacional de Energia Eléctrica (ANEEL), pelo que os activos e passivos da Evrecy foram reclassificados para a rubrica de activos e passivos não correntes detidos para venda, conforme previsto pela IFRS 5.

43. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Nos termos definidos pelo IAS 39, o Grupo classifica os instrumentos financeiros derivados como sendo de cobertura de justo valor de um activo ou passivo reconhecido ("Fair value hedge"), de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa de passivos reconhecidos e transacções futuras altamente prováveis ("Cashflow hedge") e de cobertura de investimentos líquidos em unidades operacionais no estrangeiro ("Net investment hedge").

O justo valor da carteira de derivados em 30 de Setembro 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisado como segue:

Milhares de Euros	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Carteira de derivados de negociação	25.353	77.033	19.909	30.040
Cobertura de justo valor ("Fair value hedge")	175.943	97.330	209.939	208.460
Cobertura de fluxos de caixa ("Cash-flow hedge")	-117.040	-68.232	-9.681	11.705
Cobertura de investimentos líquidos ("Net Investment hedge")	4.097	7.807	-	-
	88.353	113.938	220.167	250.205

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

44. COMPROMISSOS

Os compromissos assumidos pelo Grupo EDP que não figuram na demonstração da posição financeira, em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, referentes a garantias financeiras, operacionais e reais prestadas, são analisados como segue:

Milhares de Euros Tipo	Grupo		Individual	
	Set 2012	Dez 2011	Set 2012	Dez 2011
Garantias de carácter financeiro				
EDP, S.A.	328.963	268.890	328.963	268.890
Grupo HC Energia	23.292	33.083	-	-
Grupo EDP Brasil	737.666	645.811	-	-
Grupo EDP Renováveis	59.273	5.656	-	-
Outras	3.711	3.711	-	-
	1.152.905	957.151	328.963	268.890
Garantias de carácter operacional				
EDP, S.A.	749.282	770.668	749.282	770.668
Grupo HC Energia	332.571	357.709	-	-
Grupo EDP Brasil	355.415	322.233	-	-
Grupo EDP Renováveis	1.025.510	1.100.414	-	-
Outras	6.692	10.094	-	-
	2.469.470	2.561.118	749.282	770.668
Total	3.622.375	3.518.269	1.078.245	1.039.558
Garantias reais	24.784	19.820	-	-

Das garantias de carácter financeiro contratadas em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, 1.039.789 milhares de euros e 743.665 milhares de euros, respectivamente, estão relacionadas com financiamentos contratados por empresas do Grupo e já incluídos na sua dívida consolidada. Destas, destacam-se as garantias respeitantes a financiamentos contratados no Brasil para a construção de centrais hidroeléctricas, as quais totalizam 146.560 milhares de euros em 30 de Setembro de 2012, tendo associadas contra-garantias recebidas pela EDP de parceiros nestes projectos, no valor de 58.379 milhares de Euros.

No âmbito da sua actividade corrente de produção e distribuição de energia, é exigido à EDP e suas subsidiárias a apresentação de garantias bancárias ou corporativas, de natureza operacional. Do montante global de garantias operacionais existentes em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, respectivamente, 429.605 milhares de Euros e 465.989 milhares de Euros dizem respeito a garantias prestadas aos operadores de mercado, necessárias para que a EDP e suas subsidiárias possam participar nos mercados de energia.

Adicionalmente à informação divulgada acima, o Grupo tem financiamentos contratados em regime de "project finance", cujos termos incluem as garantias habituais neste tipo de financiamentos, nomeadamente penhor ou promessa de penhor de acções, de contas bancárias e de activos associados aos respectivos projectos. A 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 estes financiamentos totalizavam, respectivamente, 996.351 milhares de Euros e 888.776 milhares de Euros, montantes já incluídos na dívida consolidada do Grupo (ver nota 35).

Adicionalmente à informação divulgada acima, a subsidiária EDPR NA, no âmbito das parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA, presta garantias corporativas típicas destes financiamentos aos investidores institucionais para cobertura de riscos associados a fraude, conduta dolosa ou incumprimento de qualquer obrigação de carácter operacional pela EDPR NA no âmbito destas parcerias. A 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 estas responsabilidades ascendiam a 926.657 milhares de Euros e 942.123 milhares de Euros (montantes já considerados na rubrica de Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA).

Relativamente às garantias reais, do total apresentado em 30 de Setembro de 2012, 16.485 milhares de Euros dizem respeito a garantias prestadas a projectos e financiamentos no Brasil. Em 31 de Dezembro de 2011 este valor era de 6.482 milhares de Euros.

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazo, as rendas vincendas de locações financeiras e os outros passivos de longo prazo (que figuram na Demonstração da posição financeira consolidada) e as restantes obrigações de compra e as rendas vincendas de locações operacionais (que não figuram na Demonstração da posição financeira consolidada), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Milhares de Euros	Set 2012				
	Total	Capital em dívida por período			
		Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazo (inclui juros vincendos)	23.940.956	3.515.545	8.518.276	6.889.740	5.017.395
Rendas vincendas de locações financeiras	6.680	3.113	3.288	279	-
Rendas vincendas de locações operacionais	982.890	54.494	85.293	73.451	769.652
Obrigações de compra	27.846.399	4.365.549	7.275.401	4.710.876	11.494.573
Outros passivos de longo prazo	2.416.323	265.175	519.788	482.741	1.148.619
	55.193.248	8.203.876	16.402.046	12.157.087	18.430.239

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

Milhares de Euros	Dez 2011				
	Capital em dívida por período				
	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Dívidas financeiras de curto e longo prazo (inclui juros vencidos)	22.275.659	3.478.927	7.230.868	6.106.545	5.459.319
Rendas vincendas de locações financeiras	7.882	3.425	4.059	398	-
Rendas vincendas de locações operacionais	1.002.777	71.529	101.127	73.131	756.990
Obrigações de compra	32.376.753	5.152.650	8.005.283	5.214.648	14.004.172
Outros passivos de longo prazo	2.419.855	265.182	523.169	485.601	1.145.903
	58.082.926	8.971.713	15.864.506	11.880.323	21.366.384

Os compromissos contratuais do Grupo referidos nos quadros acima reflectem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da actividade operacional da empresa. Mais especificamente, na sua maioria estes compromissos visam garantir o fornecimento adequado de combustíveis e energia aos seus clientes na Europa, Estados Unidos da América e no Brasil bem como garantir o cumprimento dos objectivos de investimento de médio e longo prazo do Grupo.

As dívidas de curto e longo prazo correspondem aos saldos dos empréstimos e respectivos juros vencidos, contraídos pelo Grupo junto de entidades bancárias, empréstimos por obrigações não convertíveis, papel comercial e outros empréstimos. Os juros vencidos foram calculados considerando as taxas de juro em vigor à data de encerramento do período.

As rendas vincendas de locações financeiras estão relacionadas com os activos fixos tangíveis cuja aquisição pelo Grupo foi financiada através de contratos de locação financeira. Estes valores incluem capital em dívida e juros.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da actividade operacional do Grupo. Quando os preços estão definidos com base em contratos "forward", estes são utilizados no cálculo dos compromissos contratuais estimados.

Os outros passivos de longo prazo estão essencialmente relacionados com planos de reestruturação ocorridos em exercícios anteriores, bem como com responsabilidades assumidas pelo Grupo relativas aos planos de pensões e cuidados médicos e outros benefícios, classificados como provisões na demonstração da posição financeira consolidada (ver nota 36).

Em 30 de Setembro de 2012, as responsabilidades/direitos relacionadas com opções de compra e venda de participações sociais do Grupo EDP são as seguintes:

- Opção de venda da Cajastur à EDP de 3,13% do capital da HC Energia exercível até 31 de Dezembro de 2025;
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.L., uma "call option" sobre a participação detida pela Cajastur na "Quinze Mines" (51% do total do capital). A Cajastur detém uma "put option" equivalente sobre a EDP. Estas opções são exercíveis no período compreendido entre 17 de Julho de 2014 e 17 de Julho de 2016 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento;
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.L., uma "call option" sobre as participações detidas pela Cajastur nas empresas "Sauvageons", "Le Mee" e "Petite Piece" (51% do total do capital). A Cajastur detém uma "put option" equivalente sobre a EDP. Estas opções são exercíveis no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2013 e 31 de Dezembro de 2014 inclusivé, sendo o preço de exercício apurado num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento;
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.L., uma opção de compra dos restantes 6,48% do capital social da EDP Renewables Italia, sendo o preço de exercício determinado com base num processo de avaliação a efectuar por bancos de investimento. A Energia in Natura, S.R.L. detém uma opção de venda de 6,48% do capital social da EDP Renewables Italia, cujo preço de exercício corresponde a 85% do valor de mercado desta participação. O período de exercício destas opções é de 2 anos após a ocorrência de um dos seguintes eventos:
 - quinto aniversário da execução do acordo de accionistas (27 de Janeiro de 2015);
 - quando a EDP Renewables Italia construir, desenvolver e operar 350 MW em Itália.
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.L., uma opção de compra sobre os restantes accionistas da Re Plus (WPG, Galilea and Grant Partners) de 10% do seu capital social. O preço de exercício da opção é de 7.500 milhares de Euros. As opções podem ser exercidas: (i) se ocorrer uma mudança na estrutura accionista dos restantes accionistas da Re Plus e (ii) antes do último projecto entrar em funcionamento;
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.L., uma opção de venda de 15% do capital social da Rowy, sobre os outros accionistas. O preço de exercício é de 80% do valor da empresa até ao limite de 5.000 milhares de Euros. O período de exercício da opção é o primeiro a ocorrer dos seguintes: (i) dois anos após a data de início da construção ou (ii) 31 de Dezembro de 2019;
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A., uma opção de compra de 2,67% do capital social da Greenouga e respectivas prestações acessórias sobre a Martifer Renewables, S.A. a ser exercida a qualquer momento. Por outro lado, a Martifer Renewables, S.A., detém uma opção de venda de 2,67% do capital social da Greenouga e respectivas prestações acessórias sobre a EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A. que apenas pode ser exercida no prazo de um ano contado da data da emissão da licença de exploração do aproveitamento hidroeléctrico Ribeiradio - Ermida. Os preços das acções e o preço das prestações acessórias, em caso de exercício, das opções referidas corresponde aos respectivos valores nominais acrescido de uma componente de capital eventual no montante de 1.750 milhares de Euros;
- A EDP detém, através da sua subsidiária EDP Renewables Europe, S.L., uma opção de compra dos restantes 40% do capital social da J&Z Wind Farms SP. ZO.O., cujo preço de exercício corresponde a 90% do valor de mercado desta participação.

45. PLANOS DE REMUNERAÇÃO COM ACÇÕES

O Grupo EDP implementou um programa de "stock options" nos termos aprovados pela Assembleia Geral, aplicável a Quadros e Administradores, com vista a incentivar a criação de valor.

Actualmente existem, no Grupo EDP, três planos de opções de compra de acções os quais são analisados como segue: i) Plano do Conselho de Administração do Grupo EDP aprovado em 1999, no qual podem ser concedidas opções sobre acções ordinárias até ao limite de 2.450.000 acções; ii) Plano dos Conselhos de Administração e do "Management" das subsidiárias do Grupo EDP, no qual podem ser concedidas opções sobre acções ordinárias até ao limite de 16.250.000 acções; e iii) Plano do Presidente do Conselho de Administração, Presidente da Comissão Executiva e Vogais Executivos para o período 2003/2005. As opções atribuídas no âmbito deste último plano podem ser exercidas até um máximo de 1/3 em cada um dos três exercícios subsequentes a contar da data de atribuição. As opções não exercidas no final do oitavo exercício subsequente à data de atribuição caducam.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

O preço de exercício de cada opção é calculado com base no preço de mercado da acção na data da atribuição da opção, sendo a maturidade máxima de cada opção de sete anos, nos dois primeiros planos, e de oito anos no terceiro plano.

As opções são atribuídas pela Comissão de Vencimentos do Grupo EDP e apenas são exercíveis decorridos que estejam dois anos de serviço.

O movimento dos planos de "stock options" é analisado como segue:

	Movimentos nas opções	Preço médio do exercício ponderado (Euros)
Saldo em 31 de Dezembro 2010	605.477	2,22
Opções exercidas	-	
Opções atribuídas	-	
Saldo em 30 de Setembro de 2011	605.477	2,22
Opções exercidas	-	
Opções atribuídas	-	
Saldo em 31 de Dezembro 2011	605.477	2,22
Opções exercidas	-	
Opções atribuídas	-	
Opções caducadas	38.276	
Saldo em 30 de Setembro de 2012	567.201	2,21

A informação sobre "stock options" relativa a 30 de Setembro de 2012 é analisada como segue:

Opções vivas	Preço médio ponderado do exercício	Vida média contratual em falta	Opções exercíveis	Justo Valor das Opções
567.201	2,21	1,30	567.201	391.615

No decurso dos primeiros nove meses de 2012 não foi reconhecido qualquer custo associado aos planos de "stock options", na medida em que o custo relativo aos serviços prestados das opções atribuídas já foi reconhecido em resultados de exercícios anteriores.

O Grupo EDP distribuiu, no decorrer dos primeiros nove meses de 2012, um conjunto de acções próprias a colaboradores (941.383 acções) cujo montante total ascende a 2.051 milhares de Euros.

46. PARTES RELACIONADAS

Principais accionistas e acções detidas pelos membros de Órgãos Sociais

Com referência a 30 de Setembro de 2012, a estrutura accionista da EDP — Energias de Portugal, S.A., é a seguinte:

	N.º Acções	% Capital	% Voto
China Three Gorges	780.633.782	21,35%	21,35%
Iberdrola - Participações, SGPS, S.A.	248.437.516	6,79%	6,79%
Grupo Liberbank (ex-Grupo Caja de Ahorros de Astúrias)	183.257.513	5,01%	5,01%
José de Mello - SGPS, S.A.	169.732.151	4,64%	4,64%
Grupo Parpública	151.517.000	4,14%	4,14%
Senfora, SARL	148.431.999	4,06%	4,06%
Grupo Millennium BCP e Fundo de Pensões	122.956.051	3,36%	3,36%
Grupo Banco Espírito Santo	89.708.375	2,45%	2,45%
Sonatrach	87.007.443	2,38%	2,38%
Qatar Holding LLC	82.868.933	2,27%	2,27%
Grupo EDP (Acções próprias)	32.124.523	0,88%	-
Restantes Accionistas	1.559.862.429	42,67%	-
	3.656.537.715	100,00%	

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

Saldos e transacções com empresas do Grupo e Associadas

Os créditos e débitos devidos sobre empresas do Grupo e associadas, em base Individual e anulados na consolidação, são analisados como segue:

Créditos Devidos

Milhares de Euros	Setembro 2012			Total
	Movimentos Financeiros Intra-Grupo	Empréstimos Concedidos	Outros Créditos Devidos	
Empresas				
Balwerk	14.666	250.000	11.977	276.643
EDP Comercial	72.668	40.000	110.410	223.078
EDP Distribuição	749.969	2.028.125	56.447	2.834.541
EDP Finance BV	-	-	903.694	903.694
EDP Gás - SGPS	5.303	131.400	4.960	141.663
EDP Gestão da Produção	149.913	4.069.223	146.857	4.365.993
EDP Imobiliária e Participações	-	103.200	1.918	105.118
EDP Renováveis	-	45.762	247.456	293.218
Outras	46.542	436.847	174.570	657.959
	1.039.061	7.104.557	1.658.289	9.801.907

Milhares de Euros	Dezembro 2011			Total
	Movimentos Financeiros Intra-Grupo	Empréstimos Concedidos	Outros Créditos Devidos	
Empresas				
Balwerk	7.796	255.000	12.691	275.487
EDP Comercial	48.371	40.000	96.364	184.735
EDP Distribuição	170.354	2.028.125	52.562	2.251.041
EDP Finance BV	-	116.561	349	116.910
EDP Gás - SGPS	25.541	107.400	3.561	136.502
EDP Gestão da Produção	1.327	3.825.275	256.409	4.083.011
EDP Imobiliária e Participações	-	177.700	775	178.475
EDP Renováveis	-	-	237.918	237.918
Hidroeléctrica del Cantábrico	1.494	87.173	47.083	135.750
Outras	26.112	45.502	111.908	183.522
	280.995	6.682.736	819.620	7.783.351

Débitos Devidos

Milhares de Euros	Setembro 2012			Total
	Movimentos Financeiros Intra-Grupo	Empréstimos Obtidos	Outros Débitos Devidos	
Empresas				
EDP Finance BV	-	3.828.586	59.620	3.888.206
EDP Gestão da Produção	-	-	209.702	209.702
EDP Renováveis	-	87.252	4.165	91.417
EDP Serviço Universal	111.757	-	135.939	247.696
Outras	14.464	28.244	114.511	157.219
	126.221	3.944.082	523.937	4.594.240

Milhares de Euros	Dezembro 2011			Total
	Movimentos Financeiros Intra-Grupo	Empréstimos Obtidos	Outros Débitos Devidos	
Empresas				
EDP Finance BV	-	3.288.505	34.686	3.323.191
EDP Gestão da Produção	-	-	255.870	255.870
EDP Renováveis	-	198.714	9.872	208.586
EDP Serviço Universal	-	-	115.617	115.617
Naturgás	-	145.187	-	145.187
Outras	7.819	23.755	143.943	175.517
	7.819	3.656.161	559.988	4.223.968

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

As transacções sobre empresas do Grupo e associadas, em base Individual e anuladas na consolidação, são analisadas como segue:

Custos

Milhares de Euros	Setembro 2012			Total
	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo	Juros de Empréstimos Obtidos	Outros Custos	
Empresas				
EDP Finance BV	-	139.216	3.718	142.934
EDP Gestão da Produção	333	-	688.944	689.277
Hidroeléctrica do Guadiana	-	-	18.432	18.432
Naturgas Comercializadora	-	-	16.674	16.674
Outras	115	5.664	69.662	75.441
	448	144.880	797.430	942.758

Milhares de Euros	Setembro 2011			Total
	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo	Juros de Empréstimos Obtidos	Outros Custos	
Empresas				
EDP Finance BV	-	130.961	3.367	134.328
EDP Gestão da Produção	647	-	829.687	830.334
EDP Renováveis	-	478	42.699	43.177
Hidroeléctrica do Guadiana	-	-	29.886	29.886
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	33.396	33.396
Outras	327	2.171	68.259	70.757
	974	133.610	1.007.294	1.141.878

Proveitos

Milhares de Euros	Setembro 2012			Total
	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo	Juros de Empréstimos Concedidos	Outros Proveitos	
Empresas				
EDP Comercial	1.319	1.236	415.212	417.767
EDP Distribuição	8.612	97.411	30.225	136.248
EDP Gás.Com	-	-	183.204	183.204
EDP Gestão da Produção	632	182.028	31.624	214.284
Outras	979	25.406	176.231	202.616
	11.542	306.081	836.496	1.154.119

Milhares de Euros	Setembro 2011			Total
	Juros de Mov. Financeiros Intra-Grupo	Juros de Empréstimos Concedidos	Outros Proveitos	
Empresas				
EDP Comercial	228	1.829	350.907	352.964
EDP Distribuição	10.286	52.485	29.393	92.164
EDP Gás.Com	-	-	154.027	154.027
EDP Gestão da Produção	629	157.371	44.567	202.567
Hidroeléctrica del Cantábrico	-	-	43.267	43.267
Outras	450	17.180	91.995	109.625
	11.593	228.865	714.156	954.614

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

Os activos, passivos e transacções com empresas relacionadas, em base consolidada e anulados na consolidação, são analisados como segue:

Activos e Passivos

Milhares de Euros	Setembro 2012		
	Activos	Passivos	Valor Líquido
Empresas Associadas	242.910	3.769	239.141
Empresas conjuntamente controladas	26.300	16.433	9.867
	269.210	20.202	249.008

Milhares de Euros	Dezembro 2011		
	Activos	Passivos	Valor Líquido
Empresas Associadas	236.714	3.834	232.880
Empresas conjuntamente controladas	25.212	12.249	12.963
	261.926	16.083	245.843

Transacções

Milhares de Euros	Setembro 2012			
	Proveitos Operacionais	Proveitos Financeiros	Custos Operacionais	Custos Financeiros
Empresas Associadas	11.451	8.025	-2.466	-48
Empresas conjuntamente controladas	41.752	4.717	-19.973	-392
	53.203	12.742	-22.439	-440

Milhares de Euros	Setembro 2011			
	Proveitos Operacionais	Proveitos Financeiros	Custos Operacionais	Custos Financeiros
Empresas Associadas	5.549	4.935	-2.211	-5
Empresas conjuntamente controladas	47.697	5.823	-17.820	-344
	53.246	10.758	-20.031	-349

47. JUSTO VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor dos activos e passivos a 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 é analisado como segue:

Milhares de Euros	Grupo Set 2012			Grupo Dez 2011		
	Valor	Justo valor	Diferença	Valor	Justo valor	Diferença
Activos financeiros						
Activos financeiros disponíveis para venda	171.779	171.779	-	171.313	171.313	-
Clientes	2.160.695	2.160.695	-	2.152.281	2.152.281	-
Devedores e outros activos de actividades comerciais	4.622.825	4.622.825	-	3.604.009	3.604.009	-
Outros devedores e outros activos	592.396	592.396	-	586.205	586.205	-
Instrumentos financeiros derivados	301.798	301.798	-	321.514	321.514	-
Activos financeiros ao justo valor através dos resultados	10.404	10.404	-	212	212	-
Caixa e equivalentes de caixa	2.207.537	2.207.537	-	1.731.524	1.731.524	-
	10.067.434	10.067.434	-	8.567.058	8.567.058	-
Passivos financeiros						
Dívida Financeira	20.645.982	19.863.098	-782.884	18.785.109	16.590.072	-2.195.037
Fornecedores e acréscimos de custos	1.560.689	1.560.689	-	1.899.155	1.899.155	-
Parcerias institucionais em parques eólicos nos EUA	1.736.132	1.736.132	-	1.783.861	1.783.861	-
Credores e outros passivos de actividades comerciais	2.473.546	2.473.546	-	2.686.961	2.686.961	-
Outros credores e outros passivos	605.018	605.018	-	688.602	688.602	-
Instrumentos financeiros derivados	213.445	213.445	-	207.576	207.576	-
	27.234.812	26.451.928	-782.884	26.051.264	23.856.227	-2.195.037

Atendendo à estrutura de activos e passivos financeiros do Grupo EDP registados ao custo amortizado, os quais são essencialmente de natureza de curto prazo, não foi considerado o efeito de variações de justo valor face ao valor contabilístico. No que respeita aos empréstimos do Grupo EDP, foi apurado o seu justo valor tendo em consideração as actuais condições de mercado relativamente à taxa de juro.

O valor de mercado dos empréstimos é calculado com base nos fluxos de caixa descontados às taxas de juro de mercado em vigor à data de balanço adicionadas da melhor estimativa, à mesma data, das condições de mercado aplicáveis à dívida do Grupo, tendo por referência o seu prazo médio.

48. EVENTOS RELEVANTES OU SUBSEQUENTES

ANEEL aprova reajustamento tarifário anual da EDP Bandeirante em 11,45%

Em 17 de Outubro de 2012, a entidade reguladora do sector eléctrico brasileiro, a ANEEL, aprovou o índice médio do reajustamento anual das tarifas da EDP Bandeirante em 11,45%, para o período entre 23 de Outubro de 2012 e 22 de Outubro de 2013.

Em Outubro de 2011, a ANEEL adiou a Revisão Tarifária para o período de 2011-15 da EDP Bandeirante, o que implicou congelamento das tarifas no período compreendido entre 23 de Outubro de 2011 e 22 de Outubro de 2012. Este ajuste financeiro, no valor total de 78 milhões de reais, será devolvido pela EDP Bandeirante em três parcelas anuais, estando incluída a primeira neste reajuste e as restantes nos reajustes anuais subsequentes.

De realçar que, no passado dia 2 de Outubro, a ANEEL aprovou a revisão tarifária da EDP Bandeirante para o período de 2011-15 destacando-se a definição da Base de Remuneração Bruta em 3 mil milhões de reais e a Base de Remuneração Líquida em 1,545 mil milhões de reais.

Bank of China assina empréstimo de 800 milhões de Euros com a EDP

Em 22 de Outubro de 2012, a EDP e a EDP Finance BV assinaram um contrato de financiamento *multicurrency* com o Bank of China, no montante de 800 milhões de Euros. O empréstimo, *senior* e *unsecured*, terá uma maturidade de 3 anos e uma margem de 3,50% acima da Libor a 3 meses.

Este empréstimo destina-se a financiar as necessidades decorrentes da actividade normal da empresa, reforçando a sua posição de liquidez.

49. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que o Grupo aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

- IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Transferências de activos financeiros.

O Grupo não obteve quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

O Grupo decidiu não optar pela aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, que foram endossadas pela União Europeia:

- IAS 1 (Alterada) - Apresentação das Demonstrações Financeiras (com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2012);
- IAS 19 (Alterada) - Benefícios aos empregados (com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013).

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para o Grupo:

- IFRS 7 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação entre activos e passivos financeiros;
- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros;
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos;
- IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades;
- IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor;
- IAS 27 (Alterada) - Demonstrações Financeiras Individuais;
- IAS 28 (Alterada) - Investimentos em Associadas e Joint Ventures;
- IAS 32 (Alterada) - Instrumentos Financeiros: Compensação entre activos e passivos financeiros;
- Melhoramentos às IFRS (2009-2011).

50. EDP SUCURSAL EM ESPANHA

A "EDP - Energias de Portugal - Sociedade Anónima, Sucursal en España" tem como missão a direcção e coordenação dos interesses energéticos das filiais dependentes do Grupo EDP em Espanha, organizada através das suas estruturas de direcção e coordenação com vista a assegurar o máximo de sinergias e criação de valor nas operações e actividades em Espanha, assumindo-se igualmente como a plataforma organizacional para liderar a integração ibérica de serviços de suporte. Neste sentido, encontra-se aloçada directamente ao património/activo da Sucursal a totalidade das participações financeiras maioritárias na EDP Renováveis S.A., na EDP Servicios Financieros España, S.A. e na HC Energia (Hidroeléctrica del Cantábrico S.A.) bem como indirectamente na NG Energia (Naturgás Energia Grupo S.A.) por via do controlo maioritário daquela última.

A Sucursal da EDP em Espanha tem escritórios em Madrid e Oviedo. De um ponto de vista formal e legal, a representação da Sucursal perante terceiros é realizada por via dos representantes permanentes, ou seja, pelos membros do Conselho de Administração Executivo da EDP nomeados para o efeito.

A estrutura de direcção, coordenação, gestão e representação da Sucursal da EDP em Espanha é composta por uma Comissão Executiva, um Comité Directivo e por Comités de Coordenação.

A Comissão Executiva é composta por cinco representantes permanentes da EDP, por um director Geral Corporativo ("Group Controller" para as actividades em Espanha) e por responsáveis de primeira linha das unidades de negócio em Espanha, desempenhando o papel de principal órgão de direcção e coordenação da Sucursal e sendo responsável pela coordenação das actividades próprias dos representantes permanentes e do Comité Directivo. O Comité Directivo é presidido pelo Director Geral Corporativo e composto pela extensão natural das Direcções do Centro Corporativo da EDP, nomeadamente, Direcção de Análise de Negócios, Direcção de Assessoria Jurídica, Direcção de Auditoria, Direcção de Fiscalidade Espanhola, Direcção de Gestão Financeira, Direcção de Serviços Partilhados Comerciais, Direcção de Serviços Partilhados Corporativos e Direcção de Sistemas de Informação e "Projecto Sharedp" assegurando e agrupando homogeneamente as funções destas transversalmente para o território Espanhol. Por último, os Comités de Coordenação, Geração, Distribuição, Comercialização e Gás são compostos e presididos pelos respectivos Administradores de Pelouro do Conselho de Administração Executivo da EDP visando o aproveitamento de sinergias com Espanha com vista à eliminação de ineficiências e redundâncias.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

A demonstração da posição financeira sintética de 30 de Setembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011 da Sucursal é apresentada como segue:

Milhares de Euros	EDP Sucursal	
	Set 2012	Dez 2011
Investimentos financeiros em empresas filiais		
EDP Renováveis, S.A.	2.939.889	2.939.889
Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A.	1.981.798	1.981.798
EDP Servicios Financieros España, S.A.	482.695	481.695
Outras	60	60
Activos por impostos diferidos	68.289	70.114
Outros devedores e outros activos	80.235	79.794
Total de Activos Não Correntes	5.552.966	5.553.350
Cientes	19.479	13.573
Devedores e outros activos	610.762	387.595
Impostos a receber	17.264	37.306
Caixa e equivalentes de caixa	357	11.649
Total de Activos Correntes	647.862	450.123
Total do Activo	6.200.828	6.003.473
Capitais próprios afectos	2.170.262	2.269.465
Credores e outros passivos	2.404.687	2.436.252
Passivos por impostos diferidos	4.255	4.255
Total Passivos Não Correntes	2.408.942	2.440.507
Credores e outros passivos	1.621.269	1.293.150
Impostos a pagar	355	351
Total Passivos Correntes	1.621.624	1.293.501
Total do Passivo	4.030.566	3.734.008
Total Capitais Próprios + Passivo	6.200.828	6.003.473

51. RELATO FINANCEIRO POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é uma componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

O Grupo desenvolve um conjunto de actividades reguladas e liberalizadas no sector energético, com especial ênfase na produção, distribuição e comercialização de electricidade e gás.

O Grupo monitoriza a sua actividade com base em diversos segmentos de negócio, os quais englobam as actividades na Península Ibérica. Adicionalmente, e dada a sua especificidade, existe também uma análise separada do negócio de produção de electricidade através de fontes de energia renováveis, a qual é consubstanciada num segmento próprio (EDP Renováveis). De igual forma, atendendo à especificidade do mercado brasileiro, o Grupo também efectua uma análise separada dos negócios de produção, distribuição e comercialização de electricidade no Brasil (EDP no Brasil).

O Conselho de Administração Executivo analisa periodicamente relatórios com informação sobre os segmentos, usando-os para monitorizar e comunicar a performance dos seus negócios, bem como para decidir sobre a melhor alocação de recursos.

Os segmentos definidos pelo Grupo são os seguintes:

- Produção Contratada de Longo Prazo na Península Ibérica
- Actividades Liberalizadas na Península Ibérica
- Redes Reguladas na Península Ibérica
- EDP Renováveis
- EDP Brasil

O segmento de Produção Contratada de Longo Prazo na Península Ibérica corresponde à actividade de produção de electricidade das centrais com CMEC e das centrais PRE em Portugal e Espanha. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A. (centrais com CMEC e centrais PRE)
- Energin, S.A.
- Soporgen, S.A.
- EDP Produção Bioléctrica, S.A.
- Fisigen — Empresa de Cogeração, S.A.

EDP - Energias de Portugal, S.A.
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais Condensadas
para o período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012

O segmento de Actividades Liberalizadas na Península Ibérica corresponde às actividades em mercado de produção e comercialização de electricidade e gás em Portugal e Espanha. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A. (centrais em mercado)
- Empresa Hidroeléctrica do Guadiana, S.A.
- Electrica de la Ribera del Ebro, S.A.
- Hidroeléctrica Del Cantábrico, S.L.
- Central Térmica Ciclo Combinado Grupo 4, S.A.
- Patrimonial de La Ribera del Ebro, S.L.
- EDP Comercial - Comercialização de Energia, S.A.
- Hidrocentríbrico Energia, S.A.U.
- EDP Soluções Comerciais, S.A.
- Naturgás Comercializadora, S.A.

O segmento de Redes Reguladas na Península Ibérica corresponde à actividade de distribuição de electricidade e gás em Portugal e Espanha e comercializador de último recurso. Este segmento inclui, nomeadamente, as seguintes empresas:

- EDP Distribuição de Energia, S.A.
- EDP Serviço Universal, S.A.
- Fuerzas Electricas Valencianas, S.A.
- Electra de Llobregat Energía, S.L.
- HDC Explotacion Redes
- Hidrocentríbrico Distribucion Eléctrica, S.A.U.
- Portgás - Soc. de Produção e Distribuição de Gás, S.A.
- EDP Gás Serviço Universal, S.A.
- Naturgás Energia Transporte, S.A.U.
- Naturgás Energia Distribución, S.A.U.

O segmento EDP Renováveis corresponde à actividade de produção de energia eléctrica através de fontes renováveis e incluindo a totalidade das empresas dos subgrupos EDPR Europe, EDPR North America e EDPR South America. Este segmento inclui ainda a empresa holding EDP Renováveis, S.A. assim como todos os ajustamentos intra-segmento relativos às empresas que o compõem, incluindo os ajustamentos de consolidação.

O segmento EDP Brasil inclui as actividades de produção, distribuição e comercialização de electricidade no Brasil, sendo composto pela holding EDP Energias do Brasil e todas as suas subsidiárias, com excepção da EDP Renováveis Brasil, que está incluída no segmento EDP Renováveis. Tal como no segmento EDP Renováveis, este segmento inclui todos os ajustamentos intra-segmento relativos às empresas que o compõem, incluindo os ajustamentos de consolidação.

A coluna de Actividades Corporativas inclui as actividades de gestão centralizada de participações financeiras, nomeadamente as actividades de gestão centralizada de recursos humanos, plataformas logísticas e serviços partilhados.

A coluna de Ajustamentos inclui ajustamentos inerentes à anulação dos investimentos financeiros nas empresas subsidiárias do Grupo EDP e demais ajustamentos de consolidação e anulação inter-segmentos.

Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transacções intra-segmentos.

As rubricas da demonstração de posição financeira de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são determinadas com base nos montantes registados directamente nas empresas que compõem o segmento incluindo a anulação dos saldos intra-segmentos, não sendo efectuados quaisquer ajustamentos de imputação inter-segmentos.

As rubricas da demonstração de resultados para cada segmento de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nas demonstrações financeiras das empresas e unidades de negócio respectivas corrigidas da anulação das transacções intra-segmentos.

No entanto, dado que a empresa EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A. possui activos em mais do que um segmento, nomeadamente nas centrais de produção com CMEC e PRE - englobadas nas actividades de Produção Contratada de Longo Prazo - e nas centrais em mercado - englobadas nas Actividades Liberalizadas -, foi necessário repartir a totalidades dos seus proveitos, custos, activos e passivos pelas centrais acima mencionadas.

Para esta repartição, foi considerada preferencial a informação analítica de gestão preparada por central. Para a restante informação, nomeadamente para as rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos e Custos com Pessoal, e na medida em que a aplicabilidade do anterior critério não é possível, os custos comuns foram repartidos na proporção dos gastos imputados directamente a cada central pelos gastos directos totais e, no caso de activos e passivos comuns, na proporção do activo líquido de cada central sobre os activos totais.

Em 2012, o Grupo EDP procedeu à alteração dos segmentos reportados, assim como da informação divulgada no Relato por Segmentos, de acordo com os critérios acima referidos. Para efeitos de comparabilidade desta informação foram repercutidas em 30 de Setembro de 2011, as alterações ocorridas em 2012, pelo que o Relato por Segmentos se encontra reexpresso.

ANEXO I

Actividade do Grupo EDP por Segmento de Negócio
30 de Setembro de 2012

Milhares de Euros	Península Ibérica						Outras Actividades	Actividades Corporativas	Ajustamentos	Grupo EDP
	Produção Contratada LP	Actividades Liberalizadas	Redes Reguladas	EDP Renováveis	EDP Brasil	EDP Brasil				
Volume de Negócios										
— Energia eléctrica e Acessos	1.103.301	4.614.103	4.448.733	852.119	1.788.368	456	—	(2.166.516)	10.640.564	
— Gás e Acessos	—	1.304.291	304.282	—	—	—	—	(260.124)	1.348.449	
— Outros	47.235	147.972	12.916	4.758	10.285	21.148	199.655	(842.998)	100.953	
	1.150.536	6.066.366	4.765.931	856.877	1.798.653	21.604	199.655	(2.769.638)	12.089.966	
Custos com electricidade	(40.838)	(3.773.145)	(3.304.322)	(3.201)	(1.151.304)	(456)	—	2.154.971	(6.128.295)	
Custos com gás	—	(1.139.457)	(43.985)	—	—	—	—	138.595	(1.044.847)	
Varição nos inventários e custos das matérias primas e consumíveis	(376.447)	(548.964)	(5.833)	(1.664)	(230)	(7.594)	(69)	123.312	(877.301)	
	(417.285)	(5.461.566)	(3.354.140)	(4.867)	(1.151.424)	(7.850)	(69)	2.417.078	(7.990.143)	
	733.251	604.780	1.411.791	842.010	647.209	13.754	199.586	(352.558)	4.099.823	
Outros proveitos / (custos) de exploração										
— Outros proveitos de exploração	7.944	7.468	72.259	114.542	17.859	14.016	25.586	(39.825)	219.849	
— Fornecimentos e Serviços Externos	(60.340)	(196.303)	(315.915)	(83.459)	(29.636)	(6.314)	(30.084)	348.726	(673.325)	
— Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	(53.337)	(75.774)	(126.786)	(46.834)	(94.340)	(6.948)	(83.948)	7.082	(480.887)	
— Outros custos de exploração	(19.033)	(59.824)	(232.095)	(51.574)	(43.735)	(6.348)	(11.567)	1.156	(423.020)	
	(124.766)	(324.433)	(602.537)	(167.327)	(249.852)	(5.594)	(200.013)	317.139	(1.357.383)	
	608.485	280.347	809.254	674.683	397.357	8.160	(427)	(35.419)	2.742.440	
Provisões do exercício	(1.156)	2.156	(944)	—	(6.216)	12	2.738	—	(3.410)	
Amortizações e imparidades do exercício	(151.524)	(193.704)	(242.150)	(342.283)	(110.121)	(654)	(14.865)	(24.210)	(1.079.511)	
Compensação de amortizações	1.517	233	1.996	11.497	3.797	48	3	(21)	19.070	
	457.322	89.032	568.156	343.897	284.817	7.566	(12.551)	(59.650)	1.678.589	
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	—	—	—	2.857	—	—	87.945	(87.945)	2.857	
Resultados Financeiros	(38.718)	(136.736)	(197.549)	(200.696)	(76.625)	(6.29)	556.572	(521.289)	(515.670)	
Ganhos / (perdas) em associadas	328	—	119	4.258	(1.350)	10.779	—	3.306	17.440	
Resultados antes de imposto	418.932	(47.704)	470.726	150.316	206.842	17.716	631.966	(665.578)	1.183.216	
Imposto Corrente	(44.237)	7.554	92.820	(50.436)	(75.472)	(84)	(48.967)	(20.672)	(139.494)	
Imposto Diferido	(78.736)	(6.081)	(227.124)	(672)	2.354	(2.067)	165.889	12.798	(333.639)	
Resultado líquido do período	295.959	(46.231)	336.422	99.208	133.724	15.565	748.888	(678.452)	910.083	
Accionistas da EDP	296.534	(35.148)	336.357	92.574	76.328	15.581	763.803	(751.503)	794.526	
Interesses não controláveis	(575)	(11.083)	65	6.34	(7.396)	(16)	(14.915)	78.051	(115.557)	
Resultado líquido do período	295.959	(46.231)	336.422	99.208	133.724	15.565	748.888	(678.452)	910.083	
Total de Activos	6.770.969	5.343.834	8.011.991	13.118.474	5.347.868	112.749	20.407.847	(17.030.396)	42.083.336	
Total de Passivos	3.391.643	5.381.122	6.493.506	7.592.123	2.822.779	82.464	14.106.223	(9.064.751)	30.805.109	
Aumentos do período:										
— Activos Fixos Tangíveis	28.569	329.443	78.438	268.652	189.194	502	21.602	524	916.924	
— Activos Intangíveis	58.358	109.436	220.683	4	64.563	2	417	(28)	453.435	
— Goodwill	—	—	—	12.465	—	—	—	—	12.465	

Actividade do Grupo EDP por Segmento de Negócio
30 de Setembro de 2011

Milhares de Euros	Península Ibérica						Outras Actividades	Actividades Corporativas	Ajustamentos	Grupo EDP
	Produção Contratada LP	Actividades Liberalizadas	Redes Reguladas	EDP Renováveis	EDP Brasil					
Volume de Negócios										
— Energia eléctrica e Acessos	983.205	4.740.008	3.850.126	691.956	1.753.177	-	-	(2.219.975)	9.798.497	
— Gás e Acessos	-	1.157.777	290.595	-	-	-	46	(224.549)	1.223.869	
— Outros	45.493	179.631	12.866	14.162	7.897	20.914	223.820	(865.242)	159.541	
	1.028.698	6.077.416	4.153.587	706.118	1.761.074	20.914	223.866	(2.809.766)	11.161.907	
Custos com electricidade	(31.464)	(3.840.756)	(2.754.250)	(4.828)	(57.236)	-	-	2.211.409	(5.377.165)	
Custos com gás	-	(1.066.338)	(38.435)	-	-	-	-	143.644	(961.129)	
Variação nos inventários e custos das matérias primas e consumíveis	(251.427)	(560.604)	(7.607)	(2.122)	1.687	(6.299)	(4.293)	99.570	(741.095)	
	(282.891)	(5.467.738)	(2.800.292)	(6.950)	(55.549)	(6.299)	(4.293)	2.454.625	(7.079.389)	
	745.807	609.678	1.353.295	689.168	805.525	14.615	219.573	(355.143)	4.082.518	
Outros proveitos / (custos) de exploração										
— Outros proveitos de exploração	10.283	12.867	125.269	105.114	9.849	12.001	18.365	(60.322)	233.424	
— Fornecimentos e Serviços Externos	(63.086)	(190.078)	(327.185)	(164.541)	(30.499)	(6.411)	(147.228)	378.867	(650.163)	
— Custos com o pessoal e benefícios aos empregados	(58.475)	(76.079)	(126.481)	(42.389)	(86.906)	(6.622)	(91.928)	17.115	(471.765)	
— Outros custos de exploração	(12.006)	(76.979)	(225.332)	(39.039)	(43.648)	(6.519)	(14.633)	(834)	(118.990)	
	(123.284)	(330.269)	(553.729)	(140.855)	(251.204)	(7.551)	(235.424)	334.826	(1.307.490)	
	622.523	279.409	799.566	548.313	554.321	7.064	(15.851)	(20.317)	2.775.028	
Provisões do exercício	(1.718)	12.739	(2.810)	303	(14.730)	4	(8.995)	8.474	(1.733)	
Amortizações e imparidades do exercício	(146.453)	(182.684)	(261.037)	(320.683)	(118.941)	(701)	(11.001)	(36.702)	(1.078.202)	
Compensação de amortizações	1.480	172	1.818	11.432	10.117	263	-	(1)	25.281	
	475.832	109.636	537.537	239.365	430.767	6.630	(30.847)	(48.546)	1.720.374	
Ganhos / (perdas) na alienação de activos financeiros	-	-	-	10.046	-	-	113.342	(113.108)	10.280	
Resultados Financeiros	(51.653)	(47.410)	(102.294)	(176.475)	(94.566)	(649)	503.229	(576.419)	(545.939)	
Ganhos / (perdas) em associadas	448	-	57	3.691	(1.097)	10.631	-	3.699	17.429	
Resultados antes de imposto	424.627	62.226	435.298	76.627	335.104	16.912	585.724	(734.374)	1.202.144	
Imposto Corrente	(134.127)	(31.214)	(11.174)	(36.360)	(111.278)	(855)	103.821	(24.965)	(223.304)	
Imposto Diferido	14.248	(482)	(106.712)	21.136	9.394	(1.587)	31.062	14.080	(18.661)	
Resultado líquido do período	304.748	30.530	339.760	61.403	233.220	14.970	720.607	(745.259)	959.979	
Accionistas da EDP	304.205	42.105	339.803	62.573	187.400	14.970	720.607	(848.033)	823.630	
Interesses não controláveis	543	(11.575)	(43)	(1.170)	(45.820)	-	-	102.774	136.349	
Resultado líquido do período	304.748	30.530	339.760	61.403	233.220	14.970	720.607	(745.259)	959.979	
Total de Activos	6.970.120	6.982.418	7.327.784	13.044.929	5.693.903	127.074	54.279.339	(53.157.938)	41.267.629	
Total de Passivos	3.816.039	5.092.770	5.721.506	7.591.203	2.962.526	159.766	41.531.522	(36.994.482)	29.880.850	
Aumentos do período:										
— Activos Fixos Tangíveis	46.011	212.646	79.171	512.231	116.759	4.166	55.258	(17.942)	1.008.300	
— Activos Intangíveis	122.225	233.700	199.710	9	112.354	56	(237)	(4.423)	663.394	
— Goodwill	-	3.732	837	-	-	-	379	-	4.948	



a better energy, a better future, a better world.

O Conselho de Administração Executivo

António Luís Guerra Nunes Mexia (Presidente)

Nuno Maria Pestana de Almeida Alves

João Manuel Manso Neto

António Manuel Barreto Pita de Abreu

António Fernando Melo Martins da Costa

João Marques da Cruz

Miguel Stilwell de Andrade